

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

ILIONI AUGUSTA DA COSTA

**ASPECTOS ARGUMENTATIVOS E POLIFÔNICOS DO OPERADOR
DISCURSIVO *AINDA*.**

VITÓRIA
2008

ILIONI AUGUSTA DA COSTA

**ASPECTOS ARGUMENTATIVOS E POLIFÔNICOS DO OPERADOR
DISCURSIVO *AINDA*.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Lingüísticos.
Orientador: Prof. Dr. José Augusto Carvalho.

VITÓRIA
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C837a Costa, Ilioni Augusta da, 1966-
Aspectos argumentativos e polifônicos do operador discursivo *ainda* /
Ilioni Augusta da Costa. – 2008.
104 f.

Orientador: José Augusto Carvalho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Semântica. 2. Discursos, alocações, etc. 3. Língua Portuguesa. I.
Carvalho, José Augusto. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

À minha mãe Nadir, responsável pela minha formação acadêmica.

Ao meu pai Ângelo (*in memoriam*), cujo abraço carinhoso e palavras de incentivo estão gravados em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Desde o primeiro dia de aula tinha certeza de que, ao término do Curso, a vida de todos nós daquela sala sofreria alguma alteração, não só no que diz respeito à nossa vida profissional, na forma como passaríamos a lidar com a própria língua, como desenvolveríamos nosso trabalho, mas também à nossa vida familiar. Tivemos algumas perdas de entes queridos, talvez nem tenhamos tido tempo suficiente de extravasar nossa dor, de confortar o irmão, a irmã, a mãe e os mais próximos; afinal, precisávamos estudar, assumimos uma empreitada, e devíamos concluí-la. Tivemos também muitos ganhos de pessoas queridas. Que Curso fértil! Que o confirmem Luciana, Tati e Josi, por enquanto: ainda não terminamos!!! Fizemos grandes amizades, crescemos intelectualmente e já temos melhores perspectivas profissionais. Pela superação de toda a dor e por todas as conquistas: AGRADEÇO:

A Deus, meu guia espiritual, por não permitir que eu esmorecesse, nos momentos difíceis.

Ao Prof. Dr. José Augusto (*persona mui grata*), em primeiro lugar, por ter aceitado me orientar e, ao longo do Curso, por me acompanhar com tanto carinho, presteza e dedicação.

À Prof^a Dr^a Hilda, por, logo no início do Curso, indicar-me o caminho que eu deveria percorrer para desenvolver minha pesquisa, pela solicitude e paciência.

À Prof^a Dr^a Ingedore, pela orientação em plena manhã de sábado e pela tranquilidade com que naquele dia me recebeu.

À amiga, Prof^a Ms. Karina Bersan, pelo incentivo (e pelo empréstimo de livros), quando de minha preparação para a prova de seleção.

Ao amigo, Prof. Dr. Antônio Carlos Gomes, por tão prontamente ter aceitado compor minha Banca de Qualificação e pelas observações a respeito da pesquisa.

Aos caríssimos colegas de turma (meus novos AMIGOS): Arlene, Celi, Elaine, Emanuely, Enoch, Joseane, Karen, Kátia, Luciana, Ludmila, Marcela, Mônica, Ruth e Tatiany, pelo incentivo, carinho e companheirismo.

Ao meu marido Irapoan, pelo carinho e pelo apoio (quanta paciência!!!).

Aos meus filhos Ianauan, Cainã e Taiguara (sempre tão amorosos!), pelos tantos dias ouvindo mamãe responder: “Não posso, porque tenho que estudar”.

“[...] - O que há de melhor do que a língua? A língua é que nos une a todos, quando falamos. Sem a língua não poderíamos nos entender. A língua é a chave das ciências, o órgão da verdade e da razão. Graças à língua é que se constroem as cidades, graças à língua dizemos o nosso amor. Com a língua se ensina, se persuade, se instruí, se reza, se explica, se canta, se descreve, se elogia, se demonstra, se afirma. Com a língua, dizemos “mãe” e “querida” e “Deus”. Com a língua dizemos “eu te amo”! A língua é o órgão do carinho, da ternura, do amor, da compreensão. É a língua que torna eternos os versos dos grandes poetas, as idéias dos grandes escritores. [...]”

ABSTRACT

The research aims at analyzing and describing headlines of the *Folha de S. Paulo* newspaper, 2006-2007, constituted by the argumentative operator *still*. Through a linguistic description of a structural perspective, the study is based on the Argumentative Semantics theory (or Enunciation Semantics), having Oswald Ducrot as precursory, which principal function of the language is the argumentation. The language, in this way, is conceived as a game of voices that the announcer either agrees or identifies with or disagrees. The treatment given by NGB is presented and, at length, by the Traditional Grammars (GTs) related to the morpheme *still* – morphologically classified as adverb, and syntactically considered as an accessory term, and such morpheme is analyzed, from the Theory of Argumentation in the Language (TAL), as discursive operator, linguistic mark that is presented as a strategy which the announcer seizes upon, aiming at the interlocutor adhesion to the announcer's ideas. The research goal is showing that, although traditionally relegated to a marginal condition by traditional grammars, in studies of the language that operator is recovered by the Argumentative Semantics that acknowledges it as a possessor of great argumentative power, which function in the headlines is fundamental in the construction of senses.

Keywords: Argumentative Semantics. Argumentative operator. Discursive orientation.

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AE – Argumentação externa

AI – Argumentação interna

CON – Conectivo

CON' – Conectivo transgressivo (no entanto)

E – Enunciador

e – Entidade lingüística

FSP – Folha de S. Paulo

NEG - Negação

NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira

PTN – Portanto

NTN – No entanto

Si – Significação implícita

Sl – Significação literal

TAL – Teoria da Argumentação na Língua

TBS – Teoria dos Blocos Semânticos

PUCRGS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

λ - ser do mundo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (TAL)	25
2.1 PRESSUPOSIÇÃO LINGÜÍSTICA	26
2.2 SEGUNDA FASE DA TAL: ALGUNS CONCEITOS	34
2.2.1 A polifonia	37
2.2.2 <i>Topos</i> argumentativo	40
2.3 TERCEIRA FASE DA TAL: A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS (TBS)	44
2.3.1 A interdependência semântica	46
2.3.2 Aspectos argumentativos	47
2.3.3 O quadrado argumentativo	48
2.3.4 Argumentação interna e argumentação externa	50
3 PERSPECTIVA DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS E DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA	53
4 ANÁLISE DE CORPUS	68
4.1 AINDA EM ENUNCIADOS SIMPLES	70
4.2 MAS ... AINDA	77
4.3 AINDA NÃO / NÃO AINDA	83
4.4 AINDA MAIS	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
6 REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE	103

RESUMO

Esta pesquisa tem como proposta a análise e descrição de enunciados-título do jornal *Folha de S. Paulo*, anos 2006-2007, constituídos pelo operador argumentativo *ainda*. Por meio de uma descrição lingüística de perspectiva estruturalista, este estudo se fundamenta na teoria da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação), cujo precursor é Oswald Ducrot, para o qual a função precípua da língua é a argumentação. A língua, nesse sentido, é concebida como um jogo de vozes, com as quais o locutor ou concorda, ou se identifica, ou das quais discorda. Apresenta-se o tratamento dado pela NGB e, por extensão, pelas Gramáticas Tradicionais (GTs) ao morfema *ainda* – classificado morfologicamente como advérbio, e considerado sintaticamente como termo meramente acessório, e analisa-se esse mesmo morfema, do ponto de vista da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), como operador discursivo, marca lingüística que se apresenta como uma estratégia de que o locutor lança mão, a fim de conseguir a adesão de seu interlocutor às suas idéias. Objetiva-se demonstrar que, embora tradicionalmente relegado a uma condição marginal pelas gramáticas tradicionais, nos estudos da linguagem esse operador é recuperado pela Semântica Argumentativa, que o reconhece como possuidor de grande força argumentativa, cuja função, nos enunciados, é fundamental na construção dos sentidos.

Palavras-Chave: Semântica Argumentativa. Operador Argumentativo. Orientação Discursiva.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da língua, em especial nas escolas, restringe-se, fundamentalmente, às relações paradigmáticas e sintagmáticas que as palavras¹ estabelecem umas com as outras no interior das frases/orações. Dessa forma, invariavelmente, estudar a língua significa classificar as palavras como pertencentes a determinada classe morfológica (eixo paradigmático), ou identificar em uma dada frase/oração a função sintática dos termos naquele ambiente lingüístico: se funciona como termo essencial ou básico; integrante; ou acessório.

Assim, para muitos, conhecer a própria língua passou a significar saber identificar a classe gramatical a que as palavras pertencem ou a função sintática que os termos exercem numa oração, seja simples seja complexa. Esse conhecimento não se revela de grande valia, quando se considera que a função precípua da língua é a argumentação, ou seja, o que se faz quando se usa a língua. As gramáticas tradicionais, embora muitas vezes apresentem um capítulo para o estudo da semântica, restringem o estudo do sentido às palavras isoladamente, ou em relação com outras de sentido comum, desconsiderando o valor pragmático dessas palavras na linguagem ordinária.

Desse modo, pode-se afirmar que o conhecimento gramatical da língua materna adquirido na escola não garante ao indivíduo o domínio dessa língua em situação de interlocução. Ou seja, o fato de alguém saber reconhecer as categorias gramaticais e a função sintática das palavras, ou de dominar outros conceitos fonéticos, morfológicos e sintáticos dos termos isolados ou distribuídos em orações, não lhe assegura bom desempenho no uso da língua em atividade de comunicação. As frases/orações analisadas na sala de aula são, geralmente, observadas fora de contexto e, invariavelmente, sem que se discutam as possibilidades de interpretações que poderiam ter em situação de uso.

Não se pretende, aqui, minimizar a importância do conhecimento gramatical tão explorado nas escolas, mas defender que, para as situações reais de interlocução, há que se compreender o modo como o sentido se constrói nas relações paradigmáticas e sintagmáticas entre os

¹ Nesta pesquisa considerou-se vocábulo, termo e palavra como sinônimos, embora se saiba que termo é um conjunto de itens lexicais, considerados do ponto de vista sintático; vocábulo é o conjunto de itens lexicais, considerados do ponto de vista fonológico; e palavra é um item lexical, normalmente compreendido entre dois espaços em branco no papel, considerado do ponto de vista do significado.

termos e, a partir dessa compreensão, utilizar esse conhecimento não só para melhor interpretar enunciados como também para produzi-los com maior propriedade.

Esta pesquisa não visa, no entanto, a uma discussão sobre o ensino da língua materna. O que se objetiva é observar o comportamento de algumas palavras, como as denominadas denotativas (conforme gramáticas tradicionais), e de alguns morfemas adverbiais, com atenção especial ao operador *ainda*, em enunciados-título do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP), anos 2006-2007 - e, após essa observação, descrever e explicar o valor argumentativo desse operador, especificamente naqueles enunciados; além de comprovar que esse morfema não exerce na língua em uso uma função meramente acessória, conforme sustentam as gramáticas tradicionais, mas que, ao contrário, é essencial na construção dos sentidos.

A linha teórica que fundamenta esta pesquisa é a Semântica Argumentativa, desenvolvida por Oswald Ducrot, em parceria com Jean Claude Anscombre, nos últimos quarenta anos e que, ao longo desse tempo, passou por reexames, sofrendo algumas alterações conceituais, sem, contudo, perder de vista seu postulado principal: o de que “a argumentação está na língua”.

Ducrot (1984, p. 163) denomina “pragmática semântica” ou “pragmática lingüística” a disciplina na qual estão inseridos seus estudos sobre a linguagem. Conforme o autor, tomando-se como objeto de estudo da pragmática “[...] a ação humana em geral, o termo pragmática da linguagem pode servir para designar, neste conjunto de investigações, as que dizem respeito à ação humana realizada pela linguagem, indicando suas condições e seu alcance.”

No entanto, Ducrot (loc. cit.) afirma que o problema propriamente lingüístico é outro, deixa de ser o que o sujeito faz quando fala, mas o que a própria fala faz, conforme o enunciado realizado. Partindo do princípio de que a língua é um jogo, uma prática discursiva, investiga-se o modo por que, utilizando-se determinado tipo de enunciado, interrogativo ou imperativo, por exemplo, se obriga o interlocutor a determinado comportamento. Para o autor, essa obrigação de agir ou responder, impelida ao interlocutor, é efeito da própria enunciação, o que o leva a concluir que todo enunciado carrega uma qualificação de sua enunciação e que essa qualificação encerra o sentido do enunciado.

A partir desse quadro, não se concebe, neste estudo, que a função fundamental da língua se

traduza na atividade de um sujeito informando a outrem suas idéias. Ao contrário, mais que fazer o interlocutor conhecer o que antes desconhecia, ao enunciar, o locutor se dirige ao interlocutor com um propósito maior que o de lhe comunicar algo: a intenção de lhe provocar alguma reação.

Conforme a concepção ducrotiana, a língua é um lugar de embate entre sujeitos; estudá-la, portanto, requer que se vá além da descrição das estruturas frasais; ou seja, requer que se considerem os sentidos produzidos, quando da seleção pelo locutor, na construção dos enunciados, de algumas palavras e não de outras, a fim de orientar o destinatário para determinadas conclusões. Exemplificando, em um enunciado como (1):

(1) Estou cansado,

em uma situação em que locutor e destinatário falam sobre a exibição, naquele mesmo dia, de determinado filme a que ambos já tivessem manifestado interesse em assistir, o locutor, ao enunciar (1) “Estou cansado”, não o faz apenas para informar ao destinatário o seu estado físico e/ou psicológico. Se assim o fosse, sua fala resultaria absurda. Compreende-se que, talvez, por uma questão de economia lingüística, em lugar de o enunciador dizer que, embora desejasse muito assistir ao filme, não iria ao cinema, porque se sentia cansado e preferia ficar em casa para repousar, ele enunciou (1) “Estou cansado”. Assim, para a compreensão desse enunciado, o sentido deve ser procurado não em sua superfície lingüística, mas nos motivos que levaram o locutor a enunciá-lo. Ao questionar-se por que o locutor disse o que disse, o alocutário, encontrará em (1), (1a) “Embora eu quisesse ir ao cinema assistir a esse filme, não irei porque estou cansado”.

Examinando-se os exemplos:

- (2) Pedro está na graduação;
- (3) Pedro ainda está na graduação;
- (4) Pedro já está na graduação;
- (5) Pedro só está na graduação;
- (6) Pedro até está na graduação,

observa-se que a informação veiculada pelos enunciados é a mesma. Assim, teríamos em (2),

(3), (4), (5) e (6) a informação de que “Pedro faz curso superior”.

Imagine-se, agora, uma situação em que alguém, criticando o comportamento de Pedro, comentasse que ele se dedica pouco ao trabalho e à família, e ouvisse de seu interlocutor, como justificativa para a atitude do rapaz - e em sua defesa -, que (2) “Pedro está na graduação”. Nesse caso, (2) deixa de ser simplesmente uma asserção, com valor constativo, e passa a caracterizar um enunciado cuja orientação argumentativa é equivalente a (2a) “Pedro não tem tempo para se dedicar mais ao trabalho e à família, porque ele faz curso superior”.

Verifica-se em cada um dos enunciados de (2) a (6) estatutos diferentes, ou seja, orientações argumentativas diversas. Observa-se, em (3) “Pedro ainda está na graduação”, em (4) “Pedro já está na graduação”, em (5) “Pedro só está na graduação”, e em (6) “Pedro até está na graduação”, que nos próprios enunciados há marcas lingüísticas que orientam o destinatário para determinada conclusão.

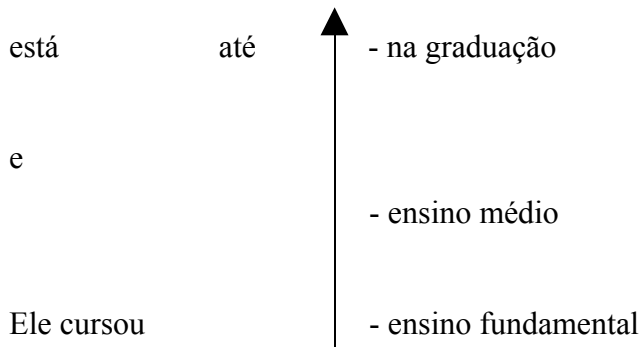
Aparentemente, tem-se, em (3) e (5), formados com os operadores *ainda* e *só*, um julgamento do enunciatador que aponta para a mesma direção; julgamento segundo o qual uma das possibilidades de sentido para (3) seria (3a) “Pedro não tem tempo para o trabalho e para a família, porque está atrasado em sua formação acadêmica, precisa dedicar-se aos estudos”, podendo-se considerar a mesma possibilidade para (5), ou seja, (5a) “Pedro não tem tempo para o trabalho e para a família, porque está atrasado em sua formação acadêmica, precisa dedicar-se aos estudos”. Avaliação que, mesmo justificando a falta de tempo de Pedro, depõe contra ele no que diz respeito ao nível de escolaridade.

Já em (4) “Pedro já está na graduação”, e em (6) “Pedro até está na graduação”, verifica-se que, em função da presença dos operadores *já* e *até*, esses enunciados, ao contrário de (3) e (5), além de justificar a falta de tempo de Pedro para o trabalho e a família, são favoráveis a ele quanto ao nível de formação acadêmica. Tem-se em (4) - com a presença do operador *já* -, como possibilidade de interpretação, (4a) “Pedro está, em compensação, academicamente adiantado”, orientação semelhante à que se verifica em (6), com a presença do operador *até*, que direciona para o sentido de (6a) “Pedro cursa o ensino superior, o que não é, academicamente, pouco”. Ou seja, em (5) e (6) a atitude de Pedro em dedicar-se pouco à família e ao trabalho justifica-se pelo fato de ele empenhar-se em seus estudos. Assim, estar academicamente “adiantado” está posto como uma forma de compensação pela postura de

Pedro em relação ao trabalho e à família.

Observa-se que a inclusão do operador *até* no enunciado (6) sugere uma escala argumentativa (trata-se, no caso, do nível de escolaridade de Pedro), em que se consideram níveis mais baixos de escolaridade, como o ensino fundamental e o ensino médio, por um lado, e, por outro lado, num nível superior, a graduação. Desse modo, em (6) “Pedro até está na graduação”, o operador *até* introduz o argumento mais forte para uma conclusão *r*, conforme esquema 1:

r = Pedro está academicamente adiantado.



As possibilidades de interpretação representadas em (3a), (4a), (5a) e (6a) se verificam em função de marcas discursivas que, nos enunciados, mostram o raciocínio que o ouvinte deve ter para chegar a determinada conclusão. Ou seja, esses operadores, uma vez constituintes de enunciados, produzem neles uma reorganização semântica, determinando os encadeamentos possíveis (ou proibidos) no encadeamento discursivo.

Os efeitos de sentido acrescidos por *ainda*, *já*, *só* e *até*, são, aparentemente:

- (3) Pedro ainda está na graduação. (está academicamente atrasado);
- (4) Pedro já está na graduação. (está academicamente adiantado);
- (5) Pedro só está na graduação. (está academicamente atrasado, há muito por fazer);
- (6) Pedro até está na graduação. (está academicamente adiantado, numa escala de importância acadêmica),

o que significa que esses operadores não têm função apenas acessória, conforme postulam as

gramáticas tradicionais. Não se pode interpretar sua escolha como representativa da intenção do locutor de indicar, no caso de *ainda* e *já*, única e prioritariamente aspecto temporal; e, no caso de *só* e *até*, a intenção gratuita de denotar realce ou inclusão, respectivamente; visto que são esses termos responsáveis por uma orientação argumentativa favorável ou contrária a Pedro, determinando, assim, a subjetividade do locutor. Esses operadores funcionam, nos enunciados descritos, como marcas lingüísticas que revelam o caráter persuasivo do próprio ato de enunciar, orientando o destinatário para a adesão do ponto de vista com o qual o locutor concorda.

Com o propósito de, nesta pesquisa, descrever enunciados da língua que empreguem morfemas que apresentem esse tipo de comportamento - o de operar argumentativamente; e visando a explicar as possibilidades de sentido desses enunciados, de acordo com a situação de uso, serão utilizados, como referencial teórico, conforme exposto anteriormente, estudos realizados por Ducrot (1977, 1981, 1984, 1988 e 1989) e Carel & Ducrot (2005), acerca do valor argumentativo da linguagem, tais como a noção de implícitos lingüísticos, a teoria da polifonia – a qual recusa o princípio lingüístico tradicional da unicidade do sujeito – e, de forma mais limitada, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), presente na última fase da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) ducrotiana.

Servirão também de suporte para esta análise estudiosos da linguagem que tiveram nos trabalhos de Ducrot uma das referências para o desenvolvimento de suas pesquisas, entre os quais se destacam Vogt, Koch e Guimarães, que se interessaram pelo estudo da língua em uso, e concordam com o princípio fundamental da Teoria da Argumentação na Língua ou Semântica Argumentativa de que a argumentatividade não é algo que se acrescenta à língua, mas algo que a constitui.

Embora este estudo apresente, para efeito de ilustração, exemplos de enunciados com uso variado de operadores, ele visa a uma descrição semântica da língua, a partir da observação da palavra invariável *ainda*. Esse morfema, classificado como advérbio pelas gramáticas tradicionais, que o descrevem como tendo uma função acessória nas frases, funciona, conforme a Teoria da Argumentação na Língua, como marcador discursivo, cuja função é essencial na produção dos sentidos, pois é portador de argumentatividade.

Este estudo objetiva, ainda, somar-se às escassas pesquisas lingüísticas em língua portuguesa, cujo objeto de estudo seja o operador *ainda*, atribuindo-se a esse marcador tratamento diferenciado, a partir de uma perspectiva argumentativa.

A escolha do morfema *ainda* deve-se, em primeiro lugar, ao fato de ele pertencer à categoria dos termos considerados “meramente” circunstâncias, sempre relegados a um plano secundário pelas gramáticas tradicionais - conforme postulados da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) -, tanto do ponto de vista morfológico, quanto do sintático e do semântico; e, em segundo lugar, por serem poucas as pesquisas lingüísticas, em língua portuguesa, em que o operador *ainda* seja tema de estudo.

De acordo com Koch (1984, p. 103),

É a **macrossintaxe do discurso** – ou **semântica argumentativa** – que vai recuperar esses elementos, por serem eles justamente que determinam o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, pois, em marcas lingüísticas importantes da enunciação (grifos da autora).

Assim, apresenta-se, nesta pesquisa, o tratamento dado pela NGB e, por extensão, pelas gramáticas tradicionais ao morfema *ainda*, ao lado de uma análise desenvolvida na perspectiva da TAL, a fim de se compreender melhor o funcionamento da linguagem, a partir do uso desse operador em títulos jornalísticos.

A linguagem jornalística, tradicionalmente, com o propósito de atribuir maior veracidade aos fatos relatados, se apresenta como neutra, pois, conforme afirma Martins (2001, p. 22), no *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, “A busca da objetividade jornalística e o distanciamento crítico são fundamentais para garantir a lucidez quanto ao fato e seus desdobramentos [...]”. Dessa forma, a fidedignidade no relato dos fatos, em textos jornalísticos, permitiria que o leitor chegasse às próprias conclusões, sem sofrer influências das escolhas do redator.

Embora, na mesma obra (p. 45), haja o reconhecimento de que “Não existe objetividade em jornalismo”, em recomendação posterior, lê-se que “Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse”.

No entanto, como, nesta pesquisa, se parte do pressuposto de que a linguagem é fundamentalmente argumentativa, ainda que se pretenda, em um determinado gênero textual, como o jornalístico, maior objetividade e distanciamento entre o fato e o texto que vai divulgá-lo, algumas marcas lingüísticas orientam o leitor/alocutário para esta ou aquela conclusão. Assim, acredita-se que um estudo cujo pressuposto seja o de que a argumentatividade está inscrita na língua encontre, nesse gênero, material rico para investigação.

Nesse sentido, são selecionados, para a construção do *corpus* para análise, títulos e textos subseqüentes, do jornal *Folha de S. Paulo*, anos 2006-2007, publicação escolhida por ser de distribuição nacional e de fácil acesso para esta pesquisadora. Os títulos selecionados apresentam o operador *ainda*, sobre cujo funcionamento se pretende debruçar, a fim de se observarem as possíveis orientações argumentativas que esse morfema dá ao discurso, encaminhando o sentido do enunciado para determinadas conclusões e não para outras.

De acordo com Koch (1984, p. 17), “A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade” (grifo da autora). Assim, podem-se observar, nos títulos jornalísticos selecionados para análise, direcionamentos para conclusões que expressam o sentido pretendido pelo redator.

No entanto, como uma descrição lingüística de base estruturalista, conforme postula o próprio Ducrot, não insere em seus estudos o sujeito no mundo (neste caso, o redator), visto não trabalhar com a equivalência língua/realidade, identifica-se nesse tipo de pesquisa a figura do locutor – responsável pelo enunciado – que, por sua vez, põe em cena vozes, pontos de vista de enunciadores com os quais pode ou se identificar ou concordar ou, ainda, dos quais pode discordar. A esse respeito, Barbisan (2005), em publicação com o título *A definição argumentativa do léxico no discurso*, afirma que:

[...] é a posição que o locutor assume ao dialogar com diferentes enunciadores que ele põe em cena em seu discurso, numa forma de eixo paradigmático, que define o discurso em seu aspecto semântico, não só para a construção dos encadeamentos como também para o sentido das entidades lexicais que compõem o discurso.

Exemplificando, analise-se o seguinte título em que se lê:

(7) Chico critica, mas afirma que ainda vota em Lula. (*FSP*, de 06-05-2006)

Nesse enunciado, há um locutor que põe em cena vozes de mais de um enunciador, que ora se aproximam, ora se distanciam. A fim de tornar a análise menos complexa, cria-se, a partir de (7), dois outros enunciados: o primeiro, (7a) “Chico critica mas afirma que vota em Lula”, constituído apenas pelo operador *mas*; e o segundo (7b) “Chico ainda vota em Lula”, constituído apenas pelo operador *ainda*. Feito isso, identifica-se a postura do locutor diante das variadas vozes apresentadas nesse enunciado-título.

Desse modo, em (7a) “Chico critica mas afirma que vota em Lula” identificam-se: E1, que afirma que “Chico critica Lula”; E2, que, a partir da afirmação de E1, conclui que “Chico não vota em Lula”; E3 que orienta, por meio do marcador discursivo *mas*, para conclusão contrária da que sugere E2; e, por fim, E4 que, seguindo orientação de E3, conclui que “Chico vota em Lula”.

Em (7b) “Chico ainda vota em Lula”, por meio do operador argumentativo *ainda*, apresentam-se pontos de vista de dois enunciadores: E1, responsável pela informação implícita pressuposicional de que “Chico votou em Lula em pleito passado”, e E2, responsável pela informação de que “Chico vota em Lula no presente”.

Assim, em (7a) “Chico critica Lula”, observa-se orientação para a conclusão de que “Chico não vota em Lula no presente”, conclusão que se justifica pela própria argumentação interna da palavra *critica*, que denota, nesse enunciado, insatisfação com a administração de Lula, apreciação desfavorável ao governo. Essa conclusão, no entanto, é desautorizada pelo conectivo *mas*, que mostra o ponto de vista de E3, ou seja, “conclua o contrário do que sugere E2” no segundo segmento. O operador *mas* orienta para a conclusão que o alocutário deverá, de fato, tirar daquele enunciado: que embora Chico perceba falhas no governo Lula, ainda assim, “Chico vota em Lula no presente”. A crítica, nesse caso, pressupõe uma escala argumentativa que vai da mais violenta à mais branda.

O outro marcador discursivo que se verifica em (7b), o operador *ainda*, ao mesmo tempo em que lembra a todos aqueles a quem a matéria se destina que “Chico votou em Lula em pleito passado”, afirma que “Chico vota em Lula no presente”.

Conclui-se, dessa forma, que a função do morfema *ainda*, no enunciado-título (7), não se limita a apenas determinar aspecto temporal (continuativo), ele também funciona como

direcionador para a conclusão já orientada pelo marcador *mas* de que o apoio de Chico ao candidato Lula à presidência permanece no momento atual.

De acordo com Koch (1984, p. 104), o termo *ainda* pode servir como “a) marcador de excesso (temporal, não temporal); ou b) introdutor de mais um argumento a favor de determinada conclusão”. Em (7) “Chico critica, mas afirma que ainda vota em Lula”, o operador *ainda* funciona como marcador de excesso temporal, orientando para a reafirmação do voto.

Observe-se que, na coordenação entre “Chico critica, mas afirma (que vota em Lula)”, o operador argumentativo *mas* (que não é objeto de estudo nesta pesquisa) já orienta para uma conclusão oposta à que foi sugerida anteriormente, que “Chico não vota em Lula”, pois pressupõe que a crítica resulta da insatisfação, o que teria como consequência o não-apoio ao candidato. Por sua vez, pode-se entender o uso do operador *ainda*, nesse enunciado, também como que orientando para a possibilidade de não-apoio ao candidato, em eleições futuras, pelo próprio fato de que o que se põe como primeira asserção é a crítica e não a garantia do voto. Basta que se imagine que o encadeamento discursivo posterior ao segmento “mas afirma que ainda vota em Lula” tenha como conteúdo o fato de Chico não reconhecer, até aquele momento, outro candidato que melhor pudesse fazer oposição a Lula, na disputa pelo governo da República.

O operador *ainda*, nesse sentido, além de revelar a postura de Chico de ter apoiado o candidato Lula no passado, reafirma essa postura no presente, mas não a garante no futuro.

É importante que se esclareça que o enunciado (7) “Chico critica, mas afirma que ainda vota em Lula” constitui título de capa do jornal *Folha de S. Paulo*, cuja função primeira é aguçar a curiosidade do destinatário pela leitura da matéria, da qual faz parte uma entrevista de Chico ao jornal. No entanto, o título da entrevista, que se lê no caderno Ilustrada, interior do jornal, é outro, conforme enunciado (8):

(8) Chico diz que vota em Lula de novo.

Nesse novo enunciado-título, a expressão *de novo*, assim como o operador *ainda*, também pressupõe que Chico votou em Lula no passado e assevera que o artista reafirma seu apoio ao candidato Lula. Mas, diferentemente de *ainda*, *de novo* não sugere que o apoio ao candidato

não está garantido no futuro. Daí, conclui-se que: mudando-se os operadores discursivos, mudam-se as diretrizes argumentativas, as conclusões para as quais o sentido global do enunciado aponta.

O excerto da entrevista de Chico, transcrito a seguir, confirma a hipótese apresentada na análise do uso de *ainda*, enunciado (7), de que esse operador, ao mesmo tempo que lembra que Chico votou em Lula no passado, reafirma esse voto no presente, mas não o assegura no futuro. Conforme o próprio entrevistado, ele vota em Lula porque não vota em Alckmin (único candidato de oposição a Lula, no pleito de 2006), o que significa dizer que, se, em eleições futuras, houver candidato(s) que apresente(m) perspectivas melhores de governo, o apoio de Chico a Lula não estará garantido.

Leia-se o excerto.

Chico diz que vota em Lula de novo

Decepcionado com o PT, Chico critica oposição que trata Lula como um “vagabundo que deve voltar à senzala”

"É duro jogar na defesa." Foi esse o comentário bem-humorado que Chico Buarque fez assim que terminou a primeira parte de uma entrevista feita em dois tempos, no domingo à noite e na segunda-feira à tarde, no seu apartamento no Leblon. O compositor se referia à defesa que acabara de fazer do governo Lula.

Mas Chico Buarque não sabe, não gosta e não joga na defesa. Como no futebol, que, perto de completar 62 anos, em junho próximo, continua praticando três vezes por semana, Chico partiu logo para o ataque. Disse que o escândalo do mensalão o deixou, sim, decepcionado com o governo e é desastroso para o PT. Mas disse com ênfase ainda maior que as críticas da oposição e de parte da mídia a Lula exorbitaram tanto no tom quanto no conteúdo e são, por isso, inaceitáveis.

[...]

Folha – Você vai votar no Lula?

Chico - Hoje eu voto no Lula. Vou votar no Alckmin? Não vou. Acredito que, apesar de a economia estar atada como está, ainda há uma margem para investir no social que o Lula tem mais condições de atender. Vai ficar devendo, claro. Já está devendo. Precisa ser cobrado. Ele dizia isso: "Quero ser cobrado, vocês precisam me cobrar, não quero ficar lá cercado de puxa-sacos". Ouvi isso dele na última vez que o vi, antes de ele tomar posse, num encontro aqui no Rio.

(FSP, Ilustrada, 06 -05-2006)

Assim sendo, considera-se que a escolha do operador argumentativo *ainda* está preñe de intenções, de orientações para conclusões que tanto podem favorecer quanto desfavorecer o candidato em questão, o que dependerá das circunstâncias enunciativas e dos encadeamentos que compõem o discurso como um todo.

A propósito da posição do locutor, diante dos pontos de vista dos enunciadores, Ducrot (1984, p. 193) afirma que:

[...] pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não se assimile a eles [...]

O título jornalístico (7) “Chico critica, mas afirma que ainda vota em Lula” é um enunciado escrito em discurso indireto (discurso relatado), em que o locutor se apresenta como fonte de um discurso que exprime atitudes que não são suas: *a crítica, a afirmação e o voto*. No entanto, é esse locutor o responsável pelo sentido global do enunciado, e é escolha sua o uso dos marcadores discursivos *mas* e *ainda*, selecionados para a constituição do título que apresenta a matéria subsequente. Se, por um lado, as atitudes relatadas não são as do locutor, por outro lado, é ele o responsável por orientar o interlocutor para determinadas conclusões como, num primeiro momento, a de que “Chico não vota em Lula, no presente”, num segundo momento, em função do operador *mas*, a de que “Chico vota em Lula, no presente” e, posteriormente, a de que “Chico pode não votar em Lula no futuro”.

Em vista disso, conclui-se que, diante das atitudes dos vários enunciadores, expressas nesse enunciado-título, o locutor: em (7a) “Chico critica, mas afirma que vota em Lula”:

- (a) apresenta E1 como o responsável pela asserção de que “Chico critica Lula”;
- (b) inclina-se com E2 a concluir que “Chico não mais votará em Lula”;
- (c) apresenta E3, que orienta para uma conclusão não F, oposta à de E2;
- (d) assimila-se a E4, que conclui que “Chico votará em Lula no presente”.

Já em (7b) “Chico ainda vota em Lula”, o locutor:

- (a) apresenta um E1, assimilado a uma voz coletiva - no interior da qual o locutor está inserido - responsável pela informação pressuposta de que “Chico votou em Lula em eleição passada”;
- (b) assimila-se a E2, que reafirma o voto em Lula no presente, reforçando, desse modo, a conclusão de E4.

A propósito da postura do locutor, diante do ponto de vista de E1, em (7b), segundo o qual “Chico votou em Lula em pleito passado”, (Ducrot (1984, p. 218) afirma que, integrado à voz coletiva, característica da pressuposição, ainda que identificável no interior do discurso, o locutor é considerado um ser existente fora do discurso, ou seja, locutor enquanto ser do mundo (λ).

Nessa perspectiva, da Semântica Argumentativa, a linguagem deixa de ser entendida como uma atividade de codificação e decodificação de signos lingüísticos ou de transmissão de pensamentos, e passa a ser entendida como um *jogo*, do qual participam diferentes enunciadorees, que nem sempre são assimilados pelo locutor.

Partindo-se do postulado ducrotiano da não-unicidade do sujeito, e, amparando-se na teoria da polifonia, procura-se nesta pesquisa identificar não só as vozes que se fazem “ouvir” nos enunciados-título selecionados como também a postura do locutor diante dessas vozes.

Com o propósito de defender a tese de que o operador *ainda* atua argumentativamente nos enunciados em que é utilizado, com função que se superpõe à de modificador de verbos (e também de adjetivos e de advérbios), ou à de palavra circunstancial, conforme as gramáticas tradicionais, divide-se esta pesquisa em cinco capítulos, incluído este primeiro capítulo introdutório.

O segundo capítulo apresenta a Teoria da Argumentação na Língua, em suas diferentes fases, além dos diferentes conceitos de língua e de sujeito, ao longo dos estudos da linguagem, contrapondo a Lingüística tradicional à Lingüística contemporânea.

Com base em *Princípios de Semântica Lingüística: dizer e não dizer* (DUCROT, 1977), discute-se a concepção de língua, adotada numa semântica de perspectiva pragmática, além da noção de implícitos lingüísticos (relação entre dizer e não dizer): os pressupostos e os subentendidos, apresentando, desse modo, a fase *standart* da Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Oswald Ducrot, em colaboração com Jean-Claude Anscombe.

O segundo capítulo relaciona, ainda, os conceitos básicos adotados por Ducrot (1987), em uma descrição lingüística, tais como os de frase, enunciado e enunciação, significação e

sentido, sujeito falante (autor), locutor e enunciador, dentro da concepção de polifonia enunciativa, esta apoiada na noção de *topos* - lugar comum argumentativo (1989).

Esse capítulo trata, também, do modelo mais recente da TAL, a Teoria dos Blocos Semânticos. Nesse modelo, desenvolvido por Marion Carel e Ducrot, desde 1992, o semanticista revê a noção de *topos* argumentativo, reconhecendo que cometera um deslize, visto que aquela teoria ultrapassa, na análise dos enunciados, o contexto lingüístico, por basear-se em crenças sociais (CAREL & DUCROT, 2005).

O terceiro capítulo, com o propósito de refutar a idéia de que a função do morfema *ainda*, nos enunciados em que é utilizado, seja apenas circunstancial e acessória, função essa exercida pela classe dos advérbios, conforme as gramáticas tradicionais, em particular, a de Celso Cunha & Lindley Cintra (1985), e a de Rocha Lima (1972), apresenta análise de enunciados constituídos por esse operador, tanto da perspectiva das gramáticas tradicionais quanto da perspectiva da Teoria da Argumentação da língua.

O quarto capítulo dedica-se à análise do *corpus*. Como metodologia de análise, divide-se esse capítulo em blocos, em que o operador *ainda*, aparentemente, se comporta de forma diversa, quais sejam: enunciados simples, constituídos com o *ainda*; *ainda* posposto ao operador *mas*; *ainda* posposto e *ainda* anteposto ao morfema *não*; e, por fim, *ainda* em frases comparativas, seguido do morfema *mais*.

O quinto e último capítulo apresenta, após a análise de alguns enunciados, as conclusões finais a que se chegou sobre as possibilidades de sentido orientadas pelo operador *ainda* e sobre o potencial argumentativo desse marcador discursivo.

2 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (TAL)

O homem, ser social, interage com o outro por meio da linguagem, e esta, independentemente do modo como se concretiza (gestos, cores, sinais, oralidade ou escrita), torna-se a grande responsável pela formação das sociedades, pois é por meio dela que os indivíduos se interrelacionam.

Neste estudo, parte-se do princípio de que a linguagem é essencialmente argumentativa, ou seja, é por meio do uso da língua que os indivíduos não só compartilham suas experiências de vida, sua percepção de mundo, seus desejos, enfim, mas também interagem socialmente, posicionando-se uns perante os outros.

A intencionalidade subjacente à produção de enunciados, em situação de interlocução, orienta o sentido a ser construído, dada a situação discursiva. Se se entende a argumentatividade como algo que está inscrito na linguagem, parte-se do princípio de que ninguém diz o que não acredita ser importante; logo, toda ação de dizer comporta a intenção, por parte do locutor, de ‘mostrar’ a conclusão para a qual o alocutário deve se encaminhar.

Desse modo, o alocutário deve reconhecer, no momento da enunciação, se os enunciados produzidos apresentam dados suficientes para que se identifiquem neles elementos da argumentação, em que o locutor fará sua tese aceitável ou não, por meio dos recursos do convencimento e da persuasão utilizados em sua produção.

A linguagem, assim, atua como lugar em que se assumem pontos de vista, e cujo propósito é a persuasão, ou seja, a busca pela adesão do ouvinte aos pontos de vista do locutor, que resultam de experiências acumuladas, de sua compreensão da realidade que o circunda. A língua, desse modo, não traduz a realidade enquanto tal, mas o modo como essa realidade se constrói na relação que se estabelece entre as pessoas e o mundo.

Dessa forma, pode-se afirmar que a história de vida de cada indivíduo é determinante de seu ponto de vista, pois este resulta de “cortes e recortes” que cada um efetua no processo cultural para atender a seus interesses e necessidades. É pela linguagem que o homem revela seu posicionamento, que assume pontos de vista, interagindo com o outro. Nesse exercício de interlocução, o locutor remete a si mesmo como Eu e ao outro como TU, condição instituída

pelo caráter discursivo da linguagem. Nas palavras de Benveniste,

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática (BENVENISTE, 1976, p. 286, grifos do autor).

De acordo com Koch (2003, p. 19), há, “[...] da parte do produtor do texto, um ‘projeto de dizer’; e, da parte do interpretador (leitor/ouvinte), uma participação ativa na construção do sentido, por meio da mobilização do contexto [...]”. Nessa parceria, os interlocutores jogam, continua a autora, o *jogo da linguagem* e, para tanto, lançam mão de “[...] uma série de estratégias – de ordem sociocognitiva, interacional e textual - com vistas à produção do sentido”.

Desse modo, entende-se que a interação entre os indivíduos resulta da capacidade que eles têm de inscrever-se na linguagem, quando em situações discursivas, e de provocar o outro, seu interlocutor, a participar desse ‘jogo’, posicionando-se também como sujeito de vontades.

É por meio da interação humana, via linguagem, que a realidade vai se construindo, conforme percepção dos interlocutores, já que não se considera a língua, de acordo com os postulados ducrotianos, nem como ‘expressão do pensamento’ (concepção comparativista, séc. XIX), nem como mero instrumento de ‘comunicação’ (concepção que já considera a dualidade dos interlocutores), mas como uma expressão de ‘vida social’. A língua, segundo Ducrot (1977, p. 12), “[...] será considerada como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo, e de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana.”

2.1 A PRESSUPOSIÇÃO LINGÜÍSTICA

A Teoria da Argumentação na Língua, cujo representante principal é Oswald Ducrot, desenvolve-se há aproximadamente quarenta anos, passando ao longo desse tempo por ajustes e revisões que visam a cobrir lacunas não preenchidas em um dado momento e a tornar os estudos da linguagem mais completos.

Ducrot propõe uma descrição semântica da língua de veio estruturalista, mantendo, para tanto, os preceitos básicos da teoria saussuriana, um dos quais afirma que não se estuda a língua senão por ela mesma. A TAL, desse modo, defende que o sentido se constitui nas relações de um signo com outros signos da língua, o que implica que o significado de um signo não resulta de suas relações com o mundo, pois, segundo o próprio Saussure, as palavras da língua não correspondem às coisas do mundo.

Ao tratar do fenômeno da pressuposição, Ducrot (1977, p. 12) considera o uso da língua como “[...] o estabelecimento das regras de um jogo [...]”, adotando a idéia de que nem tudo deve e pode ser dito. Muitas vezes as pessoas não querem assumir a responsabilidade por ter dito algo e lançam mão de recursos que a própria língua lhes oferece para se eximirem dessa responsabilidade.

Conforme o autor, se a língua fosse considerada código (perspectiva saussuriana) caberia ao destinatário decifrá-lo e, feito isso, desvendar o sentido, que estaria expresso de modo explícito, bastando, para tanto, o conhecimento desse código.

No entanto, na compreensão da língua enquanto jogo, que estabelece regras a serem observadas pelos interlocutores, perpassa o entendimento de que o sentido se constrói para além do que está posto na superfície dos enunciados. Há, assim, que se procurar na língua em uso os implícitos: os subentendidos e os pressupostos.

Ducrot (1977, p. 14), em seus primeiros estudos, conforme artigo publicado em 1969, propõe duas razões para a necessidade dos implícitos na língua: a primeira é o fato de eles permitirem “[...] deixar entender sem acarretar a responsabilidade de ter dito”, e a segunda “[...] prende-se ao fato de que toda afirmação explicitada torna-se, por isso mesmo, um tema de discussões possíveis. Tudo o que é dito pode ser contradito”. Desse modo, enunciar uma idéia sob a forma de implícito é preservá-la de uma possível objeção.

O autor, no mesmo texto (p.14), reconhece haver formas de implícito introduzidas no discurso, por meio de procedimentos estranhos à língua – os subentendidos -, e formas de implícitos que estariam inscritos na própria língua- os pressupostos. Desse modo, propõe-se a discutir, primeiramente, os procedimentos discursivos de implicação, dividindo-os em duas categorias: “[...] aqueles que se fundamentam no conteúdo do enunciado, e aqueles que jogam

com a enunciação”.

No *implícito do enunciado*, apresentam-se fatos como causa ou consequência necessária de outros fatos que não se deseja assinalar. Por exemplo, faz-se uma avaliação positiva sobre o tempo, com o propósito de orientar para a conclusão de que se vai sair; ou fala-se do que se viu fora para informar a outrem que se esteve fora.

Mais adiante (1977, p.15), o autor apresenta outro exemplo desse tipo de implícito: os silogismos, em que se apresenta um raciocínio “[...] que comporta, como premissa necessária, mas não formulada, a tese objeto da afirmação implícita”, como no enunciado (9):

(9) João veio me procurar. Logo, deve estar precisando de dinheiro,

em que se implica que “João só me procura quando precisa de dinheiro”.

Outra forma de implícito do enunciado que o semanticista defende (p.15) é “[...] menos formal que o silogismo [...]”, pois joga com relações que dizem respeito “[...] mais às convenções oratórias do que à lógica”. Como exemplo o autor apresenta um enunciado em que se aconselha algo e, em seguida, se justifica o conselho, para mostrar que o que se aconselha é do interesse do destinatário: um enunciator aconselha seu interlocutor a não lhe perguntar sua opinião a respeito de determinado assunto, senão ele a dará; para fazê-lo entender que a opinião dada não agradaria ao destinatário.

Desse modo, os exemplos dados como implícitos do enunciado se situam na organização interna dos enunciados, ou seja, para Ducrot (p. 16), “[...] a proposição implícita é assinalada – e apenas assinalada – por uma lacuna no encadeamento das proposições explícitas.”, e cabe ao destinatário o preenchimento dessa lacuna, podendo o locutor se eximir da responsabilidade deste ou daquele sentido.

Quanto à segunda categoria de implícito, o *implícito da enunciação*, este deve ser procurado no próprio ato de enunciar. Considerando-se a hipótese de que todo discurso é regido por leis e que sua efetivação só se torna possível em respeito a essas leis, parte-se do princípio de que ninguém fala por acaso, se não julgar importante o que tem a dizer e, além disso, se não estiver ‘autorizado’ a tanto, pois toda fala é motivada.

Desse modo, sendo o ato de dizer considerado ‘legítimo’, caberá ao destinatário procurar os motivos que levaram o locutor a enunciar. O implícito, nesse sentido, deve ser procurado “[...] num nível mais profundo, como uma condição de existência do ato de enunciação” (DUCROT, 1977, p. 17). Questionar o porquê de alguém ter dito algo e com que direito ele o diz, conforme o autor, é atitude razoável nesse tipo de implícito.

Ducrot (loc. cit.) afirma: “[...] para cada lei do discurso, poder-se-ia fazer corresponder um tipo particular de subentendido, dando todo ato de discurso a entender que satisfaz as condições exigidas por essa lei”. Assim, para que a enunciação seja considerada legítima, torna-se necessário que se respeitem as leis que regem o discurso, como, por exemplo, a lei segundo a qual só se fala a outrem sobre aquilo que lhe possa interessar; caso contrário, estar-se-á exposto a questionamentos sobre o próprio direito de dizer. Escapam a essa lei autoridades que ocupam profissões como, por exemplo, a de professor, em que aquele que diz está legitimado a fazê-lo, goza de reputação para tanto; sua enunciação, por si só, merece crédito, visto ser considerada de interesse do interlocutor.

Cabe procurar, no implícito da enunciação, os motivos que levaram o locutor a realizar determinado ato de fala, suas motivações. Assim, alguém que recebe convidados pode falar-lhes que já é tarde, com o propósito de fazê-los entender que passa da hora de irem embora; por isso a necessidade de se buscarem as razões que levaram à enunciação. Conforme essa concepção, há superposta à significação implícita (*Si*) uma significação literal (*Sl*), de forma que a significação implícita não pode ser compreendida, se a significação literal for ignorada.

Como se pode observar, os implícitos lingüísticos permitem que se diga algo e se exima da responsabilidade de tê-lo dito; a responsabilidade do locutor fica reduzida, nesse caso, à significação literal, e, de acordo com Ducrot (1977, p. 20), “[...] A significação implícita, por sua vez, pode, de certo modo, ser posta sob a responsabilidade do ouvinte [...]”.

Os exemplos vistos até aqui, *implícitos do enunciado* e *implícitos fundados na enunciação*, tratam de modos discursivos de implicação, isto é, dos subentendidos, que se produzem a partir de uma *démarche* lógica ou psicológica, conforme Ducrot (1977, p. 32). Há, entretanto, outro modo de implicação, não-discursivo, o *implícito da pressuposição*. Enquanto nos dois tipos de implícitos discursivos, analisados anteriormente, a *Si* se superpõe à *Sl*, no implícito pressuposicional, a *Si* está inscrita no interior da própria *Sl*. Nos primeiros modos de implícito

a responsabilidade da significação implícita é do ouvinte, o locutor se exime dela; já no modo pressuposicional, o locutor assume essa responsabilidade junto ao ouvinte.

Há, desse modo, as *formas de implicitação discursivas*: o *implícito do enunciado*, que se verifica em (9):

(9) “João veio me procurar. Logo, deve estar precisando de dinheiro”,

e o *implícito fundado na enunciação*, que se verifica em (10):

(10) Pedro é muito inteligente,

que expressa a opinião do enunciador sobre Pedro a seu alocutário, Paulo, em que a motivação que levou o locutor a fazer um elogio de Pedro a Paulo, pode significar a sua pretensão em apresentar Pedro como modelo a Paulo; e as formas de *implicitação não-discursivas*: o *implícito da pressuposição*, que se verifica em (11):

(11) O avião chegou atrasado,

cujo conteúdo pressuposto é (11a) “O avião chegou”, e posto é (11b) “O avião estava atrasado”. Esse modo de implicitação (o pressuposicional) é o tema de análise desta pesquisa.

Ducrot (1984, p. 17), distingue em seus estudos pressupostos de subentendidos, a partir de exemplos como (12):

(12) Jaques continua fumando,

cujo conteúdo pressuposto é (12a) “Jaques fumava anteriormente” e conteúdo posto é (12b) “Jaques fuma atualmente”.

Para a detecção dos pressupostos, Ducrot propõe os testes da interrogação e da negação. O pressuposto (12a) resiste tanto ao primeiro quanto ao segundo teste, respectivamente, conforme: “Será que Jaques continua fumando?” ou “É falso que Jaques continua fumando”.

Em estudos posteriores, Ducrot acrescenta a esses testes o teste do encadeamento, tendo em vista que a aplicação do critério da interrogação e da negação em enunciados como:

(13) Fui à Alemanha com Pedro,

nem sempre lhes atribui pressupostos como (13a) “Fui à Alemanha”, ou (13b) “Viajei com Pedro”. A negação de (13): “Não fui à Alemanha com Pedro”, dependendo do contexto, tanto pode indicar que o locutor não foi à Alemanha, quanto que, quando foi à Alemanha, ele não viajou com Pedro. Assim, o que determinará o pressuposto é a continuação do discurso.

Retomando o exemplo (12) “Jaques continua fumando”, pode-se aplicar, também, nesse enunciado, o teste do encadeamento, por meio do acréscimo de uma oração subordinada à frase simples, dando-lhe uma estrutura complexa como: (12c) “Jaques continua fumando, ainda que o médico lhe tenha proibido o cigarro”. Observa-se, aqui, que o encadeamento se faz sobre o conteúdo posto (12b) “Jaques fuma atualmente”, não sobre o pressuposto (12a) “Jaques fumava anteriormente”.

Para distinguir pressuposto de subentendido, um dos exemplos que Ducrot apresenta é:

(14) Jacques não despreza vinho,

do qual se pode concluir (14a) “Jaques gosta muito de vinho”.

Observa-se que o enunciado (14) não pode ser submetido ao teste da negação e da interrogação, dada sua estrutura negativa, mas ao ser acrescido de uma oração subordinada, o encadeamento se fará justamente sobre (14a) “Jaques gosta muito de vinho”, diferentemente da pressuposição, em que o que está pressuposto não se apresenta como argumento para prosseguir o discurso, mas como fato incontestável, e o discurso se desenvolverá a partir do que foi posto como informação nova.

Em estudos posteriores, Ducrot revê a teoria da pressuposição – o postulado de que ela estaria marcada exclusivamente na frase – e admite que os pressupostos podem ser identificados no nível do enunciado e até do subentendido. Postula, a partir de então, a existência de pressuposições subentendidas. A pressuposição subentendida, segundo Ducrot (1984, p. 37)

“[...] sendo um elemento essencial do sentido do enunciado, não aparece como seu objeto”, não pode ser contestada, pois sua contestação impediria a existência do subentendido.

Sintetizando: para a descoberta dos pressupostos, Ducrot propõe os critérios da negação e da interrogação, segundo os quais o pressuposto persiste, mesmo quando se transforma a frase em negativa ou interrogativa. Quando esses critérios não são possíveis, aplica-se o critério do encadeamento, admitindo-se que sempre se encadeia sobre o que está posto, nunca sobre o conteúdo pressuposto.

De acordo com o que Ducrot chama de ‘concepção antiga’ de pressuposição, todos os pressupostos que aparecem no sentido do enunciado já estariam previstos na significação da frase. É esse o ponto da ‘concepção antiga’ que o autor reexamina, para chegar à conclusão de que há pressupostos dependentes do discurso, os quais só o critério do encadeamento permite apreender.

Reexaminando a concepção de pressuposição, Ducrot revê a noção de equivalência entre ato ilocutório e eficácia intrínseca das palavras, concluindo, assim, que nem sempre o valor ilocutório de um enunciado está marcado na frase. Logo, se entendida como ato ilocutório, a pressuposição também pode não estar marcada na frase.

Inicialmente, a propósito do ato ilocutório, Ducrot (1984, p. 34) afirma que:

[...] realizar um ato ilocucionário é *apresentar* suas próprias palavras como induzindo, *imediatamente*, a uma transformação *jurídica* da situação: apresentá-las, por exemplo, como criadoras de obrigação para o destinatário (no caso da ordem ou da interrogação), ou para o locutor (no caso da promessa).

De acordo com o autor, a transformação jurídica conseqüente do ato ilocutório consiste no fato de que, ao enunciar, ou seja, ao realizar o ato locucionário - que se traduz na própria emissão de um enunciado - o locutor promove um efeito comunicativo em seu interlocutor. A transformação ocorrida na situação discursiva resulta do fato de que o modo como o locutor profere o enunciado anuncia sua intenção comunicativa. Se é, por exemplo, interrogar, cria-se imediatamente para o interlocutor a obrigação de responder, pois caso ele não o faça, estará em falta.

Ao contrário do ilocutório, o ato perlocutório não é necessariamente imediato: pode-se consolar alguém, sem que se apresentem as próprias palavras como consoladoras e sem a pretensão de que o alocutário se sinta consolado.

Desse modo, com relação aos atos de fala, apreende-se que o ato locucionário resulta da combinação som e sentido; o ato ilocucionário se apresenta como a junção de som, sentido e força (provoca a transformação imediata da situação); e o ato perlocucionário se traduz na soma de som, sentido, força e efeito.

Para Ducrot, o ato ilocutório não só imprime eficácia à própria fala, mas também sugere uma eficácia das próprias palavras; o que tem como consequência a idéia de que o ilocutório estaria inscrito na própria frase. Assim, os subentendidos estariam no plano perlocucionário, ligados à enunciação; e os pressupostos no plano ilocucionário, passando da frase ao ato de enunciá-la.

Tem-se, nesse ponto, um problema quanto aos atos de fala indiretos, quando se pede algo por meio de uma pergunta. Como é inaceitável que um mesmo tipo de ato seja realizado ora de modo ilocucionário, ora de modo perlocucionário, Ducrot revê as relações entre pressuposição e ato ilocucionário, postulando, a partir de então, que, se a pressuposição é entendida como um ato ilocucionário e se este nem sempre está marcado na frase, logo há que se aceitar a existência de *pressuposições subentendidas*.

Considere-se o enunciado (15):

(15) Pedro deixou de fumar,

dito com o propósito de fazer entender ao interlocutor que Pedro tem mais força de vontade que ele. Nesse exemplo, conforme Ducrot (1984, p. 37), subentende-se (15a) “Pedro tem mais força de vontade que você”, e (15b) “Parar de fumar é prova de força de vontade”. Em que a interpretação (15a) só se torna possível, a partir de (15b). Logo, (15b) funciona como *pressuposto do subentendido* (15a).

Para a identificação das pressuposições subentendidas aplica-se o critério do encadeamento, visto que o da interrogação e o da negação só se aplicam às frases (entidade lingüística

abstrata), não aos enunciados (ocorrência particular da frase).

Ducrot (1984, p. 37), afirma que: “Se uma frase pressupõe X, e um enunciado dessa frase é utilizado num encadeamento discursivo, por exemplo, quando se argumenta a partir dele, encadeia-se com o que é posto e não com o que é pressuposto”.

Outro ponto que o estudioso revê em sua teoria são as noções de locutor e alocutário, inserindo-as no conceito de polifonia. Em seus primeiros trabalhos, Ducrot utiliza o termo interlocutores, caracterizando tanto o locutor quanto o alocutário. No entanto, a partir da percepção de que um mesmo enunciado pode apresentar multiplicidade de vozes, ou seja, a presença de enunciadores distintos, o autor passa a adotar a terminologia enunciador e destinatário, com o propósito de referir-se “[...] à pessoa a quem é atribuída a responsabilidade de um ato ilocucionário e àquela a quem este ato se destina, e que não se identificam, muitas vezes, com o locutor e o alocutário” (KOCH, 1984, p. 68), respectivamente.

A partir da noção de polifonia, Ducrot altera o conceito de pressuposição, segundo o qual a pressuposição representaria atos ilocutórios distintos, passando a identificá-la como a representação de pontos de vista de enunciadores diferentes, cujas vozes são introduzidas no enunciado pelo locutor. O locutor é o que fala, o enunciador é o que vê, é o lugar de onde se olha sem que lhe sejam atribuídas palavras precisas. A TAL distingue sujeito falante (ser do mundo), locutor (responsável pelo material lingüístico) e enunciador (responsável pelo ponto de vista expresso no enunciado).

2.2 SEGUNDA FASE DA TAL: ALGUNS CONCEITOS

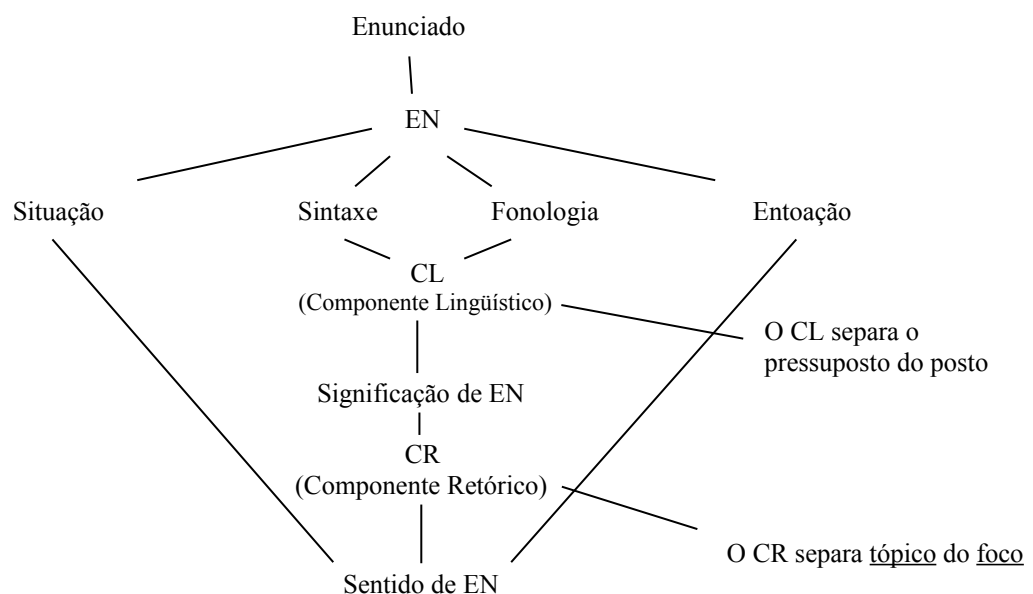
Partindo da concepção de Ducrot acerca da metodologia a ser utilizada em pesquisa semântica, considera-se, para efeito de uma descrição semântica da língua, que esta se constitua tanto de um componente lingüístico (CL), quanto de um componente retórico (CR). A produção dos sentidos se configura, assim, da observação do CL, ou seja, dos enunciados em si mesmos, fora de qualquer situação de uso - análise que, por si só, conforme Ducrot, (1984, p. 54), “[...] é desprovida de qualquer valor explicativo, isto é, ela não permite compreender, em seguida, o efeito real destes enunciados em atos de enunciação particulares [...]” – somada à análise do CR, da descrição da situação de uso dos enunciados.

O autor elabora para o valor semântico dos enunciados duas hipóteses, uma interna e outra externa. A hipótese interna equivale a atribuir uma significação a um dado enunciado, independentemente de seu uso efetivo; já a hipótese externa consiste em produzir sentidos, considerando-se na análise dos enunciados os atos de enunciação, ou seja, a ambientação, ou situação discursiva em que os enunciados são empregados.

Tem-se, desse modo, uma concepção de língua cuja função é menos informar, e sobretudo promover o confronto entre os sujeitos falantes, os interlocutores. Para o estudioso, “[...] a língua, independentemente das utilizações que dela podem ser feitas, apresenta-se, fundamentalmente, como o lugar do debate e da confrontação das subjetividades” (DUCROT, 1987, p. 30). Nessa perspectiva, para Ducrot (1984, p. 41), a língua é compreendida como “[...] consagrada à interação dos indivíduos”.

Essa concepção de língua pressupõe um conjunto de normas denominadas por Ducrot 'leis discursivas', ou 'máximas conversacionais', conforme terminologia de Grice (1975). Para o autor, o estudo de diálogos se funda mais sobre as intenções do que o locutor quis dizer, conforme avaliação do destinatário, do que propriamente sobre o que ele disse de fato.

Assim, o sentido de um enunciado resulta da combinação entre a significação ‘literal’ da frase e a situação discursiva em que ela é enunciada, conforme esquema 2, apresentado na página seguinte:



Partindo-se do princípio de que o sentido não é inerente à frase fora de qualquer situação de uso, mas produzido no interior de uma situação discursiva, há que se acatar a tese de Ducrot (1984, p. 90), segundo a qual “[...] o valor referencial do enunciado e, por conseqüência, as informações que ele dá, dependem do ambiente no qual ele é empregado – já que é o ambiente que permite dar um referente às expressões dêiticas [...]”.

Outros conceitos da teoria saussuriana são mantidos por Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. Saussure postula que a língua é um sistema formado por um lado social, a *langue*, e um lado individual, a *parole*, sendo ambas inseparáveis; por razões metodológicas; Ducrot, assim como Saussure, elege a *langue* como objeto de estudo da Lingüística, defende, no entanto, que a semântica lingüística estude a língua em uso, ou seja, o semanticista coloca no bojo dos estudos lingüísticos a própria fala.

O sentido, na TAL, corresponde ao valor, no estruturalismo, ou seja, às relações paradigmáticas e sintagmáticas entre um signo e outros signos. No entanto, Ducrot lança mão, em sua teoria, apenas das relações sintagmáticas, aquelas responsáveis pelos encadeamentos discursivos.

Conforme exposto no capítulo anterior, o autor elabora, ainda, a distinção entre frase, enunciado e enunciação. Para Ducrot, a frase representa uma entidade lingüística abstrata; o enunciado, a ocorrência particular da frase; e a enunciação, a ação de produzir este ou aquele enunciado, ou seja, a realização concreta da frase. Enquanto a frase é idêntica a si mesma, em qualquer ocorrência, o enunciado apresenta várias possibilidades de interpretação, conforme a situação de uso. Daí considerar-se para a frase uma primeira interpretação, um ‘sentido literal’ e, para o enunciado, as circunstâncias da enunciação, que produziriam uma segunda interpretação, sobre a qual o ‘sentido literal’ recairia.

Segundo Ducrot (1984, p. 93), um mesmo enunciado pode ser interpretado de diferentes modos, conforme “[...] as diferentes imagens que o interpretante pode fazer da situação de discurso”, mas cabe ao locutor o compromisso, a responsabilidade, apenas com o ‘sentido literal’ do que fora dito.

Se o sentido do enunciado resulta dessa combinação entre o componente lingüístico e o componente retórico (a situação enunciativa), pode-se apreender que o valor referencial da

língua se constitui no momento da enunciação, não se estabelece previamente ao ato de fala. Por exemplo, se se considera a estrutura lingüística “Está frio”, fora de qualquer situação de uso, tem-se uma frase constituída por um verbo indicador de estado, em um tempo presente, seguido de um termo que avalia/qualifica a temperatura do ambiente. Essas informações (estado, tempo presente e qualificação da temperatura) embora revelem a significação “primeira” da seqüência “Está frio” - não se pode esquecer que a frase é uma abstração lingüística - por si sós, não determinam o sentido do enunciado, ou seja, um locutor, ao enunciar:

(16) Está frio,

pode querer informar a seu interlocutor a sua impressão sobre o tempo; sugerir-lhe que o ambiente deva ser aquecido de alguma forma; ou insinuar que ele se agasalhe mais; além de uma infinidade de outras interpretações. Desse modo, a frase, fora de um ambiente discursivo, carrega uma 'significação literal', nesse caso, a princípio, uma asserção sobre o tempo, mas o sentido concreto só se produz, quando se considera o motivo que levou o locutor a enunciar (16), naquela situação. E é essa motivação o ponto de partida para uma descrição lingüística dos enunciados.

Não se compreende, nesse sentido, que exista um código lingüístico responsável pelo sentido. Se fosse dessa forma, cada enunciado apresentaria uma única interpretação possível, ou, quando muito, possibilidades limitadíssimas de interpretação. Ao contrário, no jogo da linguagem, nem tudo o que se diz está explícito nos enunciados, visto que, de acordo com Ducrot (1977, p. 13) “[...] há, em toda coletividade, mesmo nas aparentemente mais liberais ou livres, um conjunto não-negligenciável de tabus lingüísticos”. Desse modo, lança-se mão de modos implícitos de expressão, ou seja, diz-se mais, enunciando-se menos.

2.2.1 A polifonia

Ducrot, em *O dizer e o dito* (1984), ao tratar do fenômeno da polifonia, contesta a teoria da unicidade do sujeito falante, da existência em um dado enunciado de um único autor. Para tanto, o semanticista retoma os estudos de Bakhtin em narrativas literárias, reconhecendo a contribuição desse pesquisador para o estudo da multiplicidades de vozes em enunciados. No entanto, Ducrot avalia que, por analisar textos, ou seja, seqüências de enunciados de que os

textos são constituídos, Bakhtin, em sua teoria da polifonia, não chega a questionar a unicidade do sujeito em enunciados isolados.

Ducrot reporta-se, também, aos trabalhos desenvolvidos pela pesquisadora americana Ann Banfield (1979), sobre o estilo indireto livre. Ele reconhece que Banfield avança nos estudos da linguagem, quando ela postula a existência, no estilo indireto livre, de um ponto de vista que pode não ser o do autor empírico do enunciado, ponto de vista de um “sujeito de consciência”, que equivale ao enunciador ducrotiano. Porém, Ducrot (1984, p. 163) afirma que Banfield retroage em sua análise, quando defende que: a) o locutor de um enunciado (atestado pelas marcas de 1ª pessoa) é, necessariamente, também o sujeito de consciência; b) só pode haver um sujeito de consciência nos enunciados; tese questionada por outros estudiosos da linguagem como Authier (1978) e Plénat (1975).

Assim, embora Ducrot ateste a importância dos estudos de Bakhtin e Banfield para as pesquisas sobre polifonia, o autor esclarece que, no quadro geral que sua própria teoria cria, emergem as limitações identificadas nos estudos daqueles dois pesquisadores.

A teoria tradicional acerca da unicidade do sujeito estabelece para este três propriedades: a) ser responsável pela atividade psicofisiológica do dizer; b) ser autor dos atos ilocutórios, como os de ordenar, afirmar, perguntar, etc.; c) ser designado pelas marcas de 1ª pessoa do enunciado.

Para Ducrot, atribuir essas propriedades a enunciados simples não acarreta grandes problemas, como em:

(17) Na semana passada eu estava em Lyon,

em que o locutor responde à pergunta: “Onde você estava na semana passada?” Nesse caso específico, não é difícil perceber que o locutor se identifica com o sujeito falante; e que o ‘eu’ utilizado na sentença designa esse mesmo locutor.

No entanto, em enunciados, mesmo simples, em um diálogo um pouco mais complexo, como:

(18) Ah! eu sou um imbecil; muito bem, você não perde por esperar!,

em que há a retomada por X de um enunciado dito por Y, como censura a uma atitude daquele, a tese da unicidade do sujeito não se sustenta. Nesse exemplo, ainda que o locutor seja o mesmo produtor das palavras, e represente o ser designado pelo ‘eu’, esse locutor não assume a responsabilidade do que se afirma; ele a atribui a seu interlocutor.

Da mesma forma, em um enunciado como:

(19) Lula já admite que país não cresce 5%. (*FSP*, Brasil, 01-12-2006),

não se pode negar a presença de múltiplos sujeitos: o responsável pela atividade de falar, representante de um ser do mundo (e que não interessa a uma descrição lingüística de veio estruturalista); um locutor, responsável pelo material lingüístico em questão, e quatro enunciadores, responsáveis pelos seguintes pontos de vista: na primeira seqüência, “Lula já admite X”, identifica-se E1, segundo o qual Lula não admitia X antes; e E2, que afirma que, no momento atual, Lula admite X; na segunda seqüência, “que país não cresce 5%”, identifica-se E3, que afirma o crescimento do país em 5%, e E4, que refuta esse ponto de vista, negando o crescimento do país em 5%.

Há, portanto, em (19) “Lula já admite que país não cresce 5%”, a presença de, pelo menos, 6 sujeitos: um sujeito empírico, um locutor e quatro enunciadores; o que vai de encontro à tese de Banfield de que para um único enunciado só pode haver um locutor; e de que o locutor é também o sujeito de consciência (que corresponde ao enunciador ducrotiano, responsável pelo ponto de vista).

De acordo com o exposto, uma descrição lingüística de base ducrotiana exige que se compreendam as seguintes distinções: enquanto a frase é de domínio do gramático, não observável pelo lingüista; o enunciado é uma ocorrência histórica da frase. O enunciado é histórico porque é irrepitível, ou seja, ocorre em determinado tempo, em determinado espaço. Assim, a seqüência “Faz bom tempo” dita duas vezes, ainda que pela mesma pessoa, representa dois enunciados distintos.

Quanto ao valor semântico, denomina-se significação o valor semântico da frase e sentido o valor semântico do enunciado. Entende-se por significação o roteiro das indicações de uso da

frase, ela se constitui a partir da estrutura léxico-gramatical; enquanto o sentido pertence ao domínio dos fatos.

Conforme Ducrot (1984, p. 181), o sentido do enunciado é a descrição de sua enunciação. Há, segundo o autor, indicações argumentativas e ilocutórias, assim como relativas às motivações da fala - essas consideradas secundárias - , e outras primitivas - que dizem respeito ao(s) autor(es) eventual(ais) da enunciação.

A interpretação do sentido do enunciado, numa concepção polifônica de sujeito, perpassa a identificação do(s) locutor(es) e do(s) enunciador(es) responsável(eis) pela enunciação. Além disso, a análise semântica deve descrever a posição que o locutor ocupa em relação ao(s) enunciador(es): se o locutor se identifica com o enunciador; se o aprova; ou se a ele se opõe.

Conforme Ducrot, na maior parte dos enunciados declarativos negativos, por exemplo, podem-se identificar pelo menos dois pontos de vista antagônicos: um que afirma e outro que nega. Desse modo, em:

(20) Pedro não é gentil,

há um enunciador 1, que afirma a faculdade de ser gentil de Pedro, ponto de vista ao qual o locutor se opõe; e um enunciador 2, com o qual o locutor se identifica, que nega a faculdade de ser gentil de Pedro.

2.2.2 *Topos* argumentativo

Ducrot, na segunda fase da TAL, formula nova definição para a argumentação, abandonando a concepção tradicional, segundo a qual um enunciado é argumentativo quando ele tem por função justificar outro enunciado; o que se representa pela fórmula $A \dashv \vdash C$, significando “A logo C” ou “C já que A”.

Segundo essa concepção de Ducrot (1989, p. 16), A indica um fato F, uma representação da realidade “[...] verdadeira ou falsa, que pode ser validada ou invalidada independentemente da intenção de dela concluir C”. Conforme essa concepção, “[...] o movimento argumentativo supõe duas coisas totalmente independentes (p. 16)”. A língua oferece conectivos, como *logo*,

já que, etc., que estabelecem a relação de argumentatividade entre os segmentos A e C. No entanto, o movimento argumentativo ocorre de forma independente da língua, “[...] é explicado pela situação de discurso (p. 17)”.

Ducrot recusa essa concepção tradicional de argumentação, justificando que a maioria das línguas tem pares de frases, que, embora indiquem o mesmo fato F, não autorizam a mesma argumentação. Exemplificando, o semanticista analisa o seguinte par:

(21) Pedro trabalhou pouco

e

(22) Pedro trabalhou um pouco,

em que o fato informado tanto em (21) quanto em (22) é o mesmo: a ‘medida’ do trabalho de Pedro; mas as orientações argumentativas de ambos os enunciados não são paralelas. Enquanto (21) “Pedro trabalhou pouco” aponta para a possibilidade do fracasso de Pedro, (22) “Pedro trabalhou um pouco” orienta para a possibilidade do seu sucesso. De acordo com Ducrot (1989, p. 18), “[...] a escolha de (21) ou de (22) corresponde a intenções argumentativas totalmente diferentes.”

Ducrot (1989, p. 13) defende que há em certas frases “[...] instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados”, reafirmando, desse modo, o princípio de que a língua é fundamentalmente argumentativa. Em defesa dessa concepção, Ducrot passa a tratar dos operadores argumentativos (OA), morfemas que determinam a força argumentativa dos enunciados em que são utilizados.

Para que um morfema x seja reconhecido como um OA, segundo Ducrot (1989, p. 18-19), três condições devem ser preenchidas:

(1) Pode-se construir a partir de P uma frase P’ pela introdução de x em P. O que descrevo “P’ = P + x”. [...]

(2) Em uma situação de discurso determinada, um enunciado de P e um enunciado de P' têm valores argumentativos nitidamente diferentes: não se pode argumentar da mesma maneira a partir de um e a partir de outro.

(3) Esta diferença argumentativa não pode ser derivada de uma diferença factual entre as informações fornecidas, na situação de discurso considerada, pelos enunciados de P e de P'.

Do que se conclui que *pouco* funciona como um OA, visto satisfazer essas três condições, quando se deriva um enunciado de outro, conforme (21) “Pedro trabalhou pouco” e (22) “Pedro trabalhou um pouco”, em que (21) equivale a P, derivante, e (22) a P', derivado.

Essa, no entanto, foi a primeira forma da teoria da argumentação, posteriormente revista, pois, conforme a noção ducrotiana de operador argumentativo, um enunciado P e um enunciado P' orientam para conclusões diferentes. O que significa dizer, obviamente, que eles não poderiam orientar no sentido de uma mesma conclusão. Em algumas situações de uso, porém, enuncia-se (21) “Pedro trabalhou pouco”, apontando para a conclusão do fracasso de Pedro; mas pode-se enunciá-lo, também, para orientar no sentido de seu sucesso. O mesmo ocorrendo com (22) “Pedro trabalhou um pouco”, que tanto pode indicar a possibilidade do sucesso de Pedro, quanto de sua derrota.

Com o propósito de solucionar esse problema, Ducrot (1989, p.13) desenvolve a teoria do *topos* argumentativo, em que o termo *topos* designa um “lugar comum argumentativo”. Conforme essa teoria, para que um elemento semântico tenha valor argumentativo, a orientação veiculada por ele deve estar apoiada em um princípio do qual os interlocutores se servem na produção dos sentidos. A partir dessa noção de *topos*, as possibilidades de argumentação deixam de depender unicamente dos enunciados tomados por argumentos.

O *topos* caracteriza-se por: (a) ser universal, quer dizer, partilhado pela comunidade lingüística, pelos interlocutores. Por exemplo, em:

(23) O tempo está bom. Vamos à praia,

tem-se um encadeamento, no segundo segmento, que só se torna possível se para os interlocutores o conteúdo da primeira seqüência, “O tempo está bom”, justificar a segunda seqüência, “Vamos à praia”. Para Ducrot (1989, p. 25), há nesse exemplo a idéia comum de que “[...] o calor faz a praia agradável [...]”. Essa idéia partilhada socialmente (universalidade)

leva a um outro princípio: (b) o da generalidade, ou seja, a idéia de que sempre que o tempo estiver bom, em qualquer lugar, a situação será favorável para se ir à praia. Além disso, cumpre dizer que universalidade e generalidade, por sua vez, se completam com um terceiro princípio: (c) o da gradualidade, que, aplicado ao mesmo exemplo (23), “O tempo está bom. Vamos à praia”, leva ao raciocínio de que quanto maior for o calor, melhor será a praia; e de quanto menor for o calor, pior será a praia. Desse modo, conforme Ducrot (1989, p. 29), “Se um *topos*, aplicado a dois argumentos, leva a ver um mais forte que o outro, é inevitável que o *topos* seja gradual, que ele coloque em correspondência gradações”.

A teoria dos *topoi* de Ducrot e Anscombe recebeu muitas críticas, entre as quais se destacam as de Marion Carel, em sua tese de 1992. Para Carel, o princípio do *topos* argumentativo baseia-se em relações extralingüísticas, o que vai de encontro ao que propõe o estruturalismo saussuriano adotado pela TAL de que não se estuda a língua senão por ela mesma.

Acatando as críticas de Carel, Ducrot abandona a teoria dos *topoi* e, respondendo à necessidade de substituí-la, desenvolve junto àquela pesquisadora a Teoria dos Blocos Semânticos, afirmando:

Ao basear, então, a argumentação em noções independentes da língua, estávamos, na realidade, renunciando ao princípio saussuriano, segundo o qual a língua só se estuda a partir de si mesma.

Com efeito, e tal como Marion Carel o percebeu com clareza, em sua tese de 1992, se postulamos a existência de um princípio independente da língua, do tipo algo está perto, portanto esse algo é de fácil acesso, estamos sendo desleais com a premissa saussuriana, segundo a qual a língua não deve ser descrita mais que por meio de si mesma. Para evitar, então, essa infidelidade, afirmamos atualmente que o sentido de perto é “o acesso é fácil”. Analogamente, o sentido de longe é “o acesso é difícil”. A teoria dos blocos semânticos abandona a teoria dos *topoi* e aspira a precisar essa nova concepção de sentido (DUCROT, 2005, p. 13, tradução nossa).

Assim, em função de o próprio Ducrot ter revisito a aplicação da teoria dos *topoi*, abandonando-a, nesta pesquisa não se utilizará essa teoria para a descrição do sentido dos enunciados constituídos pelo operador *ainda*. No entanto, acredita-se que a compreensão da teoria do *topos* argumentativo seja importante para o entendimento de como se desenvolveram os estudos ducrotianos acerca da linguagem.

2.3 TERCEIRA FASE DA TAL: A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS (TBS)²

A Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida por Marion Carel, em tese de 1992, ao mesmo tempo em que tece críticas à teoria do *topos* argumentativo, de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, apresenta uma nova proposta de descrição lingüística que, conforme a própria Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Ducrot e Anscombre, recusa a concepção de que o sentido dos enunciados esteja calcado em princípios comuns argumentativos (*topoi*).

De acordo com Carel, a teoria do *topos* argumentativo baseia-se em fatos do mundo, o que não está em conformidade com um modelo de análise lingüística de base saussureana. Ducrot, acatando as críticas de Carel, desenvolve, desde então, junto a essa pesquisadora, a Teoria dos Blocos Semânticos, à qual se referirá este estudo como TBS.

Conforme capítulos anteriores desta pesquisa, Ducrot, a princípio, defendia a tese de que as relações argumentativas entre os signos se baseavam em encadeamentos por meio do conectivo *portanto*, simbolicamente representado por A - - - - } C, em que A indica um fato F, representado em um enunciado-argumento que explica ou justifica uma conclusão C. A verdade do fato F implica a verdade da conclusão C (DUCROT, 1989, p. 16).

A TBS, no entanto, postula que as relações argumentativas se baseiam em encadeamentos enunciativos constituídos por dois segmentos, unidos por um conector, que tanto pode ser normativo (*portanto*) quanto transgressivo (*no entanto*). Assim, os encadeamentos argumentativos se estruturam segundo a fórmula X conector Y. Os encadeamentos normativos e transgressivos podem constituir-se por outras formas lingüísticas que não sejam os conectivos *portanto* ou *no entanto*, respectivamente. Analisem-se os exemplos:

Encadeamentos normativos:

- (24) Pedro é prudente, portanto não terá nenhum acidente;
- (25) Pedro é prudente, então não terá nenhum acidente;
- (26) A prudência de Pedro tem como consequência que ele não tenha nenhum acidente.

Encadeamentos transgressivos:

² Os exemplos e citações ao longo deste subcapítulo foram traduzidos por esta pesquisadora.

- (27) Pedro é prudente, no entanto sofreu acidentes;
 (28) Ainda que Pedro seja prudente, sofreu alguns acidentes;
 (29) Apesar de ser prudente, Pedro corre o risco de sofrer acidentes.

Conforme a TBS, a oposição entre normativo e transgressivo é inerente às próprias palavras. Para exemplificar esse pressuposto, Ducrot apresenta os enunciados:

(30) Ui! Pedro está aí

e

(31) Certamente, Pedro está aí,

em que *Ui*, em (30), indica um sentimento de estranheza por parte do enunciador quanto à presença de Pedro. A presença de Pedro o surpreende. Esse termo apresenta-se como tendo caráter transgressivo; enquanto *Certamente*, em (31), indica, ao contrário de *Ui* que o enunciador tinha já uma expectativa quanto à presença de Pedro. Ela não surpreende o enunciador. Há em *Certamente*, então, um caráter de normatividade.

Outro exemplo utilizado pelo pesquisador para comprovar a tese de que a normatividade e a transgressividade são intrínsecas às palavras é um diálogo entre os atores Louis Jovet e Michel Simon, no filme francês *Un drôle de drame*:

L.J.: - Sua esposa está em Londres.

M.S.: - Estranho.

L.J.: - Parece-me estranho que você tenha dito “estranho”.

Nesse diálogo o termo *estranho* é revelador de algo mais na vida de M.S., visto orientar para a interpretação de que ele não esperava que sua esposa estivesse em Londres, o que remete ao caráter de transgressividade no interior da própria palavra *estranho*.

Com exemplos como esses, Ducrot afirma que a TBS não se limita a uma teoria dos conectores franceses *donc* (portanto) e *pourtant* (no entanto), mas pretende ser uma teoria do encadeamento argumentativo em francês.

2.3.1 A interdependência semântica

Carel e Ducrot (2005, p. 16) afirma que seu interesse pelos encadeamentos normativos e transgressivos se deve ao fato de que o sentido de cada um dos segmentos encadeados só se produz na relação entre um segmento e outro; fenômeno ao qual o pesquisador denominou *interdependência semântica*.

Um dos exemplos de que o semanticista lança mão para aplicar sua teoria é o seguinte: alguém, cujo carro apresenta problemas, leva o veículo à oficina e, a fim de que o mecânico faça o reparo imediatamente, opta por um dos enunciados:

(32) Meu automóvel tem um problema realmente complicado, portanto arrumemo-lo rápido.

(33) Corro o risco de ter um acidente com o automóvel, portanto arrumemo-lo rápido.

(34) É provável que meu automóvel exploda, portanto arrumemo-lo rápido.

Em qualquer uma das opções acima, trata-se de dizer: “É um verdadeiro problema, não adiemos o reparo”.

Outras opções de enunciados que se apresentam ao dono do veículo como argumentos para que o reparo seja feito imediatamente são:

(35) Não é um verdadeiro problema, não posterguemos o assunto.

(36) Não é difícil, não posterguemos o assunto.

(37) É uma questão muito simples, não posterguemos o assunto.

O mecânico, por sua parte, não podendo, ou não querendo realizar o reparo naquele instante, pode enunciar em resposta:

(38) É um verdadeiro problema, complicado, não posso fazer o reparo agora mesmo.

(39) Não é um verdadeiro problema, deixemos o assunto de lado. Você não corre risco de ter acidentes, seu carro não vai explodir.

Verifica-se nesses exemplos que o sentido do segmento A depende do segmento B para se constituir, e vice-versa, sendo o conector *portanto* (*por lo tanto*/PTN) o responsável por essa interdependência.

2.3.2 Aspectos argumentativos

Com o propósito de melhor explicar os encadeamentos em *portanto* (*por lo tanto*/PTN) e em *no entanto* (*sin embargo*/NTN), Ducrot (2005), desenvolve a noção de *aspecto argumentativo*. Como exemplo, apresenta o enunciado (40):

(40) O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar,

cujas fórmulas equivalem a X PTN Y, em que X representa o segmento A (perto) e Y o segmento B (fácil chegar).

Se, de outro modo, se introduzir uma expressão de valor negativo em cada um dos segmentos, seja (41):

(41) O hotel não está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar,

em que X equivale a *O hotel não está perto da Universidade* e Y a *não é fácil chegar*, verificar-se-á que A e B equivalerão mais uma vez a *perto* e *é fácil chegar*, respectivamente, independentemente da presença daquela expressão de valor negativo.

Desse modo, Ducrot, (2005, p. 20-21) denomina “*aspecto A PTN B* ao conjunto de encadeamentos argumentativos normativos X PTN Y em que X contém A e Y contém B”, como, por exemplo, nos encadeamentos “[...] o hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar, mas igualmente o encadeamento a Igreja está perto da Faculdade, portanto é fácil chegar, e meu dormitório está perto de ti, portanto é fácil chegar, etc. [...]”. Do mesmo modo, denomina “[...] *aspecto A NTN B* ao conjunto de encadeamentos argumentativos transgressivos em que X contém A e Y contém B, sem que nem A nem B sejam objeto de uma negação”, conforme: “O hotel está perto da Universidade, no entanto é fácil chegar”.

Conforme o estudioso, a decisão sobre se A e B são compatíveis ou incompatíveis não importa, pois esse julgamento diz respeito às informações (aos fatos); o importante é que se faça a eleição correta do conector, seja PTN seja NTN.

Comparem-se os exemplos:

(42) O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar.

(43) O hotel não está perto da Universidade, portanto é fácil chegar.

(44) O hotel está perto da Universidade, no entanto é fácil chegar.

(45) O hotel não está perto da Universidade, no entanto é fácil chegar.

Verifica-se que (43) e (44) resultam enunciados absurdos, enquanto que (42) e (45) são enunciados possíveis. Ducrot conclui, assim, que não há incompatibilidade entre as orações, o que determina o absurdo ou a possibilidade dos enunciados é a seleção correta do conector PTN ou NTN entre os segmentos A e B.

2.3.3 O quadrado argumentativo

Na TBS, o quadrado argumentativo resulta dos encadeamentos X CON Y, acompanhados ou não de expressão negativa, em que CON pode ser um PTN ou um NTN.

De acordo com a teoria de Ducrot (2005, p. 31), X representa um segmento A, e Y um segmento B e, a partir de A e B, podem-se construir oito conjuntos de encadeamentos, os quais se denominam aspectos argumentativos.

Esses aspectos argumentativos são representados pela seguinte fórmula:

(a) A PTN B

(b) A NTN NEG-B

(c) NEG-A NTN B

(d) NEG-A PTN NEG-B

Supondo-se que A represente *tarde* e B *a chegada de alguém*, ter-se-ia, então, um quadrado argumentativo, constituído por quatro aspectos:

- (46) É tarde, portanto Pedro chegou;
- (47) É tarde, no entanto Pedro não chegou;
- (48) Não é tarde, no entanto Pedro chegou;
- (49) Não é tarde, portanto Pedro não chegou,

em que os segmentos A (*tarde*) e B (*a chegada de alguém*) se influem da mesma maneira. Há nesse bloco uma interdependência semântica que se verifica também em um segundo bloco, constituído por outros quatro aspectos, cuja influência de A sobre B, e de B sobre A, é inversa à do primeiro bloco.

Esse segundo bloco semântico formaliza-se pelos aspectos:

- (e) A PTN NEG-B
- (f) A NTN B
- (g) NEG-A PTN B
- (h) NEG-A NTN NEG-B,

ou seja:

- (50) É tarde, portanto Pedro não chegou.
- (51) É tarde, no entanto Pedro chegou.
- (52) Não é tarde, portanto Pedro chegou.
- (53) Não é tarde, no entanto Pedro não chegou.

Observa-se que, no primeiro bloco, enunciados de (46) a (49), *ser tarde* é condição necessária para *a chegada de Pedro*, e vice-versa; diferentemente do segundo bloco, de (50) a (53), cujos aspectos orientam na direção oposta, *ser tarde* supõe *a não chegada de Pedro*.

Nesta pesquisa os conceitos desenvolvidos na Teoria da Argumentação na Língua, em sua última fase, a Teoria dos Blocos Semânticos, serão utilizados de forma mais limitada, visto que o fenômeno da polifonia é o que norteará a descrição dos enunciados compostos pelo morfema *ainda*, por ser esse marcador discursivo pressuposicional. No entanto, não se pode escapar, ao longo das análises, que tratam das direções para as quais aponta esse operador, de

incluir a possibilidade de conclusões orientadas pelo locutor, em que serão manipulados os conectores *portanto* e *no entanto*.

Além disso, cabe, ainda, ressaltar a importância dos conceitos de *argumentação interna* (AI) e *argumentação externa* (AE), desenvolvidos por Carel e Ducrot (2005), porque o sentido global de um dado enunciado depende não só dos marcadores discursivos que o constituem, mas também dos aspectos associados às expressões/palavras do léxico, das possibilidades de encadeamentos com os conectores *portanto* ou *no entanto*.

2.3.4 Argumentação interna e argumentação externa

Conforme postulados de Ducrot, ao longo de toda a sua teoria da argumentação na língua, o sentido de um enunciado não se apreende a partir das informações que ele veicula, nem tampouco dos pensamentos que expressa, visto que a TAL não concebe a língua nem como algo veritativo, nem como representação do pensamento. O sentido resulta dos encadeamentos discursivos que os enunciados possibilitam ou não.

Ducrot (1988), ao postular que o discurso resulta da sucessão de enunciados que o constituem, mais uma vez reafirma seu posicionamento estruturalista de análise e descrição lingüística e, a partir dessa percepção da linguagem, propõe que o sentido de uma entidade são os aspectos a ela relacionados, entendendo-se por aspectos o conjunto de encadeamentos discursivos.

Para o lingüista, existe um vínculo entre os enunciados e as entidades semânticas *e*, cujo caráter pode ser tanto interno quanto externo. Assim, as próprias entidades lingüísticas se constituem por uma argumentação interna (AI) e por uma argumentação externa (AE), podendo classificar-se esta última como argumentação externa à direita e argumentação externa à esquerda.

Entendem-se por argumentação externa de uma entidade lingüística *e* os encadeamentos de que essa entidade pode ser a origem ou o fim, a causa ou a consequência. Com o propósito de descrever a AE da palavra *prudente*, Ducrot (1988) apresenta, como exemplo, os seguintes enunciados:

(54) Pedro é prudente, portanto não terá acidentes.

e

(55) Pedro é prudente, portanto estará seguro.

Tanto em (54) quanto em (55), *prudente* é a origem para os encadeamentos, à direita, “não sofrer acidentes” e “estar seguro”, respectivamente.

Ducrot observa, no entanto, que, se uma primeira propriedade da AE pode ser representada por *e* CON X, conforme (54) e (55), uma segunda característica corresponde *e* CON' NEG X, ou seja:

(56) Pedro é prudente, no entanto terá acidentes.

e

(57) Pedro é prudente, no entanto não está seguro.

Exemplo de AE à esquerda se verifica em:

(58) Pedro tem medo, portanto é prudente,

aspecto *e* CON X que se associa ao aspecto *e* CON' NEG X:

(59) Pedro tem medo, no entanto não é prudente.

Resumindo, conforme Ducrot (1988, p. 63), “(a) a argumentação externa de uma entidade está constituída por aspectos cujos encadeamentos contêm essa entidade; (b) cada aspecto em CON da AE está associado a um aspecto em CON' mais Neg.

A propósito da argumentação interna de uma entidade lingüística *e*, Ducrot afirma que a AI se constitui dos aspectos que parafraseiam essa entidade. Diferentemente da AE, a AI, representando-se de forma parafrástica, não aparece como elemento constitutivo do encadeamento. Desse modo, apresenta-se como AI de *prudente* os encadeamentos: *perigo*

PTN *precaução*; de *temeroso*: *não perigo* NTN *precaução*; de *inteligente*: *difícil* NTN *compreende*.

Outra propriedade que distingue AE de AI é que a argumentação interna de uma entidade não permite a conversão de seu encadeamento discursivo. Assim, tem-se na AI de *prudente*: *perigo* PTN *precaução*, mas não se aceita a conversão *perigo* NTN *não precaução*, pois, conforme o autor, este encadeamento já representa a argumentação interna de outra palavra: *imprudente*. Portanto, seria inaceitável se, no intuito de caracterizar alguém como pessoa prudente, se afirmasse que, na iminência de perigo, ela não toma precauções. No entanto, se por um lado a AI de uma entidade não admite que se encontrem aspectos conversos, por outro lado, ela permite que se identifiquem aspectos recíprocos, tais como, conforme o exemplo de *prudente*: *não perigo* PTN *não precaução*.

Ducrot desenvolve ao longo de suas pesquisas sobre argumentação interna e externa outras noções que, embora importantes, não se crêem necessárias ao estudo para a descrição semântica de enunciados constituídos pelo operador argumentativo *ainda*, proposta nesta pesquisa.

3 PERSPECTIVA DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS E DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Retomando a questão do ensino de língua portuguesa e da relação entre o conhecimento adquirido na escola e o uso da língua em situação de interlocução, o que se verifica é a existência de uma grande lacuna entre ambos que cada vez mais os distancia.

No artigo 1º da portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959, recomenda-se que se adote a Nomenclatura Gramatical Brasileira, “[...] no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino” (HOLANDA, 1986); a seguir, no artigo 2º, lê-se o aconselhamento de que a NGB seja adotada “[...] a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes [...]”; “b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção [...]”, do que se conclui que tanto o ensino quanto a verificação da aprendizagem da língua portuguesa estariam em estreita relação com os preceitos da NGB.

Não se pode esquecer que a escola representa o lugar social a que os indivíduos, ainda crianças, são encaminhados com o propósito de, *a priori*, conhecer saberes já construídos e sistematizá-los. Nesse contexto, estudar a língua portuguesa significa destrinchá-la em todos os seus aspectos gramaticais, seja fonológicos, seja morfológicos, seja sintáticos. Conforme essa concepção, domina bem a língua portuguesa o indivíduo que conhece todas as regras gramaticais que subjazem a essa língua. E o que se verifica é que acadêmicos, ex-acadêmicos ou até mesmo analfabetos crêem que o domínio da língua perpassa pura e unicamente pelo domínio das regras da gramática normativa.

No entanto, nem sempre aquele que reconhece a classe morfológica de cada palavra ou a sua função sintática, as regras de regência e concordância, além de outras categorias gramaticais, sabe a real importância da língua nas relações humanas ou o valor que a palavra dita e a não dita têm na construção dos sentidos.

Considerando apenas o que diz a gramática normativa sobre as palavras, sob o aspecto morfológico, pode-se afirmar que algumas são bastante significativas, visto carregarem o sentido em si mesmas, como as classificadas como substantivos, adjetivos ou verbos; outras são apenas relacionais ou circunstanciais, como as preposições, conjunções e advérbios; e

outras, ainda, têm classificação à parte, e são denominadas palavras denotativas. São muitas as palavras; enquanto umas são consideradas mais importantes, outras são vistas como secundárias. Isso, se não se considera a língua em uso. Pois, quando se fala, todas as palavras em uso estão prenes de sentido, de significação.

Conforme Ducrot (1984, p. 91), assim como “[...] a situação não opera diretamente sobre a frase, mas somente sobre a significação da frase [...], ela não opera sobre o valor que possam ter os morfemas isoladamente, mas sobre o resultado produzido por sua combinação sintática no interior da frase”.

Numa relação sintagmática, o sentido de uma palavra soma-se ao de outra e, dessa relação cooperativa de significados, nasce a argumentação, que se traduz pela inter-relação entre os indivíduos, via linguagem.

Ainda a propósito da língua como sistema de regras, a Nomenclatura Gramatical Brasileira divide a Gramática em três partes, quais sejam: fonologia, morfologia e sintaxe, cabendo à fonética o estudo dos sons, à morfologia o estudo das palavras quanto à sua estrutura e formação, suas flexões e sua classificação, e à sintaxe o estudo das relações internas entre as palavras na frase. Ou seja, o estudo da língua, de acordo com a NGB, se restringe aos aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos, à descrição estrutural, seja no interior da própria palavra, seja no interior da frase.

Nos estudos de sintaxe, a NGB classifica os termos da oração, conforme eles sejam essenciais, integrantes e acessórios, denominações cuja discussão se julga importante nesta pesquisa. A fim de desenvolver-se de forma mais aprofundada esse assunto, consultaram-se duas gramáticas da língua portuguesa: a de Rocha Lima (1972) e a de Celso Cunha & Lindley Cintra (1985).

Rocha Lima (1972, p. 234) define os termos da oração, denominando-os básicos, integrantes e acessórios. Conforme esse gramático, os termos básicos constituem a “estrutura básica” da oração, quais sejam, sujeito e predicado; já os termos integrantes, estão “subordinados respectivamente ao núcleo substantivo e ao núcleo verbal [...] (p. 240)”, classificados como complemento nominal, complemento verbal e agente da passiva; enquanto os termos acessórios constituem elementos que figuram na oração com a função de adjunto adnominal,

aposto e adjunto adverbial.

Cunha & Cintra (1985), por sua vez, denominam essenciais os termos que funcionam como sujeito e predicado; quanto aos termos integrantes, “[...] completam o sentido de substantivos, de adjetivos, de verbos e de advérbios (CUNHA & CINTRA, p. 135)”. Estes chamam-se complementos nominais, complementos verbais, ou agente da passiva, conforme integrem o sentido de substantivo, de adjetivo e de advérbio, ou de verbo, respectivamente; enquanto os termos acessórios são, segundo esses gramáticos (1985, p. 145), termos “[...] que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado. Embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento do enunciado. Daí a sua denominação.” Tanto Rocha Lima quanto Cunha & Cintra, em conformidade com a NGB, classificam como acessórios os termos que figuram na oração como adjunto adnominal, aposto ou adjunto adverbial.

No entanto, é preciso levar em conta que um “rótulo” é sempre impreciso. Assim, embora o sujeito e o predicado sejam considerados termos essenciais, e os adjuntos sejam considerados termos acessórios, em:

(60) O que você diz é o que todo mundo sabe,

a oração principal é “O é o”, em que sujeito e predicado não dizem nada. As orações adjetivas, que são meros adjuntos, é que encerram a idéia principal: *(que) você diz, (que) todo mundo sabe*.

Consultando-se o dicionário Aurélio (1986), encontram-se as seguintes acepções (entre as quais, foram selecionadas as que se consideram fundamentais para este estudo) para os verbetes *acessório, básico, essencial e integrante*:

acessório: [Do lat. *Accessu*, ‘que chegou’, + -ório.] Adj. **1.** Que não é fundamental; secundário. **2.** Que se acrescenta a uma coisa, sem fazer parte integrante dela; suplementar; adicional;

básico: Adj. **1.** Que serve de base; basilar. **2.** Que entra na base. **3.** Fundamental; principal, essencial;

essencial: [Do lat. *essentiale*.] Adj. 2g. **1.** Relativo a essência. **2.** Que constitui a essência. **3.** Indispensável; importante;

integrante: [Do lat. *integrante*.] Adj. 2 g. **1.** Que integra; que completa.

Estabelecendo-se um paralelo entre a explicação dada por Rocha Lima e Cunha & Cintra, em suas respectivas obras, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1972), e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985), para o que determina as classificações dos termos, e o significado desses termos, registrado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1986), constata-se que, conforme o significado das palavras *básico*, *essencial*, *integrante* e *acessório*, registradas em dicionário, nas gramáticas, esses termos, responsáveis pelas estruturas frasais, recebem valores diferentes, ou seja, têm maior ou menor *status* na composição das sentenças.

Nesse sentido, há os termos que pertencem a um primeiro escalão, tendo, assim, maior importância, visto serem fundamentais, indispensáveis mesmo, na construção das sentenças, denominados básicos ou essenciais; outros que, nessa escala de valores, também são considerados de grande importância, pois sem eles as sentenças ficariam incompletas, são os chamados termos integrantes; e, por fim, outros, ainda, que se acrescentam à estrutura frasal, mas não se integram a ela, são, portanto, secundários, pois não ocupam papel fundamental na sentença, podendo, teoricamente, ser retirados sem que haja prejuízo para o leitor/ouvinte no entendimento da sentença: são os termos acessórios.

A fim de se contrapor uma descrição semântica a uma classificação gramatical das unidades da língua, considerem-se os enunciados da língua efetivamente em uso:

(61) Rede particular paga até 6 vezes mais (*FSP*, Quadro Negro, 12-09-06);

(62) Na Austrália, roupa afeta até política (*FSP*, 13-09-06),

Em (61) “Rede particular paga até 6 vezes mais”, a palavra *até* classifica-se como preposição, em função de apontar para um limite de piso salarial pago pela rede particular de ensino, 06 vezes superior ao pago pela rede pública. No entanto, dada a construção em que é utilizada, em (62) “Na Austrália, roupa afeta até política”, a palavra *até*, não pertenceria a nenhuma das dez classes gramaticais descritas pela NGB, na parte sobre Morfologia. Que tratamento,

então, deveria receber esse vocábulo?

Conforme a própria NGB, algumas palavras, embora indiquem alguma ‘parecença’ com os advérbios, não se enquadram entre eles e, por isso, devem ter classificação à parte. A essas palavras a NGB denomina “partículas de inclusão”.

Do mesmo modo, às pp. 176 e 177, em sua *Gramática Normativa*, Rocha Lima (1972), afirma que:

Palavras e locuções que indicam afirmação (sim, certamente, com efeito) negação (não, qual nada!), exclusão (só, apenas, exclusive), inclusão (também, mesmo), avaliação (quase, mais ou menos), designação (eis), explicação (como, a saber), retificação (aliás, ou melhor), etc., não exprimem nenhuma CIRCUNSTÂNCIA, razão pela qual não se podem considerar advérbios.

[...]

Chamam-se palavras DENOTATIVAS (Grifos do autor).

A propósito do mesmo tema, Cunha & Cintra (1985, p. 531) afirmam que a NGB acrescenta à lista de distinção dos advérbios, além dos advérbios de ordem (primeiramente, ultimamente, etc.), os advérbios de exclusão e de designação, sendo os dois últimos “[...] incluídos pela Nomenclatura Gramatical Brasileira num grupo à parte, inominado, em razão de não apresentarem as características normais dos advérbios, quais sejam as de modificar o verbo, o adjetivo ou outro advérbio.”

Os autores, em nota de rodapé à p. 541, sugerem que, na referência a tais palavras, se diga ‘apenas’ “[...] palavra ou locução denotadora de exclusão, de realce, de retificação, etc”. Mas reconhecem que “A Nomenclatura Gramatical Portuguesa admite a existência dos ADVÉRBIOS DE EXCLUSÃO E DE INCLUSÃO e considera ADVÉRBIOS DE ORAÇÃO o que denominamos PALAVRAS DENOTATIVAS DE SITUAÇÃO” (CUNHA & CINTRA, grifo dos autores, 1985, p. 541).

Observe-se o destaque para o ‘apenas’, na referência dos autores às palavras que se comportam como *até*, no enunciado (62). Ao selecionar o vocábulo *apenas* para compor a estrutura de seu enunciado, Cunha & Cintra deixam transparecer a pouca importância que essas palavras recebem não só da NGB mas também das gramáticas de Língua Portuguesa mais tradicionais, importância proporcionalmente inversa às dez classes gramaticais já

elencadas.

Comportando-se como preposição, conforme enunciado-título (61) “Rede particular paga até 6 vezes mais”, ou como palavra denotativa de inclusão, conforme enunciado-título (62) “Na Austrália, roupa afeta até política”, uma análise mais apurada desses enunciados, permite dizer que o acréscimo do vocábulo *até* transforma o *status* argumentativo dos enunciados sem o operador. A diferença semântica existente entre esses enunciados e

(61a) Rede particular paga 6 vezes mais,

e

(62a) Na Austrália, roupa afeta política,

com a retirada de *até* nos dois últimos enunciados - leva a concluir que a força argumentativa desse vocábulo o torna fundamental, numa situação discursiva, para as conclusões que se pretende apontar. Teríamos, então, em (61a) “Rede particular paga 6 vezes mais”, e em (62a) “Na Austrália, roupa afeta política”, enunciados em que a direção argumentativa já não se apresenta a mesma que em (61) e (62).

Pode-se afirmar que esses enunciados perdem em força argumentativa, visto que o vocábulo *até* acrescenta ao enunciado (61) a existência do pressuposto de que é consenso entre os interlocutores de que a rede particular (de ensino) paga (aos docentes) salários maiores do que a rede pública, deixando como posto o percentual a mais pago aos docentes: o máximo de seis vezes; e em (62) apresenta-se o pressuposto de que a roupa (que se usa) influencia nas relações entre o indivíduo e o meio, e numa escala gradual de importância, põe-se a influência da roupa na política num patamar mais alto.

Tanto em (61) quanto em (62) identifica-se uma escala argumentativa em que o operador *até* assinala um argumento mais forte para uma conclusão *r*. Ou seja, põe-se em (61) que a rede particular (de ensino) paga salários numa variação que chega a ser seis vezes superior à dos salários pagos (aos docentes) pela rede pública, e pressupõe-se que a rede particular paga salários maiores aos profissionais, informação esta já conhecida pelo destinatário. Já em (62), põe-se que a roupa influencia a política, e pressupõe-se que a roupa usada pelo indivíduo

influencia em sua relação com o meio, seja no amor, na amizade, no trabalho ou (*até*) na política. E, nessa seqüência de relações, a influência do vestuário na política parece surpreender por, talvez, apresentar-se como informação nova; sendo a influência da roupa nas demais relações (amor, amizade, trabalho) de conhecimento partilhado entre os interlocutores.

Considere-se, agora, excerto da matéria a que o enunciado (61) “Rede particular paga até 6 vezes mais” serve como título:

Rede particular paga até 6 vezes mais

Mesmo assim, de acordo com sindicato, falta a possibilidade de ascender dentro da escola

DA REPORTAGEM LOCAL

As escolas particulares representam 20,8% dos estabelecimentos de ensino do país e são responsáveis por apenas 13,1% de todas as matrículas, desde a educação infantil até o ensino médio, segundo dados de 2005 do MEC. Mas elas podem ser o caminho mais satisfatório para os professores.

"Se o ensino público tem uma enorme necessidade de professores, mas não valoriza os salários e a carreira, a escola particular é uma profissão rendosa", afirma Maurício Pietrocola, professor da Faculdade de Educação da USP. "Os profissionais que fazem o curso em boas faculdades são muito procurados pelo mercado privado e chegam a ganhar até seis vezes mais que os professores de escolas públicas", diz.

O piso salarial até a quarta série em São Paulo é de R\$ 668,09 (para uma jornada de 24 horas semanais). Da quinta série até o ensino médio, fica em R\$ 773,41. Na rede particular, o piso salarial é um pouco maior e calculado sobre a hora/aula. Mas as escolas "top" costumam pagar até bem mais que o piso.

O presidente do Sinpro (Sindicato dos Professores de São Paulo), que representa os docentes das escolas particulares, Luiz Antonio Barbagli, afirma que o mercado tem se mostrado estável nos últimos anos, mas ele aponta um lado negativo na rede privada. "A carreira é estagnada. O professor só cresce economicamente quando muda de escola."

Há espaço para quem tem boa formação. [...]

(FSP, Quadro Negro, 12 -09-2006.)

Conforme Ducrot (2005, p. 13), na Teoria dos Blocos Semânticos, o sentido se constitui por certos discursos que determinada entidade lingüística evoca. Esses discursos se caracterizam com o nome de encadeamentos argumentativos.

Desse modo, observando-se o excerto da matéria subsequente ao enunciado (61), depreende-se que o título “*Rede particular paga até 6 vezes mais*”, orienta para, pelo menos, duas conclusões expressas textualmente no subtítulo e na matéria, respectivamente, as quais constituirão os enunciados complexos seguintes: (I) “Rede particular paga até 6 vezes mais, mesmo assim não é dada aos profissionais oportunidade de ascensão dentro da escola”; e (II)

“Rede particular paga até 6 vezes mais, portanto isso pode ser o caminho mais satisfatório para os professores”.

Note-se que o enunciado (61) “Rede particular paga até 6 vezes mais”, que dá título à matéria, aceita, em seu encadeamento, tanto um conector transgressivo, quanto um conector normativo. No entanto, a própria argumentação interna da expressão “pagar mais” orienta para uma conclusão favorável com relação à rede particular de ensino. Pode-se indicar como AI de “pagar mais”: *remunerar melhor PTN ser mais satisfatória*; do que se conclui que “a escola particular remunera melhor os professores, portanto é mais satisfatória para a categoria”. Mas isso não impede que se encadeie argumentativamente, orientando para uma conclusão que não favoreça à rede particular de ensino, considerando-se os aspectos transgressivos como possibilidade da AE da expressão “pagar mais”, a partir da fórmula e CON’ NEG X, ou seja: paga mais NTN não é satisfatória para a categoria, o que se comprova, pela constatação do uso de um conector transgressivo “mesmo assim”, no subtítulo da matéria: “Mesmo assim, de acordo com sindicato, falta a possibilidade de ascender dentro da escola”.

Embora o enunciado (61) possa orientar tanto para conclusões favoráveis quanto para conclusões desfavoráveis às escolas particulares, o que se verifica é que o operador *até* argumenta favoravelmente à rede particular de ensino, mas o segmento em que esse marcador está inserido aceita tanto um encadeamento discursivo que segue essa orientação, quanto um encadeamento que se opõe a ela, o que determinará o tipo de encadeamento é o conector selecionado para unir os dois segmentos.

Observem-se outros enunciados, com os morfemas *só*, *já* e *ainda*:

(63) Para Lula, só “fator extraterrestre” o impedirá de cumprir promessas. (*FSP*, Eleições 2006, 01-09-2006)

(64) Lula já admite que país não cresce 5%. (*FSP*, Brasil, 01-12-2006)

(65) Grávida, mulher de cobrador ainda mantém esperança. (*FSP*, Cotidiano, 14-01-2007)

Tem-se em (63) “Para Lula, só “fator extraterrestre” o impedirá de cumprir promessas” o operador *só* que, de acordo com Cunha & Cintra (1985, p. 540), se classifica como palavra denotativa de exclusão. Os autores explicam, em nota de rodapé, que essa denominação, “[...]”

proposta pelo professor José Oiticica, em seu *Manual de análise (léxica e sintática)* [...], se deve “À falta de uma designação mais precisa e mais generalizada [...]”. Rocha Lima não faz nenhuma referência às palavras denotativas, o que se poderia interpretar como o entendimento por parte desse gramático da pouca importância desses termos em face dos outros.

O morfema *só*, de acordo com o que afirmam Cunha & Cintra, funciona como denotador de exclusão. Mas qual, afinal, é o significado de denotar, se, conforme os mesmos gramáticos, “[...] ‘denotar’ é próprio das unidades lexicais em geral (CUNHA & CINTRA, p. 540).” A pouca atenção dedicada pelos gramáticos às chamadas ‘palavras denotativas’, sugere que elas não têm grande importância na estruturas oracionais. No entanto, se elas interferem no sentido dos enunciados, seu papel é fundamental.

Analisando-se o morfema *só* no enunciado (63), percebe-se que a presença desse operador revela outras vozes, numa escala crescente de possibilidades, em que o “fator extraterrestre” é a que detém mais poder entre as demais. Veja-se, a seguir, fragmento da matéria, em que se pode observar o encadeamento discursivo do qual resulta o título jornalístico:

(63) Para Lula só fator “extraterrestre” o impedirá de cumprir promessas (*FSP*, ELEIÇÕES 2006, 01-12-2006.)

Para Lula só fator “extraterrestre” o impedirá de cumprir promessas

Presidente diz que não economizará esforços para implantar o que anunciou na campanha de 2002

Candidato petista defende Bolsa-Família e ataca política educacional de São Paulo e decisão da Justiça Eleitoral em evento no DF

EDUARDO SCOLESE
PEDRO DIAS LEITE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

[...]

“Possivelmente, eu tenho até dúvidas se a gente conseguirá fazer tudo, mas de uma coisa vocês podem ter certeza: não será por falta de esforço, não será por falta de compromisso e não será por falta de lealdade aos princípios que me fizeram chegar à Presidência da República que nós não vamos cumprir” [...].

[...]

“Se a gente não cumprir, é porque teve fatores extraterrestres, que não permitiram que nós cumpríssemos [...]”.

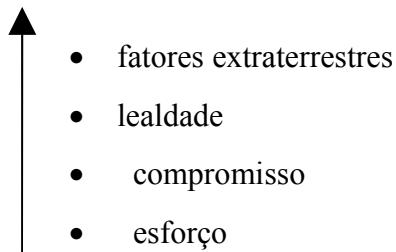
[...]

(*FSP*, ELEIÇÕES 2006, 01-12-2006.)

O responsável pela produção do enunciado-título (63), a partir de um discurso do presidente Lula, e com o propósito de transformá-lo em notícia, retoma a expressão “fator extraterrestre”

da fala do presidente e a reproduz de forma indireta. No entanto, por uma lei de economia lingüística – visto que uma das características dos títulos jornalísticos é a concisão vocabular - o responsável por (63) omite “não será por falta de esforço, não será por falta de compromisso e não será por falta de lealdade” e, em seu lugar, insere o operador *só*, que orienta argumentativamente para a conclusão de que haverá por parte do presidente esforço, compromisso e lealdade; sendo “fatores extraterrestres” o único impedimento para o cumprimento de suas promessas de campanha eleitoral; o que, numa avaliação racional, é cientificamente improvável.

Numa escala argumentativa, em que sejam considerados os fatores numa ordem crescente de importância, tem-se:



Para análise de (64), leia-se:

(64) Lula já admite que país não cresce 5% (FSP, Brasil, 01-12-06)

Lula já admite que país não cresce 5%

Conselheiros convencem presidente de que insistência nos 5% poderia sinalizar afrouxamento fiscal, segundo assessores

Crise aérea assustou Lula, mostrando que gargalos na infra-estrutura são maiores do que se imaginava e seguram expansão

KENNEDY ALENCAR
VALDO CRUZ

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em reuniões reservadas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já admite o não-cumprimento em 2007 da anunciada meta anual de crescimento de 5% do PIB (Produto Interno Bruto). O novo número com o qual

o Planalto trabalha é 4% - meio ponto percentual acima das projeções do mercado financeiro. Lula, porém, não deverá citá-lo publicamente nem admitir o recuo.

O presidente pretende adotar em público a partir de agora um discurso que não cita números. A Folha apurou que Lula considera ter caído numa armadilha que ele próprio criou quando divulgou a meta de 5% no dia da reeleição (29 de outubro) e logo depois prometeu pacote desenvolvimentista para o segundo mandato.

(FSP, Brasil, 01-12-2006)

Em (64) “Lula já admite que país não cresce 5%”, verifica-se que a seleção do morfema *já*, para a constituição do enunciado também não ocorre de forma aleatória (ressalte-se que nada se diz por acaso, há sempre uma intenção argumentativa por parte do locutor, na própria seleção vocabular para a construção dos enunciados). Há em (64), como visto em (63), também a presença de mais de uma voz, de mais de um ponto de vista. O que se poderia descrever como:

- (a) Enunciador 1: (64a) Lula antes não concordava com a premissa de que o país não cresce 5% (informação partilhada pelo locutor e pelo alocutário);
- (b) Enunciador 2: (64b) Lula atualmente concorda que o país não cresce 5% (informação tida como nova);
- (c) Enunciador 3: (64c) Outras pessoas afirmavam que país não cresce 5% (informação também partilhada pelo locutor e pelo alocutário).

Assim, o enunciado (64), conforme a teoria da polifonia, apresenta pontos de vista de mais de um enunciador, os quais o locutor assimila ou não.

Dessa forma, mais que circunscrever uma relação temporal, função do advérbio *já*, conforme as gramáticas tradicionais, esse morfema é portador de argumentatividade. O operador *já* parece orientar o discurso para a conclusão de que Lula errou em sua avaliação quanto ao crescimento do país, e que, ao contrário dele, as pessoas, das quais o presidente discordou, que afirmavam que o país não cresceria 5%, estavam certas.

Analise-se, na seqüência, título de matéria sobre o desabamento das obras de metrô, em São Paulo, em que uma van ficou soterrada, tendo, entre seus ocupantes, o cobrador do veículo.

(65) Grávida, mulher de cobrador ainda mantém esperança (*FSP*, Cotidiano, 14-01-06)

Grávida, mulher de cobrador ainda mantém esperança

Anteontem, seu marido impediu que ela entrasse na van; familiares reclamaram da ação da prefeitura e do Estado

Parentes chegaram a classificar a situação como “humilhante”; motorista da van realizou contato por rádio para pedir socorro

DANIELA TÓFOLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Grávida de 8 meses, Thaís Ferreira Gomes, 20, mulher do cobrador Wesley Adriano da Silva, 22, um dos

ocupantes da van soterrada na cratera do metrô, só quer que seu marido possa conhecer o primeiro filho. Cauã deve nascer em no máximo três semanas e Wesley esperava pelo parto com ansiedade.

[...]

Thais diz ter esperança de encontrar o marido vivo, mas não consegue conter o choro. “A situação é grave. Estou pedindo para Deus me ajudar. Só Ele pode fazer alguma coisa.”

(FSP, Cotidiano, 14-01-2007).

Para fins de comparação, a partir de (65) derive-se (65a) “Mulher de cobrador mantém esperança”, em que se omitem os termos *grávida* e *ainda*, e proceda-se à análise desse enunciado derivado.

Identificam-se em (65a) duas vozes, dois enunciadores: E1, segundo o qual a mulher do cobrador tinha esperança em momento passado, e E2, segundo o qual essa esperança permanece no presente. Em relação aos pontos de vista desses enunciadores, o locutor concorda com E1, uma voz coletiva na qual ele se insere, e se identifica com E2, assumindo sozinho a responsabilidade do conteúdo posto.

Com exceção da informação sobre a gravidez da mulher do cobrador, (65a) apresenta o mesmo conteúdo informacional de (65), visto que os morfemas *manter* e *ainda* são ambos pressuposicionais, ou seja, apontam para um enunciado anterior, passado em relação ao enunciado presente.

Supondo-se que o objetivo da matéria seja descrever o sentimento da esposa de uma das vítimas do acidente - retomando um tempo passado, quando as buscas por sobreviventes haviam apenas iniciado, e as chances de sobrevivida eram maiores, e apresentando o tempo presente, cerca de vinte e quatro horas após o desabamento das obras, quando diminui a probabilidade de sobrevivência das vítimas, entre as quais o cobrador da van - e partindo-se do princípio de que a informação a respeito da gravidez da “mulher do cobrador” seja, aparentemente, desnecessária, que valor argumentativo tem esse termo na constituição do título jornalístico? E qual é a relação existente entre estar “grávida” e ter “esperança”, se o título trata especificamente das expectativas de uma esposa em relação à sobrevivida do marido soterrado há cerca de vinte e quatro horas? Outra questão que se impõe, para a descrição do sentido global de (65), e para a qual só se encontra resposta na matéria jornalística subsequente, nos encadeamentos textuais, é: “A mulher do cobrador, grávida, tem esperança de quê?”

Num primeiro momento, pode-se responder ao questionamento sobre a seleção de *grávida* para compor (65) com a justificativa de que a escolha desse termo se deve à intenção do locutor de chamar a atenção do leitor, de aguçar nele o interesse pela matéria, de provocar impacto, tocando sua sensibilidade com o drama vivido pela esposa cujo marido talvez não tenha a chance de assistir ao nascimento do filho. Essa resposta, embora esclarecedora, não se fundamenta nos princípios de análise lingüística, segundo os quais o sentido de um enunciado deve fundamentar-se nas relações sintagmáticas entre os termos da oração e não em fatos extralingüísticos, em crenças sociais ou em valores culturais. A partir dessa perspectiva, o interesse do leitor pela matéria e a conseqüente venda de um número maior de jornais passa a ocupar plano secundário na descrição do sentido do enunciado, dando lugar às argumentações internas e externas dos termos e às relações que se estabelecem entre eles.

Em vista disso, e em conformidade com os estudos de Ducrot (2005), descreve-se o sentido global de (65), considerando-se a argumentação interna dos termos *grávida* e *esperança*, morfemas lexicais cuja significação, somada às instruções acrescentadas pelo operador *ainda*, é fundamental para a análise semântica desse enunciado.

Conforme Ducrot (2005, p.64), “[...] a argumentação interna de uma entidade *e* está constituída por um certo número de aspectos aos quais pertencem os encadeamentos que parafraseiam esta entidade *e*”, sendo que *e* não se apresenta como elemento constituinte desse encadeamento. Desse modo, tem-se como possibilidades de argumentação interna dos termos *grávida* e *esperança*:

AI (*grávida*) – fêmea (mulher, nesse caso específico) que gera embrião em seu útero;

AI (*esperança*) – atitude de se esperar a realização do que se deseja.

Importante destacar, mais uma vez, que o locutor, responsável pelo material lingüístico em análise, selecionou para a produção desse enunciado as palavras que melhor orientariam seu interlocutor para determinada conclusão (a pretendida pelo locutor). Assim, é necessário que se considere, para a descrição do sentido do enunciado (65), a significação de seus termos constituintes, estabelecendo-se o efeito de sentido produzido pela relação existente entre eles.

Uma das hipóteses que se pode levantar, a partir da argumentação interna de *grávida*: “fêmea que gera embrião em seu útero”, é a de que *ter um embrião em desenvolvimento*, por sua vez,

poderia ser parafraseado por: “desenvolver vida, no próprio ventre”, ou seja, a esposa grávida carrega em si a vida, sendo uma das características da gravidez a espera, a expectativa de que o ser que se desenvolve no útero nasça; o termo *esperança*, por sua vez, tem como AI “atitude de se aguardar a realização do que se deseja”, o que a grávida naturalmente deseja é que emergja de seu ventre a vida que ali se desenvolve, pela qual ela espera ao longo dos meses, e a mulher a que se refere o enunciado-título, esposa do cobrador soterrado, espera que o marido seja encontrado com vida.

A partir do exposto, pode-se concluir que, em (65) “Grávida, mulher de cobrador ainda mantém esperança”, o significado dos termos que constituem esse enunciado e a relação de significação existente entre eles, apontam para a seguinte possibilidade de sentido, conforme encadeamento:

(a) Mulher de cobrador desenvolve vida em seu útero, espera, portanto, o nascimento.

Entre as várias acepções do verbete *nascer*, encontram-se as seguintes no dicionário Houaiss (eletrônico): “passar a ter vida exterior no mundo; vir ao mundo” e “aparecer, sair”, significados que, no que diz respeito à esperança da mulher do cobrador, podem, respectivamente, remeter tanto ao nascimento do bebê que se desenvolve em seu ventre quanto à sobrevivência do marido, que está soterrado.

Se, por um lado, o acréscimo do morfema *grávida* redireciona o sentido global de (65), por outro lado, a inserção do operador *ainda*, ao lado do verbo *mantém*, imprime nesse enunciado uma escolha do locutor, que apresenta outra voz coletiva, outro pressuposto, cuja função é reforçar aquele introduzido pelo verbo *mantém*, de que a esposa tinha esperança de vida em momento anterior ao da enunciação e o posto de que essa esperança permanece no momento presente.

O operador *ainda* direciona, simultaneamente, tanto para a conclusão de que a esperança *persevera*, quanto para a conclusão de que, passado tanto tempo após o soterramento, já são poucas as chances de sobrevivência do cobrador. As próprias palavras da mulher do cobrador confirmam a orientação para a não-vida introduzida pelo *ainda*: “A situação é grave. Estou pedindo para Deus me ajudar. Só Ele pode fazer alguma coisa.” Com essas palavras a esposa revela sua consciência de que é humanamente impossível alguém ser retirado com vida de sob

a terra, trancorridas tantas horas após o desabamento, e entrega a Deus suas esperanças.

Os enunciados de (61) a (65) serviram para ilustrar que morfemas como *até, ainda, já* e *só*, considerados por alguns gramáticos como palavras circunstanciais (advérbios) ou ‘apenas’ palavras denotativas, funcionam, na realidade como elementos que “[...] determinam o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, pois, em marcas lingüísticas importantes da enunciação” (KOCH, 1984, p. 103). Cabe, pois, à Semântica Argumentativa a recuperação desses operadores nas pesquisas sobre a argumentatividade, como algo que se inscreve na própria língua.

Desse modo, é importante ressaltar que o uso desses operadores não ocorre aleatoriamente, de modo indiscriminado, senão por uma intenção do locutor em persuadir seu ouvinte a aderir a determinado ponto de vista apresentado em seus enunciados.

Acata-se, aqui, a tese de Ducrot de que o sentido de um enunciado se constrói na própria enunciação, pelos encadeamentos discursivos possibilitados por esse enunciado, postulado que reforça o fato de que a língua é intrinsecamente argumentativa.

4 ANÁLISE DE *CORPUS*

Neste estudo analisam-se enunciados constituídos pelo operador *ainda*, a partir de uma perspectiva discursiva, não sintático-gramatical. Partindo-se do pressuposto de que a língua é essencialmente argumentativa e de que toda fala é motivada, concebe-se nesta pesquisa que as escolhas lexicais feitas pelo locutor, na constituição dos enunciados, se apresentam como orientações, a fim de que o discurso tome determinadas direções, em detrimento de outras.

No entanto, como as gramáticas tradicionais não só classificam os termos da oração, mas também discorrem sobre a importância deles na construção do sentido, optou-se por verificar o tratamento que essas gramáticas, em particular a de Cunha & Cintra (1985) e a de Rocha Lima (1972), dão à palavra *ainda*, contrapondo-o a uma descrição lingüística de base argumentativa.

Conforme exposto no cap. 3 desta pesquisa, as gramáticas tradicionais classificam morfologicamente o termo *ainda* como advérbio de tempo e, sintaticamente, como adjunto adverbial, cuja função é acessória na oração, visto que, conforme Cunha & Cintra (1985, p. 145) “[...] não são eles indispensáveis ao entendimento do enunciado”.

Embora reconheçam que os termos acessórios acrescentam um dado novo à oração, Cunha & Cintra afirmam que eles não interferem no entendimento do enunciado, ou seja, não influem no seu sentido. E é justamente por compreender-se que “toda” palavra usada na constituição de um enunciado modifica, de alguma forma, o sentido global desse enunciado, que se elegeu para pesquisa lingüística neste estudo o operador *ainda*.

Ducrot (1981, p. 199) com o propósito de descrever a “[...] negação implícita incorporada nos subentendidos ou pressupostos dos enunciados não diretamente negativos” considera em seu estudo a aceção temporal do advérbio *ainda*.

Ao tratar desse morfema, Ducrot (1981, p. 200) descreve o que, segundo ele, são as duas aceções mais importantes desse advérbio: pode ser *iterativo*, quando marca a repetição de um acontecimento, como no enunciado (66):

(66) Pedro ainda virá amanhã,

e pode ser *continuativo*, quando marca a persistência de um estado, como em:

(67) Eu ainda estou cansado da minha viagem.

O autor se propõe, nesse estudo, a descrever enunciados em que o *ainda* comporta a segunda acepção temporal. Assim, em uma descrição semântica do enunciado (67) “Eu ainda estou cansado da minha viagem”, deve-se reconhecer como *pressuposto* (67a) “Esse cansaço irá ulteriormente desaparecer” e como *posto* (67b) “Eu estou cansado de minha viagem”. Conforme as palavras do autor:

De maneira geral, todo enunciado do tipo *X está ainda no estado E no momento t* indica simultaneamente:

posto: X está no estado E em t (indicação já contida no enunciado antes da introdução de *ainda*).

pressuposto: “Num momento ulterior t, X não estará no estado E.” (DUCROT, 1981, p. 200).

A propósito desse mesmo operador, *ainda*, Ducrot (1984, p. 47) afirma que a descrição semântica dessa palavra é complexa, tendo em vista a diversidade dos efeitos de sentido produzidos pela introdução desse advérbio numa frase. Observem-se alguns exemplos apresentados pelo autor, seguidos de suas respectivas possibilidades de sentido:

(68) Pedro é ainda maior que Paulo (*ainda* introduz a idéia: “Paulo é grande”);

(69) Eu ainda não lhe respondi (“eu lhe responderei”);

(70) Você ainda está atrasado (“você esteve atrasado antes”);

(71) Esta garrafa ainda está meio vazia (“Está-se em vias de encher a garrafa”);

(72) Esta garrafa ainda não está meio vazia (“Está-se em vias de esvaziá-la”);

(73) Esta garrafa ainda está meio cheia (“Está-se em vias de esvaziá-la”);

(74) Esta garrafa ainda não está meio cheia (“Está-se em vias de enchê-la”).

Em nota de rodapé, Ducrot, (1984, p.48), o autor comenta que a substituição de *ainda* por *já*, resulta em efeito inverso:

já meio vazia → “está-se em vias de esvaziar”;

já meio cheia → “está-se em vias de encher”.

Conforme o autor (1984, p. 48), os efeitos de sentido estão subordinados ao contexto em que a palavra aparece. Assim, para ele, “[...] o efeito de sentido contextual de uma palavra é, portanto, somente a mudança produzida neste contexto pela introdução desta palavra, isto é, a modificação pela qual esta palavra é responsável no sentido global do enunciado”.

Sobre o comportamento do marcador discursivo *ainda*, e tendo como referência a teoria ducrotiana da argumentação na língua, consultaram-se para esta pesquisa outros trabalhos, entre os quais se encontram os estudos de Vogt e Koch.

Vogt trata desse operador em *O Intervalo Semântico* (1977). No final do Capítulo I dessa obra (p. 36), declara a seus leitores o tema de que irá tratar, explicando que “A estrutura comparativa e alguns “operadores” como *mesmo*, *ainda* e *também*, que a ela relacionamos, serão as personagens principais desta estória e os habitantes exemplares, mas não exclusivos – assim espero – deste espaço”.

Koch, outra pesquisadora da linguagem, no capítulo dedicado aos operadores argumentativos, em seu livro *Argumentação e Linguagem* (1984), apresenta o termo *ainda*, entre outros, como marca lingüística importante da enunciação, responsável pela orientação argumentativa dos enunciados.

Conforme exposto na introdução desta pesquisa, os enunciados que constituem o *corpus* para análise neste estudo compõem títulos do jornal *Folha de S. Paulo*, anos 2006-2007, constituídos pelo operador *ainda*. No entanto, sempre que se fizer necessário, serão utilizados enunciados da linguagem ordinária.

Assim, analisam-se neste estudo um total de 88 enunciados, entre os quais 21 constituem títulos de diferentes cadernos do jornal *Folha de S. Paulo*, publicados na mesma data ou em datas distintas, e os demais ou foram retomados de análises já feitas em textos que serviram de referência para este estudo, ou foram criados por esta pesquisadora.

4.1 AINDA EM ENUNCIADOS SIMPLES

Os títulos a seguir são enunciados simples, constituídos pelo marcador *ainda*. A introdução desse operador nos enunciados-título, mais que indicar aspecto temporal, tem função de

marcar a subjetividade do locutor, além de orientar o destinatário para conclusão diversa à da que teria esse título sem a presença de *ainda*.

Com o propósito de se descrever com maior clareza a orientação argumentativa operada pelo marcador *ainda*, apresenta-se análise comparada entre os títulos e um enunciado deles derivado e matéria jornalística subsequente.

(75) Diretor de teatro ainda tenta impedir a criação do complexo (*FSP*, Cotidiano, 08-12- 2006);

(75a) Diretor de teatro tenta impedir a criação do complexo.

Diretor de teatro ainda tenta impedir a criação do complexo

DA REPORTAGEM LOCAL

O aval ao projeto do Grupo SS desagradou ao diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa, que diz ainda não ter desistido de impedir a criação do complexo. Zé Celso protesta contra o projeto desde os anos 80, quando o Grupo SS pretendia comprar o Teatro Oficina, que acabou sendo tombado pelo Condephaat e desapropriado pelo governo de São Paulo.

[...]

(*FSP*, Cotidiano, 08-12- 2006)

Conforme descrição semântica de enunciados anteriores, a inserção do operador *ainda* em (75) marca a presença de dois enunciadores: E1, responsável pelo conteúdo pressuposto de que “A postura de diretor de teatro de tentar impedir a criação de complexo não é nova”, sua atitude atual reafirma posicionamento anterior ao momento dessa enunciação, e E2, responsável pelo posto de que “Diretor de teatro tenta impedir a criação de complexo, no momento atual”.

Analisando-se (75a), sem o marcador *ainda*, verifica-se a presença de uma voz única, que expressa o ponto de vista de um só enunciador, E1, asseverando a postura de determinado diretor de teatro no momento da enunciação, sem que se faça referência a qualquer tempo anterior. O diferencial entre os enunciados (75) e (75a) é que, ao mostrar ao interlocutor que a postura do diretor contrária à criação de complexo não se apresenta como algo novo, o locutor se identifica com outras vozes, compartilhando com elas uma informação já conhecida que, por isso mesmo, não é objeto de discussão, porque não é tema do discurso, e que não pode ser questionada, pois a polêmica impossibilitaria a continuidade discursiva.

Desse modo, ao introduzir o marcador *ainda* no enunciado-título (75) “Diretor de teatro ainda tenta impedir a criação do complexo”, o locutor direciona seu interlocutor para conclusões que seriam impossíveis, sem a presença desse marcador, tais como: a de que “o diretor é persistente em suas convicções a respeito da criação do complexo”; “a persistência do diretor em impedir a criação do complexo significa que ele realmente é inviável”, enfim, o marcador *ainda* denota, por si só, uma apreciação do locutor a respeito da postura do diretor de teatro, dando a essa postura um caráter temporal continuativo, e caracterizando o diretor como uma pessoa persistente em suas ações, o que se pode verificar pela leitura dos enunciados que compõem a matéria, especialmente a do fragmento “Zé Celso protesta contra o projeto desde os anos 80”, possibilidade de o leitor se informar há quantos anos o diretor mantém a mesma postura, e que, aparentemente, orienta favoravelmente a ele.

Note-se que o locutor em (75) concorda com E1, unindo-se a uma voz coletiva, responsável pelo conteúdo de que o diretor de teatro já manifestava atitude contrária à construção de complexo, em tempo passado, e identifica-se com E2, cuja voz reafirma o mesmo comportamento do diretor no momento presente. Ou seja, nesse enunciado, o locutor posiciona-se ou compartilhando um ponto de vista (o de E1), ou identificando-se com outro, assumindo-o (o de E2). Ao compartilhar determinado ponto de vista, o locutor traz à lembrança do interlocutor uma asserção inquestionável, ao mesmo tempo em que se assume como um dos responsáveis por seu conteúdo, dividindo essa responsabilidade com o interlocutor. O que não acontece em (75a), enunciado em que o locutor assume sozinho a responsabilidade pelo conteúdo da proposição, tornando-o, talvez, mais polêmico.

Essa mesma postura do locutor se verifica nos demais enunciados desse bloco, (76), (77) e (78), em que o *ainda*, marcador discursivo pressuposicional por excelência, estabelece, ao mesmo tempo, afinidade entre uma voz coletiva e a voz do locutor e identificação do locutor com outro enunciador, que opina sobre o conteúdo posto, responsabilizando-se por ele.

(76) Na periferia ruas ainda aguardam asfalto (*FSP*, Cotidiano, 09-12- 2006)

(76a) Na periferia ruas aguardam asfalto.

Na periferia ruas ainda aguardam asfalto

Afra Balazina

DA REPORTAGEM LOCAL

O caminhão de lixo não consegue passar pela rua inteira - por ser de terra, cheia de buracos, e muito íngreme. Os moradores da Rua Primavera, na Vila Roseira 2 (zona leste de São Paulo), precisam deixar os sacos de lixo num poste que o veículo alcança.

[...]

Enquanto a administração municipal gasta R\$ 4,5 milhões com melhorias na Rua Oscar Freire, em área nobre da cidade, outras vias de São Paulo em regiões periféricas estão abandonadas pelo poder público.

[...]

Na rua 29 de janeiro, no Lajeado, os moradores também aguardam ansiosamente as melhorias. "Sempre que é época de eleição eles prometem que vão asfaltar. Mas isso nunca acontece", diz Maria Leonília Vieira, 35, dona de um bar na rua.

[...]

(FSP, Cotidiano, 09-12-2006)

A inserção do operador *ainda* em (76) denota aspecto continuativo não verificável em (76a) pelo fato de que esse marcador discursivo sempre remete à ação passada que perdura no presente: nessa matéria, trata-se do não asfaltamento das ruas da periferia de São Paulo, o que traz prejuízos a uma parcela da população. Atente-se para a possibilidade de abstração da informação implícita que se apresenta quando o locutor limita geograficamente o conteúdo posto: o conteúdo informacional do título opõe *periferia* a *zonas mais nobres* da cidade de São Paulo. A própria argumentação interna do termo *periferia* remete à *área menos nobre*, e a argumentação externa à direita desse termo pode ser representada por: *periferia PTN ruas não pavimentadas*.

Os excertos da matéria a que (76) se refere confirmam as hipóteses apresentadas a propósito da AI e da AE do termo *periferia*, visto compararem duas ruas da periferia da cidade a outra situada em região mais nobre; enquanto as primeiras, Rua Primavera e Rua 29 de janeiro, aguardam asfaltamento, a rua Oscar Freire recebe quantia vultosa para melhorias.

O operador *ainda*, nesse enunciado-título, orienta para o sentido de que o descaso de sucessivos governos paulistas com os bairros periféricos é contínuo, o que depõe contra aquelas administrações, que não destinam verbas para a melhoria da infra-estrutura dos bairros periféricos, mas investem nas regiões mais nobres da cidade.

A título de comparação, a ausência do morfema *ainda* em (76a) “Na periferia ruas aguardam asfalto” supre qualquer julgamento crítico por parte do locutor, ao contrário, parece apontar para a conclusão de que as ruas da periferia serão, de fato, asfaltadas.

Conforme enunciados anteriores, (76) apresenta um E1, responsável pelo pressuposto de que “as ruas da periferia aguardavam asfalto em tempo anterior”, voz coletiva na qual o locutor se insere, e um E2, que afirma que “as ruas da periferia aguardam asfalto no presente”, ponto de vista assumido pelo locutor.

Leia-se o enunciado (77), seguido de excerto da matéria a qual (77) serve de título, e seu derivado (77a):

(77) Filme de Lang ainda encanta aos 50 anos (*FSP*, Ilustrada, 19- 12- 2006);

(77a) Filme de Lang encanta aos 50 anos.

Filme de Lang ainda encanta aos 50 anos

INÁCIO ARAUJO
CRITICO DA FOLHA

[...] quando fazemos "zapping" pelos canais de TV paga, o que encontramos normalmente é mais do mesmo. Sim, felizmente existe a chance de se topar com algo especial, mas a ambição do marketing desses sistemas parece ser chegar a uma uniformidade completa. É indiferente que o filme seja francês, escocês, russo ou americano, israelense ou palestino: o importante é que o produto seja similar aos conhecidos.

Por incrível que pareça é isso que os canais de filmes clássicos, como o TCM ou, em parte, o Telecine Cult, evitam boa parte do tempo. O que esperar, por exemplo, de “Suplício de uma Alma” (TCM, 18h55), de Fritz Lang? E que filme é esse? Um filme contra a pena de morte? A favor? Que pouco se lixa para a verossimilhança? Enfim, um filme que aos 50 anos mantém o seu mistério intacto. Seu encanto também.

(*FSP*, 19- 12- 2006)

No enunciado-título (77) identificam-se as vozes de E1, que afirma que “filme de Lang encantava no passado”, de E2, segundo o qual “filme de Lang encanta no presente”, e de E3, para o qual “filmes com 50 anos de lançamento normalmente já não encantam mais”. Com relação a esses pontos de vista, o locutor concorda com E1, se identifica com E2 e se opõe a E3, já que assume a postura de que há um filme que “aos 50 anos mantém seu mistério intacto”, conforme matéria.

Comparando-se (77) a (77a) “Filme de Lang encanta aos 50 anos”, verifica-se que em (77a) se mantém o ponto de vista de E2, no entanto, além de não se “garantir” a informação de que o filme já encantava na época de seu lançamento, conforme E1, não se verifica, com a mesma exatidão, a possibilidade de conclusão, orientada por E3, de que filmes “velhos” normalmente não são do interesse ou do gosto do público atual. Portanto é o *ainda* que reúne, em (77), o potencial argumentativo capaz de direcionar o leitor da matéria para a conclusão de que o

filme de Lang não só foi cativante para as gerações passadas, mas também que é capaz de seduzir o público de hoje. O filme conserva a sua magia, mesmo em outra realidade, em outro tempo, em que a fotografia, a velocidade e os roteiros cinematográficos se apresentam sob outro formato.

O enunciado (78), que trata da pesca predatória, apresenta estrutura lingüística mais complexa que os demais, analisados neste bloco, por ser um enunciado composto de dois segmentos: (a) “apesar das medidas, pescadores dizem” e (b) “que atividade predatória ainda continua”, sendo a função do primeiro direcionar para conclusão contrária àquela expressa no segundo, frustrando uma possível expectativa do destinatário. Além disso, verificam-se em (b) dois morfemas, *ainda* e *continua*, que, embora pertençam a categorias gramaticais distintas, orientam para o mesmo conteúdo informacional: *a não interrupção de algo; o prosseguimento de alguma coisa que se começou*, apresentando-se, tanto um quanto outro, como morfemas pressuposicionais. Como descrever, então, o operador *ainda* nesse enunciado? Por quais diretivas argumentativas ele é responsável?

Comparem-se:

(78) Apesar das medidas, pescadores dizem que atividade predatória ainda continua (FSP, Dinheiro, 08 maio)

(78a) Apesar das medidas, pescadores dizem que atividade predatória continua.

Leia-se, abaixo, excerto da matéria a que (78) dá título.

Apesar das medidas, pescadores dizem que atividade predatória ainda continua

DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

O governo estendeu por mais 45 dias a proibição da pesca da lagosta em todo o litoral brasileiro. Mas pescadores artesanais denunciam que a pesca ilegal e com uso de instrumentos predatórios continua.

[...]

Os pescadores relatam que barcos ilegais que se valem da pesca de mergulho com compressor (que leva ar, de um botijão de gás, ao mergulhador, sem qualquer segurança), tida como uma das mais perigosas, continuam em atividade e com nova tecnologia, que permite pesca até à noite.

[...]

(FSP, Dinheiro, 08-05-2006)

A combinação da expressão *apesar de* com o morfema *medidas*, no primeiro segmento de (78), antecipa ao leitor que determinada ação não foi reprimida, embora providências tenham sido tomadas para combatê-la; ou seja, (a) já orienta para o sentido de que um acontecimento do passado permanece no presente, enquanto (b) informa sobre que fato é esse que permanece, à revelia de quaisquer meios de prevenção. Pode-se constatar que o conteúdo informativo de (b), em (78a), não se altera, mesmo sem a presença do operador *ainda*: “a pesca predatória persiste, independentemente das providências tomadas para detê-la”. Esse operador funciona, desse modo, como um marcador de excesso; é ele que intensifica o sentido do morfema *continuar*, orientando para a conclusão de que a situação está insustentável, de que a pesca predatória “fugiu ao controle” da fiscalização dos próprios órgãos governamentais responsáveis pelas leis que coíbem a atividade ilegal e pela punição daqueles que infringem essas leis.

O responsável pelo enunciado (78) “Apesar das medidas, pescadores dizem que atividade predatória ainda continua”, por meio do marcador discursivo *ainda* aponta para a insistência sem limites daqueles que praticam a pesca predatória.

O locutor, responsável por esse enunciado, diante dos pontos de vista dos enunciadores cujas vozes se ouvem, posiciona-se do seguinte modo:

- (a) apresenta E1, que, ao mesmo tempo em que informa que medidas foram tomadas para pôr fim à pesca predatória, orienta para conclusão contrária à que se tiraria sem a presença da locução *apesar de* nesse enunciado;
- (b) identifica-se com E2, que conclui que pesca predatória continua;
- (c) apresenta, por meio do morfema pressuposicional *continua*, um E3 - voz coletiva na qual se insere - responsável pela informação de que havia, no passado, pesca predatória;
- (d) identifica-se com E4, que reafirma o voto em Lula no presente, reforçando, desse modo, a conclusão de E2.

Nesse enunciado (78) “Apesar das medidas, pescadores dizem que atividade predatória ainda continua”, o operador *ainda* funciona como marcador de excesso, visto atuar sobre *continua*

e, como esse morfema, apontar para a informação pressuposta de que havia no passado pesca predatória e de que esse tipo de atividade persiste no presente. O marcador discursivo *ainda*, nesse caso, opera sobre os pontos de vista aos quais o locutor se assimila, ou se identifica, seja numa atitude coletiva (informação pressuposta), seja numa atitude individual (informação dada/posta).

4.2 MAS ... AINDA

Neste bloco analisam-se enunciados em que o operador *ainda* se localiza posposto ao operador *mas*. Nesses enunciados, conforme a teoria polifônica ducrotiana, são apresentados pontos de vista variados, ou seja, estabelece-se no interior dos enunciados um diálogo entre enunciadores distintos. Esses enunciadores, em função da presença do morfema *mas*, se opõem e, em função da presença do morfema *ainda*, marcam o aspecto temporal de um dado fato.

O operador *ainda*, posposto ao morfema *mas*, introduz no enunciado o argumento mais forte para determinada conclusão, porque, ao determinar que um mesmo fato verificado no passado permanece no presente, reforça a orientação para uma conclusão de oposição expressa no segundo segmento (B) em relação ao primeiro segmento (A) de um enunciado complexo.

Conforme Koch (2004, p. 104), o operador *ainda* pode servir como marcador de excesso temporal, e é justamente essa noção de excesso que o torna introdutor da argumentação mais forte, capaz de reforçar a conclusão oposta orientada pelo *mas*. Além disso, esse morfema apresenta-se como uma forma adverbial portadora de pressupostos, os quais são partilhados por enunciador e destinatário.

Tendo como base a teoria da pressuposição lingüística incluída na teoria da polifonia ducrotiana, percorrem-se neste estudo dois caminhos para a produção do sentido: identificam-se os pontos de vista expressos nos enunciados selecionados e o posicionamento do locutor em relação a esses pontos de vista.

Conforme afirmam Barbisan e Teixeira (2002, p. 170-171), sobre a aplicação da teoria da polifonia em enunciados que contenham o conector *mas*, Ducrot

[...] chega à construção da significação da frase da estrutura X mas Y, constituída por um conjunto de instruções: construa quatro enunciadores do seguinte modo: E1 contém o ponto de vista de X, E2 tira uma conclusão a partir de X, E3 sustenta o ponto de vista de Y e E4 chega a uma conclusão negativa.

Dessa forma, analisam-se, a seguir, os enunciados (79), (80) e (81), seguidos de fragmentos das respectivas matérias a que servem de título, que se caracterizam por serem polifônicos, em função de revelarem vozes de diferentes enunciadores, diante dos quais o locutor se posiciona: ou se identifica com o enunciador, ou concorda com ele, ou se opõe a ele.

(79) Mortalidade cai, mas Alagoas ainda tem índice pior que Haiti (FSP, 02-12-2006)

Mortalidade cai, mas Alagoas ainda tem índice pior que Haiti

DA SUCURSAL DO RIO

A mortalidade infantil também seguiu a tendência dos últimos anos e registrou nova queda de 2004 para 2005, passando de 26,6 mortes por 1.000 nascidos vivos para 25,8. Esse ritmo de redução, de 0,8 ano, é praticamente o mesmo verificado desde 2000, quando a taxa estava em 30,1 mortes por 1.000 nascidos vivos.

Apesar da queda, o Brasil continua apresentando patamares elevados de mortalidade infantil em comparação com nações desenvolvidas ou até mesmo ainda em desenvolvimento. Além disso, há grandes diferenças regionais.

A menor taxa foi verificada no Estado do Rio Grande do Sul, com 16,7 mortes por mil nascidos vivos. É um patamar próximo do verificado em 2004 para a Rússia (16,9) e Argentina (15). No outro extremo, Alagoas mais uma vez apresentou o pior indicador, com 63,8 por 1.000, uma taxa superior a do Haiti (61,6) ou de Bangladesh (58,8).

(FSP, Cotidiano, 02-12-2006)

Como metodologia para a descrição semântica de (79), analisa-se, primeiramente, o enunciado (79a), formado pelos segmentos A e B de (79), omitindo-se o operador *ainda*; e, posteriormente, o enunciado (79b), formado apenas pelo segundo segmento de (79), omitindo-se o operador *mas*.

Só então se verificará o valor argumentativo do operador *ainda*, quando posposto ao morfema *mas*, e a importância daquele morfema na defesa de pontos de vista.

Assim, em (79a):

(79a) Mortalidade cai, mas Alagoas tem índice pior que Haiti,

o locutor apresenta quatro enunciadores: dois no primeiro segmento “mortalidade cai”: E1, responsável pela informação posta sobre a queda da mortalidade (em Alagoas), e E2, que conclui, a partir do ato de fala de E1, que o índice de mortalidade em Alagoas teria deixado de ser caótico; e dois no segundo segmento “mas Alagoas tem índice pior que Haiti”: E3, que assevera que o índice de mortalidade em Alagoas é pior que Haiti e, por fim, E4, que conclui, a partir do ato de fala de E3, que o índice de mortalidade em Alagoas, permanece caótico.

Em relação aos pontos de vista desses enunciadores, o locutor se posiciona do seguinte modo: aprova o ponto de vista de E1 e de E3, rejeita o ponto de vista de E2, e se identifica com o ponto de vista de E4.

Conforme Koch,

[...] ao coordenarem-se dois elementos semânticos **p** e **q**, por meio do morfema **mas**, acrescentam-se a **p** e **q** duas idéias: a) que existe uma conclusão **r** que se tem clara na mente e que pode ser facilmente encontrada pelo destinatário, sugerida por **p** e não confirmada por **q**, isto é, que **p** e **q** apresentam orientações argumentativas opostas em relação a **r**; b) que a força de **q** contrária a **r** é maior que a força de **p** a seu favor, o que faz com que o conjunto **p** mas **q** seja orientado no sentido de **não-r** [...] (KOCH, 1984, p. 105).

Considere-se, agora, que o locutor de (79), ao selecionar para a construção desse enunciado o operador *ainda* não o fez por acaso; agiu com o intuito de, lançando mão de recursos que a própria língua lhe oferece, levar seu destinatário a aderir a suas idéias, não dando a ele ‘espaço’ para uma contra-argumentação.

Se, por meio do operador *mas*, o locutor já demonstrou seu posicionamento quanto à situação de Alagoas em relação ao índice de mortalidade, ao introduzir nesse enunciado outro operador argumentativo, o *ainda*, ele reforça o ponto de vista assumido ao identificar-se com E4, o de que “o índice de mortalidade em Alagoas permanece caótico”.

Tomando-se o segundo segmento de (79), e omitindo-se, agora, o operador *mas*, tem-se

(79b) Alagoas ainda tem índice pior que Haiti.

Como o operador *ainda* é portador de pressuposição, há, nesse segmento, duas indicações: o pressuposto (79b’) “o índice de mortalidade em Alagoas já era pior que no Haiti, antes”,

ponto de vista de um enunciador 5 (E5); e o posto (79b'') “o índice de mortalidade em Alagoas permanece pior que no Haiti”, ponto de vista de um enunciador 6 (E6). Em relação a esses pontos de vista, o locutor concorda com E5, e se identifica com E6.

Ao concordar com E5, o locutor faz lembrar a E1 que o índice de mortalidade em Alagoas era um dos mais altos, pior até que no Haiti, ao mesmo tempo em que assevera, em concordância com E6, que esse índice permanece sendo o pior, mesmo tendo caído.

Daí, verifica-se que a força argumentativa do enunciado (79) “Cai o índice de mortalidade, mas Alagoas ainda é pior que Haiti”, é muito maior do que o de (79a) “Cai o índice de mortalidade, mas Alagoas é pior que Haiti”, com a omissão do operador *ainda*. O operador *ainda*, em (79), revela mais que o simples desejo do locutor de dar a conhecer a seu interlocutor qual a situação de mortalidade de Alagoas em relação ao Haiti, no passado e no instante da enunciação, visto orientar para a conclusão de que a queda no índice de mortalidade em Alagoas não foi expressiva o suficiente para colocar o estado entre os que possuem os menores índices.

Analisando-se os outros enunciados, (80) e (81), verifica-se que a função de *ainda* continua sendo determinante da orientação argumentativa que o destinatário deve seguir para chegar ao sentido pretendido pelo locutor.

(80) Romário faz, mas ainda resta 1 (*FSP*, Esporte, 26-03-2007)

Romário faz, mas ainda resta 1

Atacante fecha vitória do Vasco sobre Flamengo e desperdiça chance clara para a festa do milésimo

Veterano quer agora mudar a partida de quarta-feira, contra o Americano, pelo Estadual do Rio, de São Januário para o Maracanã

SÉRGIO RANGEL

DA SUCURSAL DO RIO

O atacante Romário admitiu que a missão era difícil logo ao pisar no gramado do Maracanã, mas quase conseguiu comemorar ontem seu milésimo gol, pelas contas do próprio atacante.

Centro das atenções do clássico, ele fez o último gol da vitória do Vasco diante do Flamengo, por 3 a 0, ontem à noite, e teve a oportunidade aos 43min do segundo tempo de chegar à marca histórica, mas acabou desperdiçando. Dentro da área, ele chutou a bola nas pernas do goleiro Bruno, que, antes, havia falhado reposição de bola.

(*FSP*, Esporte, 26-3-2007)

Em (80) “Romário faz, mas ainda resta 1”, título que se refere ao milésimo gol do jogador, em torno do qual a mídia criou expectativa nacional, tem-se: no primeiro segmento “Romário faz” um E1, asseverando que “Romário fez (um gol)”, e um E2, que conclama os torcedores para uma comemoração, pois conclui que “Romário alcançou o milésimo gol”; e, no segundo segmento (sem o operador *ainda*), tem-se um E3, que, por meio do operador *mas*, orienta para conclusão contrária a essa: “Romário não alcançou o gol 1000”, e um E4 que conclui, a partir de E3, que “Não há motivo para comemoração”.

A introdução do operador *ainda* nesse enunciado complexo acrescenta a ele mais dois enunciadores: um E5, que faz lembrar que “Faltava um gol para Romário atingir a marca de mil gols”; e, por fim, um E6, que afirma que, no presente, “Continua faltando a Romário fazer mais um gol para atingir a marca mil”, reforçando o ponto de vista de E4 de que “Não há motivo para comemoração”.

O locutor de (80), posiciona-se, em relação aos pontos de vista dos enunciadores, do seguinte modo: aprova o ponto de vista de E1, de E3 e de E5, rejeita o ponto de vista de E2, e se identifica com o ponto de vista de E4 e E6. Ao se identificar com E4 e com E6, o locutor não só assume com E4 a conclusão de que não há motivos para comemoração, como também assume com E6 a justificativa para que não se comemore: *ainda* falta a Romário fazer o gol mil.

A análise de (81) “Projeto prevê reforço na PF, mas ainda não há verba” segue na mesma linha das descrições de (79) e (80), ou seja, observa-se em (81) a existência de quatro enunciadores, marcados no primeiro e segundo segmentos, sem a presença do operador *ainda*, e mais dois enunciadores, instituídos a partir da introdução desse operador.

(81) Projeto prevê reforço, mas ainda não há verba (*FSP*, Cotidiano, 01-06-2007)

Projeto prevê reforço na PF, mas ainda não há verba

"PAC da Segurança" prevê aumento de 50% no efetivo da Polícia Federal
Por conta do Orçamento, só haverá investimentos extras se a equipe econômica decidir retirar recursos de outras áreas

EDUARDO SCOLESE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Entre as principais diretrizes do "PAC da Segurança", apresentadas ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estão o uso da Força Nacional de Segurança Pública nas 11 regiões metropolitanas a serem atendidas pelo programa e ainda a ampliação em 50% do atual efetivo da Polícia Federal num prazo máximo de dois anos.

A PF conta hoje com um quadro de 10,1 mil policiais (em 2000, eram 7.119). Um dos itens do programa fala na "criação de 5.000 novas vagas" para a Polícia Federal, principalmente em ações nas fronteiras e no desarmamento.

Sobre as tropas da força nacional, o governo quer usá-las, inicialmente, justamente para "ocupar" as áreas hoje sob o comando de criminosos.

A força nacional de segurança seria, num prazo médio de um ano e meio, substituída por ações sociais articuladas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Hoje, ela atua em ocasiões especiais e momentos de crise.

[...]

Para este ano, por exemplo, por conta da definição do Orçamento, só haverá investimentos extras ao programa caso a equipe econômica decida retirar recursos de outras áreas.

(FSP, Cotidiano, 01-06-2007)

Identificam-se em (81) os seguintes enunciadores, com seus respectivos pontos de vista:

- E1 “Existe um projeto que prevê reforço na PF”;
- E2 “Haverá melhorias na segurança”;
- E3 “Não existe verba para reforçar a PF”;
- E4 “Não haverá melhorias na segurança”;
- E5 “Não havia verba para reforçar a PF”;
- E6 “Continua não havendo verba para reforçar a PF”.

O locutor de (81) “Projeto prevê reforço na PF, mas ainda não há verba” posiciona-se favoravelmente a E1, E3 e E5; opõe-se a E2; e se identifica com E4 e E6, assumindo com eles os pontos de vista que apresentam.

Conclui-se, portanto, que há no segundo segmento dos enunciados (79), (80) e (81) indicação argumentativa, que orienta, por meio do operador *mas*, para uma conclusão contrária à que apontava o primeiro segmento desses enunciados; e, para reforçar essa conclusão contrária, descreve-se, por meio do operador *ainda* como era no passado a situação dos fatos relatados e como essa situação se encontra no presente, inalterada. E é justamente pelo fato de a situação no presente continuar a mesma do passado que se considera que o operador *ainda* apresenta o argumento mais forte para que o alocutário adira ao ponto de vista do locutor.

4.3 AINDA NÃO / NÃO AINDA

Neste bloco analisam-se, num primeiro momento, enunciados formados com o operador *ainda* anteposto ao morfema *não* e, num segundo momento, enunciados em que esse operador aparece posposto à negação, com o propósito de se averiguar se a posição do *ainda* em relação ao morfema de negação altera, de alguma forma, o direcionamento argumentativo do enunciado.

(82) Lula ainda não desceu do palanque (*FSP*, caderno Dinheiro, 21-12-2006)

Lula ainda não desceu do palanque

A seis dias do Natal, Lula decidiu abrir seu saco de bondades e distribuiu presentes para as classes média e baixa, contrariando discurso ensaiado por sua equipe econômica logo após a reeleição de que em 2007 acabaria a ganância.

[...]

Lula sinalizou, na verdade, que ainda não desceu do palanque. Em vez de utilizar seu capital político e adotar medidas mais austeras, procura o caminho mais fácil para manter em alta sua popularidade.

Não percebe que pode estar sacrificando o tão almejado crescimento sustentável da economia ao vestir o figurino de Papai Noel.

(*FSP*, Dinheiro, 21-12-2006, Valdo Cruz)

A comparação entre (82) e (82a) “Lula não desceu do palanque”, em que o enunciado é apresentado primeiramente constituído com o operador *ainda* e posteriormente com a omissão desse marcador discursivo, mostra que o primeiro enunciado, em função da presença de *ainda*, além de acrescentar a informação temporal de que o fato de que se trata não é novo, mas contínuo, pois o *ainda* comunica que o que se tem no presente já ocorria no passado, marca também a *subjetividade*, a expressão de um julgamento por parte do locutor.

O enunciado (82) “Lula ainda não desceu do palanque” faz referência ao Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, vitorioso em eleição presidencial, ocorrida no mês de novembro de 2006, mesmo ano em que a matéria foi publicada. Sabe-se que os candidatos a cargos políticos, nos meses que antecedem as eleições, sobem nos palanques, em comícios, com o propósito, *a priori*, de apresentar suas propostas políticas, a fim de angariar o maior número de votos. Uma vez terminadas as eleições, os palanques já não têm mais serventia, e os políticos, por sua vez, não teriam mais motivos para permanecerem sobre eles.

Conforme Ducrot (1984, p. 202), [...] a maior parte dos enunciados negativos (...) faz aparecer sua enunciação como o choque de duas atitudes antagônicas, uma, positiva, imputada a um enunciador E1, a outra, que é uma recusa da primeira, imputada a E2.

Desse modo, identifica-se em (82) “Lula ainda não desceu do palanque”, um enunciador um enunciador E1, que afirma que “Lula desceu do palanque”, ao qual E2 se opõe, por meio do morfema de negação *não*. Além disso, há no enunciado (82) outros três enunciadores, introduzidos pelo operador *ainda*, um E3, que afirma que “Lula ocupava lugar em palanques na época de campanha”, um E4, que informa que “Lula permanece no palanque, mesmo passados mais de trinta dias das eleições”, e orienta para a conclusão tirada por E5 de que “Lula já deveria ter descido do palanque”.

O tempo a que se refere o *ainda* é um tempo contínuo, que permanece, ou seja, o enunciado retrata um fato (a presença de Lula no palanque) que ocorrera no passado e se mantém no presente, embora as eleições já tenham sido encerradas. E é justamente o fato de as eleições já terem terminado que faz com que a atitude de Lula (de permanecer no palanque) provoque estranheza, apontando para uma apreciação desfavorável ao comportamento de Lula.

Em (82) “Lula ainda não desceu do palanque” podem-se identificar pontos de vista de enunciadores com os quais o locutor se identifica, concorda ou aos quais se opõe:

E1: afirma que “Lula desceu do palanque”;

E2: se opõe ao ponto de vista de E1 e informa que “Lula não desceu do palanque”;

E3: apresenta o pressuposto, por meio do operador *ainda*, de que “Lula estava no palanque”, num momento anterior à enunciação;

E4: apresenta o posto de que “Lula permanece no palanque”, no momento presente.

E5: conclui que “Lula já deveria ter descido do palanque”.

Com relação a esses pontos de vista, o locutor se posiciona da seguinte forma: opõe-se a E1, identifica-se com E2, E4 e E5 e concorda com E3.

A identificação do locutor com E2, E4 e E5 revela a sua intenção argumentativa, quando da produção do enunciado, visto que, para a construção do sentido, há que se considerar a situação em que o evento enunciativo ocorreu: após as eleições, quando os votos já tinham

sido apurados, e o momento era de ação e não de busca por apoio político. Desse modo, tanto o operador *mas*, quanto o *ainda* direcionam para o sentido de que “Lula já não deveria estar em palanques para angariar votos. Como candidato vitorioso, cabe a ele, agora, pôr em prática seus projetos políticos de campanha”.

Conforme a Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida por Carel e Ducrot (2005, p. 13), o sentido de uma entidade lingüística constitui-se pelos discursos que essa entidade evoca. Esses discursos caracterizam-se por se produzirem em forma de encadeamentos argumentativos, ou seja, para se descrever o sentido de um enunciado, deve-se considerar o discurso como um todo, os enunciados anteriores e os posteriores àquele que se analisa.

Considerando o enunciado (82) que dá título à matéria, podem-se depreender os aspectos:

(a) (ainda) Neg-A PTN NEG B

(b) (ainda) Neg-A NTN B

representados por:

(a) Lula ainda não desceu do palanque, portanto não está cumprindo seus compromissos de campanha;

(b) Lula ainda não desceu do palanque, no entanto está cumprindo seus compromissos de campanha,

e, caso se retire desse enunciado os operadores *ainda* e *não*, substituindo-se o primeiro pelo morfema *já* e transformando (82) em um enunciado afirmativo, têm-se os aspectos:

(c) (já) A PTN B

(d) (já) A NTN NEG B

representados por:

(c) Lula já desceu do palanque, portanto está cumprindo com seus compromissos de campanha;

(d) Lula já desceu do palanque, portanto vai adotar medidas mais austeras.

em que os aspectos (a) e (b), por um lado, e (c) e (d), por outro lado, são chamados *conversos*, formando um mesmo bloco semântico.

De acordo com o exposto na descrição de (82) “Lula ainda não desceu do palanque”, e em conformidade com o excerto da matéria transcrito, a continuação do discurso elege o aspecto (a), segundo o qual “Lula ainda não desceu do palanque, portanto não está cumprindo com seus compromissos de campanha”.

Utilizando-se o mesmo procedimento de análise, na descrição do enunciado-título (83), a seguir, verifica-se possibilidade equivalente de interpretação, ou seja, o operador *ainda*, quando anteposto ao morfema de negação *não*, orienta para uma conclusão desfavorável àquele de quem se fala, o que se confirma pela seqüência do discurso apresentada na matéria.

(83) Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso (*FSP*, Cotidiano, 19-01-2007)

Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso

DA REPORTAGEM LOCAL

Seis dias depois do pior acidente na história do metrô de São Paulo, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) ainda não se manifestou sobre as vítimas nem sobre a contratação pelo tipo “turn key” (chave na mão, em tradução livre).

Contra o tucano pesa a crítica de ter feito uma contratação que deu autonomia ao Consórcio Via Amarela de se autofiscalizar na execução da obra.

[...]

Alckmin vem sendo procurado pela Folha desde segunda. Extra-oficialmente, seus assessores afirmam que ele não quer politizar um problema técnico.

(*FSP*, 19-01-2007)

O enunciado-título (83) “Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso”, bem como (65), analisado no Capítulo 3, versam sobre o desabamento das obras do metrô, em São Paulo. Enquanto (65) descreve o sentimento da esposa do cobrador de uma van, soterrado no desabamento, (83) descreve a postura do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, diante do fato.

Como governador, na época da contratação da empresa responsável pela obra, caberia a Alckmin o compromisso de zelar pela qualidade das obras públicas, e, inclusive, de prestar

contas à população sobre a contratação das empresas que realizam essas obras. Por meio de (83), o locutor expressa sua opinião a respeito da postura do ex-governador de recusar-se a dar entrevistas sobre o assunto. O operador *ainda*, nesse enunciado, posposto à informação dos dias transcorridos após o desabamento, aponta para a conclusão de que o ex-governador já deveria ter-se manifestado sobre o acidente e orienta para a conclusão de que ele está sendo omissivo na sua função, ao negar à população informações sobre a responsabilidade do desabamento. O julgamento do locutor aponta para uma conclusão desfavorável ao ex-governador, o que se pode verificar na continuidade do discurso, em que se lê: “Contra o tucano pesa a crítica de ter feito uma contratação que deu autonomia ao Consórcio Via Amarela de se autofiscalizar na execução da obra.” Nesse excerto, o que se critica é o fato de o ex-governador ter-se eximido da responsabilidade administrativa de fiscalizar os trabalhos da empresa contratada, permitindo que ela mesma julgasse a qualidade de seus serviços, o que, evidentemente, deixa margens para negligência na avaliação.

O enunciado derivado de (83), (83a) “Seis dias depois do desabamento, Alckmin não comenta caso”, em que se omite o operador *ainda*, por um lado mantém o conteúdo informacional de (83), sobre a postura de Alckmin em não falar sobre o acidente, já passados seis dias do acontecimento, mas, por outro lado, não direciona para a conclusão de que o ex-governador já deveria ter-se pronunciado sobre o assunto, ponto de vista de um enunciador com o qual o locutor se identifica. O *ainda*, dessa forma, não tem em (83) função apenas de relacionar uma circunstância de tempo (passado/presente) ao fato relatado; mais que isso, apresenta-se como um marcador argumentativo com função fundamentalmente persuasiva, pois não só marca a posição do locutor em relação aos pontos de vista que o enunciado apresenta, mas também orienta o destinatário para determinada conclusão.

Observa-se que nos dois enunciados analisados (82) e (83), em que o operador *ainda* está anteposto ao *não*, que o *ainda* se refere a um mesmo fato que ocorria no passado e que ocorre no presente, mas não parece indicar para mudanças desse fato no futuro. No caso de (82) “Lula ainda não desceu do palanque”, por exemplo, há o ponto de vista de um enunciador, responsável pelo pressuposto de que “Lula estava no palanque anteriormente”, e de outro enunciador, responsável pela informação posta de que “Lula permanece no palanque no momento atual”; no entanto, o *ainda* não parece orientar para a conclusão de um terceiro enunciador, segundo a qual “Lula descera do palanque no futuro”, antes, aponta para a conclusão de que “Lula já deveria ter descido do palanque”. Do mesmo modo, (83) “Seis dias

depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso” não parece direcionar para o sentido de que “Alckmin em um futuro, próximo ou não, vai se manifestar sobre o desabamento das obras do metrô”, o que até deporia favoravelmente ao ex-governador, mas parece orientar para a conclusão, desfavorável a Alckmin, de que “o ex-governador já deveria ter falado sobre o assunto”.

Isso posto, as análises dos enunciados (82) e (83), em que operador *ainda* constitui enunciados negativos, e está anteposto ao *não*, inicialmente, contrariam o que postula Ducrot (1981, p. 200), ao afirmar que “todo enunciado do tipo X está ainda no estado E no momento t”, tem como pressuposto que “Num momento ulterior t, X não estará no estado E”. Visto que, aparentemente, e em conformidade com os encadeamentos observados nas matérias subseqüentes aos títulos, não há orientação para a conclusão de que a atitude de Lula (de não descer do palanque) ou de Alckmin (de não falar sobre o desabamento) sofrerá qualquer alteração, ao contrário, o que se sustenta é o direcionamento para a manutenção das respectivas atitudes.

Os enunciados títulos (84) e (85), analisados a seguir, em que o *ainda* está posposto ao morfema *não*, diferentemente de (82) e (83), já admitem a possibilidade de mudança do estado de coisas em um momento ulterior à enunciação, conforme (84):

(84) Não é ainda caso de suicídio (*FSP*, Opinião, 25 janeiro de 2007)

Não é ainda caso de suicídio

Clóvis Rossi

DAVOS - A crise do jornalismo, o impresso pelo menos, entrou na agenda do encontro anual 2007 do Fórum Econômico Mundial. Pena que tenha sido em sessão fechada, com a participação de cerca de 80 jornalistas tidos como entre os mais “respeitados e influentes” do planeta.

Não posso, portanto, reproduzir o inteiro teor da discussão, mas resgato uma avaliação e uma pesquisa (do Gallup) que vão na contramão da perspectiva de fim dos jornais (ao menos do jornal em papel). A frase é de Mathias Döpfer, executivo-chefe do grupo de mídia alemão Axel Springer, publicada no ano passado pelo "Die Welt": "Precisamos tomar cuidado para não cometer suicídio por medo de morrer.

Alarmem-se, portanto, os leitores: não me sinto estimulado a cortar os pulsos. Ainda há vida para o jornalismo impresso, a única atividade remunerada que tive.

A pesquisa do Gallup é mais eloqüente. Feita com 55 mil pessoas de 60 países (o Brasil não está na lista), mostra que a mídia tradicional ainda é, de muito longe, a fonte principal tanto de informação como de análise.
[...]

(*FSP*, Opinião, 25 -01-2007)

A matéria a que (84) serve de título trata de uma hipotética crise no jornalismo impresso, suplantado pelos meios eletrônicos de informação. O enunciado em questão “Ainda não é caso de suicídio” responderia à afirmação de um executivo-chefe de mídia alemão, Axel Springer, segundo o qual “Precisamos tomar cuidado para não cometer suicídio por medo de morrer”. Ou seja, atesta-se, em (84), a tese ducrotiana de que há em um enunciado negativo, pelo menos, dois enunciadores: o primeiro que afirma um fato, e o segundo que, opondo-se a ele, nega esse fato. O primeiro enunciador de (84) se apresenta pela retomada do conteúdo do enunciado do executivo-chefe de que existe possibilidade de suicídio, e o segundo enunciador se apresenta como aquele que nega essa possibilidade, por meio do morfema *não*.

Para negar a hipótese de suicídio premente teorizada por Springer, o locutor desse enunciado-título se apóia em uma pesquisa do Gallup, cujo resultado é o de que a mídia tradicional ainda é a mais importante fonte de informação. No entanto, não se pode negar que o assunto sobre o fim do jornalismo impresso está em discussão e, provavelmente, aflige os profissionais da área. Assim, esse *ainda*, mesmo negando a hipótese de suicídio, manifestada por outrem em um momento anterior, admite que alguém aventou essa possibilidade para um tempo que há de vir. O operador *ainda*, nesse enunciado, remete a uma enunciação anterior (de um primeiro locutor) e expressa uma apreciação do locutor responsável por (84) sobre o mesmo tema, mas num momento atual, sem demonstração explícita do compromisso ou da certeza de que a realidade permanecerá a mesma no futuro. Com relação aos pontos de vista apresentados em (84) “Não é ainda caso de suicídio”, tem-se:

E1: afirma que “É caso de suicídio”;

E2: opõe-se a E1 e afirma que “Não é caso de suicídio”;

E3: orienta para a possibilidade de que “Pode ser caso de suicídio no futuro”.

O locutor, responsável pelo material lingüístico de (84) “Não é ainda caso de suicídio”, opõe-se a E1 e se identifica com E2 e com E3. Ao se identificar com E2 e E3, esse locutor orienta o destinatário tanto para a conclusão de que o presente nega a hipótese levantada por E1 no passado, quanto para a conclusão de que esse estado de coisa pode se modificar no futuro.

Apresenta-se, a seguir, o enunciado (84), cuja estrutura é a mesma de (83): o operador *ainda* encontra-se em uma frase negativa, posposto ao verbo, conforme (85):

(85) Argentina não mudou ainda o controle aéreo (*FSP*, Cotidiano, 03-04-2007)

Argentina não mudou ainda o controle aéreo

BRUNO LIMA
DE BUENOS AIRES

Em meio a uma crise no transporte aéreo, a Argentina formalizou há quinze dias a transferência do controle do tráfego aéreo das mãos dos militares para as de civis, em órgão ligado à Secretaria Nacional dos Transportes. A mudança, entretanto, ainda não ocorreu na prática.

[...]

Em setembro de 2006, quando o compromisso de fazer a mudança de comando foi anunciado pelo governo, a expectativa era a de que a demora fosse de até um ano. [...]

[...]

Não há data precisa de quando estará finalizada a transição do controle de voo.

(FSP, Cotidiano, 03 -04-2007)

O enunciado (85) apresenta também pontos de vista de enunciadores diversos. Ou seja, considerando-se a presença do morfema *não* no enunciado-título, têm-se:

E1: que afirma que “Argentina mudou o controle aéreo”;

e

E2: que se opõe a E1 e afirma que “Argentina não mudou o controle aéreo”;

e, considerando-se os enunciadores introduzidos pelo operador *ainda*, têm-se:

E3: que sugere que “Argentina já deveria ter mudado o controle aéreo”;

e

E4: segundo o qual, no futuro, “Argentina mudará o controle aéreo”.

A própria seqüência discursiva, apresentada pela matéria, comprova que a transferência do controle aéreo de militares para civis, na Argentina, é um fato que ocorrerá no futuro, conforme excertos: “[...] a Argentina formalizou há quinze dias a transferência do controle do tráfego aéreo das mãos dos militares para as de civis, em órgão ligado à Secretaria Nacional dos Transportes” e “Não há data precisa de quando estará finalizada a transição do controle de

vôo”, visto que, no primeiro excerto, a informação da formalização de transferência, via órgão público, caracteriza comprometimento com a mudança, e, no segundo excerto, a informação de que a transferência não tem previsão para finalização sugere que ela já foi iniciada. Além disso, “a expectativa era a de que a demora fosse de até um ano” confirma o ponto de vista de E3 de que a “Argentina já deveria ter mudado o controle aéreo”. Depreende-se desse enunciado-título (85) “Argentina não mudou ainda o controle aéreo”, a orientação tanto para a conclusão de que a transferência do controle aéreo está em atraso, quanto para a de que a transferência ocorrerá futuramente.

A partir da comparação entre os enunciados-título (82) “Lula ainda não desceu do palanque” e (83) “Seis dias depois do desabamento, Alckmin ainda não comenta caso”, em que o *ainda* aparece anteposto ao *não*, e (84) “Não é ainda caso de suicídio” e (85) “Argentina não mudou ainda o controle aéreo”, em que esse mesmo operador aparece posposto ao morfema de negação, e observando-se os discursos subseqüentes a esses enunciados, constata-se que os primeiros remetem à ocorrência de determinado fato, tanto num momento anterior ao aparecimento do enunciado quanto no momento da enunciação, mas não orientam necessariamente para uma conclusão que remeta a qualquer alteração no estado de coisas em momento futuro; diferentemente dos segundos, que, além de descreverem determinado acontecimento no passado e no presente, direcionam o destinatário à conclusão de que no futuro haverá alteração no fato relatado.

4. AINDA MAIS

Conforme exposto no Capítulo I, Vogt (1977), ao analisar enunciados de estrutura comparativa, com o propósito de evidenciar o caráter argumentativo desse tipo de estrutura, inscreveu em sua pesquisa operadores como *mesmo*, *também* e *ainda*. Sabendo-se disso, não se pode ignorar as conclusões às quais Vogt chegou, para aproveitá-las, de forma a enriquecer este estudo.

Enquanto aqui se propõe o estudo do operador *ainda*, considerando-se suas ocorrências em estruturas enunciativas diversas, Vogt, em *O Intervalo Semântico*, analisa enunciados comparativos, traçando um paralelo entre estruturas enunciativas constituídas pelo elemento *mesmo* e estruturas constituídas pelo *ainda*. Conforme esse pesquisador (1977, p. 97), tanto

um desses elementos quanto o outro introduzem no enunciado em que estão inseridos “[...] a marca da apreciação do locutor”.

Uma das hipóteses levantadas por Vogt, no estudo da comparação, é a que ele chama de “hipótese argumentativa”. O autor (p. 106) afirma que o termo *ainda* representa uma apreciação de excesso por parte do locutor e explica que uma estrutura comparativa do tipo A *é ainda mais f que B*, significa: “a) $f(a) > f(b)$: o que é dado pelo *mais*; b) ter uma ‘efidade’ superior à ‘efidade’ de B é um excesso: o que é dado pelo *ainda*”.

A partir das conclusões a que chegou Vogt em seus estudos, analisam-se nesta pesquisa os seguintes enunciados-título de estrutura comparativa, em que o operador *ainda* é seguido do elemento *mais*:

(88) Lula ainda mais forte (*FSP*, Opinião, 17-03-2007) ;

(89) Qualidade da água do rio Tietê piora ainda mais (*FSP*, Cotidiano, 16-05-2007);

(90) Amparado em suas memórias, McCartney soa ainda mais atual (*FSP*, Ilustrada, 25-05-2007).

Para a descrição semântica desses enunciados e em conformidade com a metodologia utilizada nas análises anteriores, transcrevem-se, a seguir, excertos da matéria de que eles foram títulos.

(88) Lula ainda mais forte (*FSP*, Opinião, 17-03-2007)

FERNANDO RODRIGUES

Lula ainda mais forte

BRASÍLIA - Lula foi reeleito em 29 de outubro do ano passado. Mais de quatro meses e meio depois, está apenas finalizando sua reforma ministerial. Deve concluí-la antes do feriado de Páscoa. Nesse período, o petista aproveitou para demonstrar desprezo por muitos partidos da coalizão governista. Eis uma breve lista: 1) PT - Marta Suplicy foi fritada em público. Deve ficar com uma pasta de segunda linha, o Turismo.

Nenhum petista foi escolhido para cargos de liderança no Congresso nem para a articulação política dentro do Planalto;

2) PMDB do Senado - Renan Calheiros foi humilhado. Lula não o atendeu por telefone. O Planalto destruiu a pretensão de Nelson Jobim de comandar a legenda;

3) PMDB da Câmara - pensa ter recebido dois ministérios. Só um está confirmado, e veio pela cota do governador da Bahia, Jaques Wagner - como recompensa ao aliado local, Geddel Vieira Lima. A outra pasta ainda é uma incógnita;

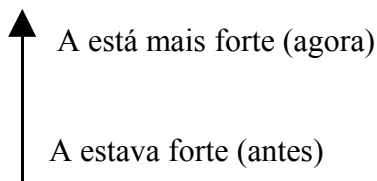
4) PSB e Ciro Gomes - ficaram à míngua. Lula queria Ciro ministro. Ciro não quis. O PSB perdeu a Integração Nacional. Essa desenvoltura de Lula é incomum para presidentes em segundo mandato. Em geral, depois da reeleição, os políticos se fragilizam. Param de exalar perspectiva de poder.

Com o petista ocorre o oposto: parece hoje mais à vontade e forte do que em 2003, quando tomou posse pela primeira vez.

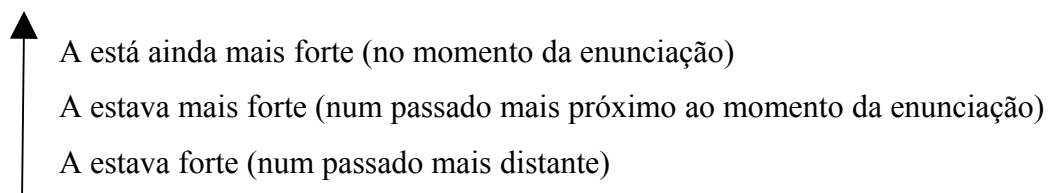
[...]

(FSP, Opinião, 17 -03-2007)

O enunciado (88), a partir do qual se produz (88a) “Lula mais forte” - sem o operador *ainda* – apresenta, por meio do advérbio *mais*, estrutura comparativa cujo pressuposto é o de que “Lula estava forte” e posto o de que “Lula permanece forte”. No entanto, essa característica “de estar forte”, no momento da enunciação, mostra-se mais acentuada que no passado, visto que o *mais* expressa a superioridade de A (Lula) em dois momentos, em uma escala que se poderia representar da seguinte forma:



Nesse caso, o morfema *ainda* perde a característica de elemento pressuposicional, assumida, agora, pelo *mais*, diferentemente de enunciados analisados anteriormente. O operador *ainda*, em enunciados em que aparece anteposto ao morfema *mais*, orienta não só para a conclusão de que a “efidade” de A está hoje superior ao que era antes, mas também para a conclusão de que essa superioridade é excessiva, o que se pode representar numa escala como:



Identificam-se, em (88) “Lula ainda mais forte”, os seguintes enunciadores:

E1: responsável pelo ponto de vista coletivo, segundo o qual Lula estava forte no passado;

E2: responsável pelo ponto de vista, segundo o qual a característica de “estar forte” de Lula se intensificou, referência a um passado mais próximo ao momento da enunciação;

E 3: responsável pelo ponto de vista, segundo o qual a característica de “estar forte” de Lula, no presente, é excessiva.

Em relação aos pontos de vista desses enunciadores, o locutor concorda com E1, incluindo-se em um sentimento coletivo, e com E2, reconhecendo que a característica de “ser forte” de Lula se intensificou em relação ao passado; e se identifica com E3, assumindo o ponto de vista de que essa característica de “estar forte”, no presente, é excessiva.

Quanto aos encadeamentos discursivos, que compõem a matéria em questão, verifica-se que o enunciado (88) sugere a existência de um outro enunciador, E4, para o qual Lula estaria se enfraquecendo. Esse Enunciador 4 só se torna identificável, a partir das informações expressas na matéria de que: “Em geral, depois da reeleição, os políticos se fragilizam” e de que com Lula (identificado na seqüência textual como “o petista”) ocorreu o contrário: “Com o petista ocorre o oposto: parece hoje mais à vontade e forte do que em 2003, quando tomou posse pela primeira vez.”. O locutor de (88) se opõe ao ponto de vista de E4, não partilha com ele da opinião de que Lula estaria fragilizado, consequência natural de uma reeleição, conforme o texto.

Verifica-se que, diante dos pontos de vista de diversos enunciadores, o locutor só se responsabiliza por um: o que se expressa por meio da inserção do operador *ainda*, orientando para a conclusão de que a característica de “estar forte” de Lula, hoje, não é apenas superior à do passado, mas ultrapassa os padrões da “normalidade”.

O segundo enunciado desse bloco, constituído pela seqüência *ainda mais*, assim como o terceiro, também tem uma estrutura em que se compara determinada característica atual em relação ao passado. Analise-se a matéria:

(89) Qualidade da água do rio Tietê piora ainda mais (*FSP*, Cotidiano, 16 maio de 2008)

Qualidade da água do rio Tietê piora ainda mais

**Conclusão é da Cetesb, que apresentou relatório sobre condição ambiental no Estado
Motivos ainda estão sendo investigados, mas a variação das chuvas no ano passado é citada como uma das causas**

**AFRA BALAZINA
JOSÉ ERNESTO CREDECIO**

DA REPORTAGEM LOCAL

Parecia não ser possível, mas a qualidade da água do rio Tietê piorou ainda mais em 2006. Segundo a Cetesb (agência ambiental paulista) o rio apresentava situação praticamente estável nos últimos anos.

A conclusão foi apontada ontem pela Cetesb na apresentação dos relatórios de qualidade ambiental do Estado de São Paulo, que incluem a situação de praias, rios, águas subterrâneas e disposição do lixo.

[...]

No início e no final do ano, uma maior precipitação em relação às médias históricas pode ter levado maior carga de poluição para o rio – a água “lava” a rua e joga no Tietê, por exemplo, o lixo acumulado nas vias.

Já o período de estiagem, no meio do ano, foi mais rigoroso em 2006 que a média histórica e também pode ter prejudicado o rio – o menor volume de água dificulta a diluição do esgoto.

[...]

(FSP, Cotidiano, 16-05-2008)

Há em (89), enunciado-título que trata da qualidade da água no rio Tietê, também o aspecto pressuposicional, observável não só no morfema *mais*, conforme descrição do enunciado anterior, como também no morfema lexical *piora*, cuja argumentação interna sugere o agravamento de um estado que já era insatisfatório. Assim, tem-se, quanto aos pontos de vista apresentados em (89):

E1: para o qual o estado da água no rio Tietê já era ruim;

E2: para o qual o estado da água no rio Tietê se agravou (tornou-se *pior*);

E4: para o qual o agravamento do estado da água no rio Tietê é intenso (*piorou mais*);

E 5: para o qual a intensidade do agravamento da água no rio Tietê é excessiva (*piorou ainda mais*).

Diferentemente de (88) “Lula ainda mais forte”, no entanto, a seqüência discursiva da matéria à qual (89) dá título não apresenta um outro enunciador, E6, para o qual a água do rio Tietê deveria apresentar melhor qualidade, nem sugere, como em outros enunciados constituídos pelo operador *ainda*, que a qualidade da água tende a melhorar.

O locutor responsável por (89), bem como o responsável por (88) se identificam com o ponto de vista do enunciador que apresenta o *excesso* como sendo o direcionamento argumentativo a ser seguido pelo destinatário. A inserção do *ainda*, também nesse enunciado, apresenta a apreciação do locutor sobre determinado fato, orientando para a conclusão de que o estado em que se apresenta a água do rio Tietê ultrapassa os limites do aceitável, o que se confirma logo no início da matéria, em que se lê: “Parecia não ser possível, mas a qualidade da água do rio Tietê piorou ainda mais em 2006”.

O enunciado (90) “Amparado em suas memórias, McCartney soa ainda mais atual”, a seguir, dá título à matéria que trata sobre o último disco lançado pelo artista Paul McCartney, cujo auge da carreira foi nos anos 60, e que hoje, aos 64 anos de idade, continua compondo músicas bem aceitas tanto pela crítica quanto pelo público.

Como não se pode deixar de observar, há em (90), já no início do título, um esclarecimento sobre a temática do novo disco do compositor: as memórias de McCartney, o que naturalmente levaria qualquer leitor/destinatário a concluir que o álbum seria passadista, não apresentaria nenhuma inovação. No entanto, na seqüência do título, identifica-se direcionamento para que o leitor/destinatário mude o rumo de interpretação para uma conclusão favorável ao músico: “McCartney (soa) ainda mais atual”, tendo em vista que ser atual aos 65 anos orienta para o sentido de que a mentalidade daquele de que se fala é adequada às transformações sociais.

Assim, pode-se apontar como argumentação interna de *atual*:

AI atual: mentalidade não-ultrapassada PTN adaptada ao presente.

Além de depor favoravelmente a McCartney no presente, por meio do morfema *mais*, o adjetivo *atual* orienta para o sentido de que o músico vem se superando ao longo dos anos e que, no momento presente, essa superação se revela além do que geralmente se espera de um homem da sua idade, argumento somente possível a partir da inserção do operador *ainda*.

Essa análise torna-se mais clara, a partir da leitura da seqüência discursiva da matéria, transcrita no excerto a seguir:

(90) Amparado em suas memórias, McCartney soa ainda mais atual (*FSP*, Ilustrada, 25-05-2007)

MÚSICA
Crítica/rock

Amparado em suas memórias, McCartney soa ainda mais atual

Músico se equilibra habilmente entre ânsia de renovação e mito que encarna

MÁRVIO DOS ANJOS
DA REPORTAGEM LOCAL

Às vésperas de completar 65 anos, Paul McCartney afirmou que seu novo disco, "Memory Almost

Full", só recebeu esse nome depois de pronto. Nas palavras do ex-beatle, foi o título que melhor sintetizou o sentido, o tema que o álbum revelou ter durante o seu processo de composição. "Na vida moderna, nossos cérebros muitas vezes ficam um pouco sobrecarregados", escreveu o músico sobre o trabalho.

Musicalmente, não há dúvidas sobre isso. As recordações de um dos principais artífices do que hoje chamamos de cultura pop, com passagens até por projetos de cunho erudito, obviamente não são poucas. Mas, mesmo que o próprio McCartney assuma um certo memorialismo, o álbum nada tem de passadista. Sob a produção de David Kahne -que sucede no posto o ótimo Nigel Godrich, responsável por "Chaos and Creation on the Backyard"-, tem-se um disco de rock que fala claramente ao presente.

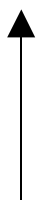
[...]

Além das já citadas, "Gratitude" e a blueseira "That Was Me" -que abre a seqüência mais memorialista do disco- provam que a voz dele, incrivelmente, não envelheceu nada. Quando a 13ª e última canção, a explosiva "Nod Your Head" expira, já não restam quaisquer dúvidas. O terninho, o fardão, o bigode, a cabeleira, "Yesterday", os tropeços com os Wings: nada disso pesa em suas costas. Amparado pelas memórias, Paul fica mais atual.

(FSP, Ilustrada,25-05-2007)

De acordo com o exposto, o morfema *memórias*, selecionado para compor o título, remete a algo do passado, à lembrança de experiências vividas. Assim, um álbum de memórias não poderia ser avaliado como representando o momento presente. Contrapondo-se ao morfema *memórias*, compõe também o título o termo *atual*, cuja argumentação interna poderia indicar o que não é não ultrapassado, o que é adequado ao momento presente.

Observe-se que o título (90) “Amparado em suas memórias, McCartney soa ainda mais atual” retrata McCartney como um artista que, em outra época, provavelmente no auge de sua carreira, já se destacava por tomar parte das tendências – artísticas de um modo geral - daquele momento, visto que o morfema *mais*, na expressão *mais atual*, pressupõe que a característica de “ser atual” já existia e foi intensificada. Além disso, o operador *ainda* situa o ser atual num patamar que supera a “normalidade”, em uma escala de valores que se pode representar no esquema:



- ainda mais atual
- mais atual
- atual

Identificam-se, no enunciado-título (90) “Amparado em suas memórias, McCartney soa ainda mais atual”, as vozes dos seguintes enunciadores:

E1, que afirma que McCartney era atual no passado;

E2, que afirma que McCartney intensificou, ainda no passado, a característica de “ser atual”;

E3, que afirma que a característica de “ser atual”, em McCartney, no presente é excessiva;

além de um outro enunciador, E4, com quem os demais enunciadores dialogam e a quem se opõem. Para E4, McCartney, “às vésperas de completar 64 anos”, já estaria ultrapassado. Pode-se concluir, ainda, que a seqüência discursiva “[...] a voz dele não envelheceu nada” é utilizada como argumento para reforçar o ponto de vista de E3, o qual o locutor assume.

Importante ressaltar que a descrição semântica de um enunciado produzido a partir de (90), qual seja (90a) “Amparado em suas memórias, McCartney soa atual”, sem o operador *ainda*, não argumentaria tão favoravelmente ao artista. Em primeiro lugar, porque não apresenta o pressuposto de que McCartney sempre se mostrou atento às tendências artísticas; em segundo lugar, porque não orienta para o sentido – direcionado pelo *mais* - de que o músico se superava ao longo dos anos; e, por último, não permite concluir que, hoje, a característica de “ser atual” de McCartney está além dos padrões, em uma escala gradativa (o que só é possível a partir da inserção do *ainda*).

Pode-se afirmar, dessa forma, que, embora o enunciado (90a) traga uma apreciação do locutor favorável a McCartney, a inserção dos marcadores discursivos *ainda* e *mais* dão ao título da matéria jornalística mais força argumentativa, além de não permitirem que o leitor/destinatário cogite a possibilidade de que, em anos anteriores, o compositor fosse um artista que não se enquadrasse nas novas tendências, de que fosse ultrapassado e de que melhorou com o passar do tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo não se objetiva uma descrição semântica de enunciados constituídos pelo operador *ainda* com conclusões definitivas. Ao contrário, pretende-se que as análises aqui desenvolvidas se somem às já existentes e incentivem outras que, de forma mais ampla e aprofundada, possam mostrar o valor argumentativo de alguns morfemas, relegados a um plano secundário pelas gramáticas tradicionais.

Embora os exemplos listados ao longo deste trabalho não traduzam grande representatividade quantitativa, acredita-se que serviram para fazer ver ao usuário da língua portuguesa a importância da seleção lexical na constituição de enunciados, em situação de interlocução, e mais, que a ausência ou a presença de determinado operador significa mudança considerável no direcionamento argumentativo do discurso.

Conforme a teoria de que se serviu para o desenvolvimento desta pesquisa, a argumentação não se acrescenta à língua, mas está inscrita na língua. Desse modo, e considerando que ninguém fala por acaso (princípio segundo o qual toda fala é motivada), o próprio evento enunciativo já anuncia a intenção de um locutor de operar alguma mudança em seu interlocutor, mudança essa no sentido de levar o destinatário a aderir ao seu ponto de vista.

A decisão de se escolherem títulos jornalísticos para a constituição do *corpus* desta pesquisa não foi aleatória; justifica-se pelo fato de que se considera o título como texto de apelo fundamental para despertar o interesse pela leitura da matéria. E, ao contrário do que preconizam alguns manuais sobre textos jornalísticos, a propósito da existência de um distanciamento entre o redator - representado na teoria da Semântica Argumentativa ducrotiana pelo locutor - e o relato, o que invariavelmente se verifica é que ao fazer ouvir variadas vozes no enunciado-título, concordando com umas, opondo-se a outras e assumindo outras em particular, o locutor revela seu ponto de vista e direciona o leitor/destinatário para determinada conclusão e não para outra.

Conforme exemplos dispostos ao longo deste trabalho, o sentido não preexiste à enunciação, mas se constrói a partir da combinação de uma série de aspectos, entre os quais se destacam a seleção lexical (as palavras são providas de força argumentativa e permitem ou não alguns encadeamentos), a seqüência discursiva, os implícitos e as pressuposições, entre outros.

Em determinada fase de seus estudos, Ducrot propõe que se considerem os lugares comuns argumentativos, crenças partilhadas coletivamente (Teoria dos *Topoi*), na descrição lingüística dos enunciados. No entanto, o semantista revê esse posicionamento e abandona-o, desenvolvendo mais recentemente a Teoria dos Blocos Semânticos, cujo princípio é que o sentido se produz a partir das relações que se estabelecem entre os elementos da língua; o sentido, assim, resulta dos encadeamentos argumentativos que uma palavra ou expressão permitem.

Exemplificando, de acordo com a Teoria dos Blocos Semânticos, não seria aceitável encadear-se a um enunciado X como “Ainda estou cansado” um enunciado Y como “Então já podemos viajar”, visto que a própria argumentação interna de *cansado* não direciona para o sentido de *estar disposto a qualquer atividade*. Soma-se a isso o fato de que o operador *ainda*, no segmento X, orienta para o sentido de que não se operaram mudanças no estado físico do locutor no intervalo entre um momento anterior e o momento presente. Tampouco para a conclusão de que esse estado físico/mental do locutor está em vias de melhorar.

Dessa forma, após a observação de alguns enunciados constituídos pelo operador *ainda*, conclui-se nesta pesquisa que: 1) nem sempre o operador *ainda* é pressuposicional, como em enunciados com *ainda mais*, em que a pressuposição é dada pelo *mais*, cabendo ao *ainda* o papel de marcador de excesso; 2) em língua portuguesa, quando pressuposicional, o *ainda* nem sempre direciona para a conclusão de que alguma alteração ocorrerá, num momento posterior à enunciação, no estado de coisas descrito: às vezes o *ainda* remete ao momento passado, descreve presente, mas não se reporta ao futuro; 3) aparentemente, o operador *ainda*, posposto ao verbo, em enunciados negativos, orienta para o sentido de que, possivelmente, o estado de coisas de que se fala sofrerá alteração no futuro; e, finalmente, 4) é por meio do operador argumentativo *ainda* que o locutor assinala o seu ponto de vista sobre o assunto de que trata e direciona o interlocutor à adesão a esse ponto de vista. O operador argumentativo *ainda* revela-se, desse modo, um potencial elemento marcador de subjetividade e suprime o caráter de objetividade de qualquer texto, jornalístico ou não.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucimar de. **Análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários**. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

AZEVEDO, T. M. de. Os Conceitos de Texto e Discurso em três momentos da teoria de Ducrot. **Letras de Hoje: Estudos e debates de assuntos de lingüística, literatura e língua portuguesa**, Porto Alegre: Edipuc-RS, 2002.

BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA. M. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Organon**. Porto Alegre, v. 16, nº 32 e 33. pp. 161-180. 2002.

_____. **Por uma abordagem argumentativa da linguagem**. In: GIERING, M. E.; TEIXEIRA, M. (Org.). Vale do Rio dos Sinos: Ed. UNISINOS. pp. 57-77. 2004.

_____. **A definição argumentativa do léxico no discurso**. In: VI Congreso Latinoamericano de Estudios del Discurso, 2005, Santiago. América Latina en su discurso, 2005.

_____. (Org) A construção do sentido no discurso. **Cadernos de Pesquisas em Linguística**. Porto Alegre, v.2, n.1, nov/2006.

BENVENISTE, Émile. A lingüística comporta a enunciação. In. Flores. V. do N.; Teixeira. M. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semântica Argumentativa: Una introducción a la teoría de los bloques semânticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CORACINI, Maria José. R. F. **Uma Unidade Subjetiva (Caracterização e aprendizagem)**. Uberlândia: Letras & Letras, 1988.

CUNHA, C.; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUCROT, Oswald. **Dizer e não dizer: Princípios de Semântica Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. **Provar e dizer: Linguagem e Lógica**. São Paulo: Global, 1981.

_____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Polifonia y Argumentacion**. Cali: Colômbia: Universidade del Valle, 1988.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In. Eduardo Guimarães (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, p. 13-39, 1989.

Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. Foco e Pressuposição. In: ___. (Org.) **Foco e Pressuposição**. Uberaba: Instituto de Letras das Faculdades Integradas São Tomás de Aquino. 1978, p. 25.

KOCH, Ingedore G. Villaça. (1989). **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. **A Inter-Ação pela Linguagem**. (1992). São Paulo: Contexto, 2001.

_____. (1984). **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. (2003). São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Rocha. (1972). **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

MARTINS, Eduardo. **Manual da Redação: Folha de S. Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2001.

Nomenclatura Gramatical Brasileira. In Buarque de Holanda Ferreira, Aurélio. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1986.

NEGRONI, M.M.G. Lengua, argumentación y polifonia. **signoEseña**. Revista Del Instituto de Lingüística. Buenos Aires, n.9, 1998.

PAULA, Orlando de. **Operadores Lógicos e Operadores Discursivos**: emprego e leitura em textos jornalísticos. Revista de Ciências Humanas. Taubaté, v.9, n.2, p.165-171, jul-dez 2003.

PAULINO, Graça et all. **Intertextualidades: teoria e prática**. 2 ed. Belo Horizonte: Lê, 1997.

SILVA, Adilson V. da. **A poesia em Ducrot**. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP, Campinas: 2006.

SILVA, Soeli Schreiber da. **Argumentação e polifonia na linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**. São Paulo: Ática. 1977.

_____. **Linguagem, pragmática e ideologia**. Campinas: HUCITEC, 1980.

APÊNDICE – Epígrafe, Íntegra do Texto Fonte.

A melhor e a pior comida do mundo

Há mais de dois mil anos, um rico mercador grego tinha um escravo chamado Esopo. Um escravo corcunda, feio, mas de sabedoria única no mundo. Certa vez, para provar as qualidades de seu escravo, ordenou:

- Toma, Esopo. Aqui está este saco de moedas. Corre ao mercado. Compra lá o que houver de melhor para um banquete! Não tentes, porém, me enganar. Traze o troco certinho!

- Pouco tempo depois, Esopo voltou do mercado e colocou sobre a mesa um prato coberto por fino pano de linho. O mercador levantou o paninho e ficou surpreso:

- Ah, língua? Nada como a boa língua que os pastores gregos sabem tão bem preparar. Mas por que escolheste exatamente a língua como a melhor comida do mundo?

- O que há de melhor do que a língua? A língua é que nos une a todos, quando falamos. Sem a língua não poderíamos nos entender. A língua é a chave das ciências, o órgão da verdade e da razão. Graças à língua é que se constroem as cidades, graças à língua dizemos o nosso amor. Com a língua se ensina, se persuade, se instrui, se reza, se explica, se canta, se descreve, se elogia, se demonstra, se afirma. Com a língua, dizemos “mãe” e “querida” e “Deus”. Com a língua dizemos “eu te amo”! A língua é o órgão do carinho, da ternura, do amor, da compreensão. É a língua que toma eternos os versos dos grandes poetas, as idéias dos grandes escritores. O que pode haver de melhor do que a língua, senhor?

O mercador levantou-se, entusiasmado:

- Muito bem, Esopo! Realmente tu me trouxeste o que há de melhor! Toma agora esta outra sacola de moedas. Vai de novo ao mercado e traze o que houver de pior, pois quero ver a tua sabedoria!

Mais uma vez, depois de algum tempo, o escravo Esopo voltou do mercado, trazendo um prato coberto. O mercador recebeu-o com um sorriso:

- Hum... já sei o que há de melhor. Vejamos agora o que há de pior...

O mercador descobriu o pano e ficou indignado:

- Língua? Língua outra vez? Língua? Não disseste que era o que havia de melhor? Queres ser espancado?

Esopo baixou os olhos e respondeu:

- A língua, senhor, é o que há de pior no mundo. É a fonte de todas as intrigas, o início de todos os processos, a mãe de todas as discussões. É a língua que separa a humanidade, que divide os povos. É a língua que usam os maus políticos quando querem nos enganar com suas falsas promessas. É a língua que mente, que esconde, que engana, que explora, que blasfema, que insulta, que se acovarda, que mendiga, que xinga, que bajula, que destrói, que calunia, que vende, que seduz, que corrompe. Com a língua, dizemos “morre” e “canalha” e “demônio”. Com a língua, dizemos “não”. Com a língua, dizemos “eu te odeio”! A língua é o órgão da mentira, da discórdia, dos desentendimentos, das guerras, da exploração. Aí está, senhor, por que a língua é a pior de todas as coisas.

Pedro Bandeira. Adaptação de trecho da peça teatral
A raposa e as uvas, de **Guilherme Figueredo**.